UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Juana de Oliveira Santos

Sustentabilidade na Baía de Suape: entre o Complexo Industrial Portuário de Suape e a *Festa da Ouriçada*

Ricardo de Souza Rosa | Orientador

João Pessoa

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Sustentabilidade na Baía de Suape: entre o Complexo Industrial Portuário de Suape e a *Festa da Ouriçada*

Juana de Oliveira Santos

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo de Souza Rosa.

Banca Examinadora

Prof. Dr. RICARDO DE SOUZA ROSA – UFPB

Profa. Dra. MARISTELA OLIVEIRA DE ANDRADE– UFPB

Prof. Dr. TOMÁS DE ALBUQUERQUE LAPA – UFPE

Membros Suplentes:

Profa. Dra. MARIA ADÉLIA BORSTELMANN DE OLIVEIRA – UFRPE

Prof. Dr. ROBERTO SASSI– UFPB

João Pessoa

Março de 2013

S237s Santos, Juana de Oliveira.
Sustentabilidade na Baía de Suape: entre o Complexo Industrial Portuário de Suape e a Festa da Ouriçada / Juana de Oliveira Santos.-- João Pessoa, 2013.
130f. : il.
Orientador: Ricardo de Souza Rosa
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN
1. Meio ambiente. 2. Complexo Industrial Portuário - Suape. 3. Festa da Ouriçada. 4. Desenvolvimento sustentável. 5.Ouriços do mar. 6. Pesca artesanal - Suape.

UFPB/BC CDU: 504(043)

SANTOS, Juana de Oliveira

Sustentabilidade na Baía de Suape: entre o Complexo Industrial Portuário de Suape e a *Festa da Ouriçada*

Data de aprovação: 19/04/2013

Banca Examinadora

Orientador

_____

Prof. Dr. RICARDO DE SOUZA ROSA – UFPB

Examinadores

_____

Profa. Dra. MARISTELA OLIVEIRA DE ANDRADE– UFPB

_____

Prof. Dr. TOMÁS DE ALBUQUERQUE LAPA – UFPE

Membros Suplentes:

_____

Profa. Dra. MARIA ADÉLIA BORSTELMANN DE OLIVEIRA – UFRPE

_____

Prof. Dr. ROBERTO SASSI– UFPB

GRATIDÃO

Sou grata a todos que questionaram minhas ideias e compartilharam as suas, contribuindo com esta pesquisa. Sou grata a todos os festeiros da *Ouriçada* que deram depoimentos entusiasmados, com brilho nos seus olhos. Àqueles que me mostraram que, na cultura suapense, o tempo é outro, mas não se importaram em doá-lo a mim. Às travessias de barco banhadas por histórias de pescadores e revoltas de moradores. Às vivências no inebriante recife de Suape. Às portas abertas de suas casas, me tornando mais um membro de suas famílias e me permitindo experimentar sua tradição com gosto de ouriçada na boca. Um especial agradecimento à Dona Lala e sua família.

Sou grata pela orientação eficaz e serena do Prof. Ricardo Rosa que me aproximou da perspectiva biótica da pesquisa. Imensos agradecimentos à Profa. Cristina, que me concedeu um apoio imensurável enquanto coordenadora e docente, bem como agradeço à Saulo pela paciência e pelo abrigo na secretaria do Prodema. Agradeço ao Prof. Tomás Lapa pela erudição e observações interdisciplinares e pela crítica bem-humorada da Profa. Adélia de Oliveira. Sobretudo, sou grata à Profa. Maristela de Andrade, minha orientadora honorária, que acompanhou toda a minha trajetória de mestranda, sempre me apoiando e contribuindo com meu trabalho, como o faz até hoje. E também sou grata à CAPES por propiciar condições para operacionalização da pesquisa.

Sou grata a todas as amizades que não caberiam nesta folha, mas gostaria de destacar as que fiz no Prodema, como Jamylle, Roberta e Priscila. Sem dúvida, tenho grande gratidão a amiga e professora Andrea Steiner, que esteve do meu lado quando eu tinha perdido a direção e me orientou para o caminho pelo qual o trabalho se concretizou.Sou grata a toda minha família, sempre apostando em mim, mesmo à distância, aos meus, pais Marco e Tiana, e meu irmão Léo. À minha prima, Bruna Bandeira, por suas preciosas dicas textuais. Sobretudo, sou grata à Noel, um ser especial e meu companheiro das trajetórias da vida. Que se conserve e guarde sempre assim. *De tudo ao meu amor serei atento* [e que] *Dele se encante mais meu pensamento.*

Pro fim, grata pela experiência vivida e pela oportunidade de conhecer esta manifestação tão única, que a maioria dos meus conterrâneos, infelizmente, desconhecem.

RESUMO

Esta dissertação intitulada "Sustentabilidade na Baía de Suape: entre o Complexo Industrial Portuário de Suape e a *Festa da Ouriçada*" busca compreender as relações que transpassam a realização da *Festa da Ouriçada*, enquanto manifestação da cultura e da religiosidade popular suapense. Estas relações protagonizadas pela população que habita a Baía de Suape há gerações são compostas pela complexidade de sua pertinência seja histórica, econômica, social, cultural ou ambiental, as quais são analisadas na presente pesquisa. Através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, buscou-se a análise dos fortes vínculos de seu modo de produção e reprodução de vida com os elementos naturais locais, com a categoria territorialidade marinha e com suas manifestações culturais face às constantes transformações sociais provenientes das pressões exercidas por empreendimentos e pelas promessas de desenvolvimento do megaprojeto mais emblemático da política econômica pernambucana, o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros de Suape (Cips). Pode-se considerar que o cenário posto na contemporaneidade para a população suapense enraizada no modelo de cultura rústica e tradicional de sua prática da pesca artesanal é um ponto de mutação, já que alguns se percebem vivendo uma situação de conflito socioambiental diante dos avanços das máquinas do desenvolvimento econômico, enquanto outros se veem em processo de desenlace com sua territorialidade. Na mesma direção, algumas manifestações da *Festa da Ouriçada* agora só pertencem à memória social de seu povo, enquanto sua prática fica à deriva, tomando um caminho, no mínimo, incerto.

Palavras-chave: *Festa da Ouriçada*; Desenvolvimento Sustentável; Baía de Suape; Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros de Suape; Ouriços do mar *Echinometra lucunter* (Linnaeus, 1758); e Pesca Artesanal Suapense.

ABSTRACT

This thesis called “Sustainability in Suape Bay: between the Suape Port and Industrial Complex and the *Sea Urchin Festival*” seek to understand the relationship into the realization of the *Sea Urchin Festival* as a cultural and folk religious manifestation of Suape region.

The relationships maintained by the population that inhabits the Suape Bay for generations is a complexity composed by relevant elements as historical, economic, social, cultural or environmental which are analyzed in this study.

Through a quantitative and qualitative perspective, we seek to analyze the mode of production and reproduction of theirs lives, which are strongly attached with elements of the local nature, as well the marine territory category and with their cultural manifestations. They are facing the growing social changes resulted by the pressures coming from the enterprises and the development promises of the most emblematic economic policy megaproject of Pernambuco State, the Suape Port and Industrial Complex.

We can say that the contemporary scenario showed to the Suape population, who are rooted into a rustic culture and traditional modal of life based on their small scale fishing practice, is a turning point, once some of them realize they are living one social and environmental conflict against the economic development machine, in the same time that others see each other in an uprooting process with their own territory.

So there are some of the *Sea Urchin Festival* expressions that now just belong to the social and folk memory sphere, as well other ones get the drift, getting an uncertain way.

Keywords: Sea Urchin Festival; Sustainable Development; Suape Bay; Suape Port and Industrial Complex; Sea Urchin; Echinometra lucunter (Linnaeus, 1758); Suape traditional fishing.

Lista de Figuras

FIGURA 1: IMAGEM DE SATÉLITE MOSTRANDO O UNIVERSO AMOSTRAL (LINHA VERMELHA) E A LOCALIZAÇÃO DO INÍCIO DE CADA TRANSECÇÃO (T1 – T5)..... 35
FIGURA 2: AMOSTRADOR RETANGULAR (0,81 X 0,71 M) CONFECCIONADO COM TUBOS DE PVC. 36
FIGURA 3: POST, FRANS JANSZ; CAPVT S. AVGUSTINI, DE 1647. 45
FIGURA 4: LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE (TES). 56
FIGURA 5: PANORAMA DA REGIÃO NOS DIAS ATUAIS. 74
FIGURA 6: IMAGEM DE SATÉLITE MOSTRANDO O PORTO DE SUAPE, E O CORDÃO RECIFAL. EM DETALHE VERMELHO SOBRE O RECIFE, A ÁREA DE AMOSTRAGEM DE OURIÇOS. 80
FIGURA 7: SUAPE NOS ANOS 1970, ANTES DA INSTALAÇÃO DO CIPS. 85
FIGURA 8: (A) ISTMO DE COCAIA; (B) DRAGAGEM DO ISTMO DE COCAIA PARA IMPLANTAÇÃO DO CIPS. 86
FIGURA 9: DERROCAMENTO DE 300 M DOS RECIFES NATURAIS PARA DAR ACESSO À PARTE INTERNA DO CIPS. 89
FIGURA 10: ESPÉCIE EM ESTUDO, ECHINOMETRA LUCUNTER (LINNAEUS, 1758)..... 91
FIGURA 11: GRUTA DE SANTA LUZIA. 97
FIGURA 12: IMAGEM DE SANTA LUZIA. 102
FIGURA 13: BANDEIRA DE SANTA LUZIA. 104
FIGURA 14: ANDOR DE SANTA LUZIA. 106
FIGURA 15: COLETA DE OURIÇOS DO MAR. 108
FIGURA 16: CENÁRIO DESCRITO DA RELAÇÃO HOMEM-MAR. 110
FIGURA 17: FOGUEIRA ACESA PARA QUEIMA DOS OURIÇOS DO MAR. 113
FIGURA 18: PRATO DA OURIÇADA PREPARADO POR DONA LALA. 115

Lista de Tabelas

TABELA 1: INDICADORES ECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS DO TES..... 57
TABELA 2: PIB E PIB *PER CAPITA* DO TES (2009)..... 60
TABELA 3: NÚMERO DE EMPREGADOS NO MERCADO FORMAL POR CLASSES DE RENDA (2007)..... 61
TABELA 4: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (2000) E ÍNDICE DE GINI..... 62
TABELA 5: TAXA TRIMESTRAL DE CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL E INTENCIONAL EM PERNAMBUCO..... 63
TABELA 6: INDICADORES DE VULNERABILIDADE FAMILIAR (2000)..... 64

TABELA 7: CONTAGEM DE POPULAÇÃO EM 2007 E PROJEÇÕES ATÉ 2035 PARA O TES 65
TABELA 8: ESTIMATIVA DO DÉFICIT HABITACIONAL E DOMICÍLIOS VAGOS DO TES (2005)..... 65
TABELA 9: TOTAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS, NAS 20 REGIÕES METROPOLITANAS OU REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO COM AS MAIORES QUANTIDADES DE DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS (2010)..... 66
TABELA 10: DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS E POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS, TOTAL E EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS E NÚMERO DE AGLOMERADOS SUBNORMAIS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES, AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E OS MUNICÍPIOS (2010). 67
TABELA 11: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO..... 71
TABELA 12: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE IPOJUCA..... 72
TABELA 13: DADOS COLETADOS SOBRE A POPULAÇÃO DE OURIÇO POR TRANSECÇÃO 92

Lista de Siglas

ADVB-PE – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil

APP – Áreas de Preservação Permanente

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Cips – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros de Suape

CVLI – Vítimas de Crime Violento Letal e Intencional

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

EAS – Estaleiro Atlântico Sul S.A.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ONG – Organização Não-Governamental

Peccips – Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial e Portuário de Suape

PIB – Produto Interno Bruto

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Promef – Programa de Modernização e Expansão da Frota

RDM – Região de Desenvolvimento Metropolitana

RMR – Região Metropolitana do Recife

Sindmetal-PE – Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Pernambuco

TES – Território Estratégico de Suape

ZIP – Zona Industrial Portuária

SUMÁRIO

Introdução 12
1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO 20
1.1 O Caminho 20
1.2 Se Faz Caminhando 33
2. MAIS DO QUE UMA HISTÓRIA DE PESCADOR 39
3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS 47
3.1 O Cips Finalmente Embarca! 47
3.2 E seu Povo Fica a Ver Navios... 55
4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS 70
4.1. A Natureza Daquelas Águas 70
Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca 70
Ilha de Tatuoca e Baía/ Praia de Suape 73
4.2. Entre os Espinhos do Porto e os dos Ouriços 80
Resultados - Densidade populacional 92
Estimativa populacional 93
Discussão 93
5. O QUE OS OLHOS NÃO VEEM E O CORAÇÃO SENTE 95
5.1 As Raízes do Povo Suapense 95
5.2 – A Festa da Ouriçada 101
A Baía da Santa 102
A Ouriçada 107
CONSIDERAÇÕES FINAIS 117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 119
ANEXOS 126

Introdução

Sustentabilidade na Baía de Suape: entre o Complexo Industrial Portuário de Suape e a Festa da Ouriçada é fruto de uma pesquisa de abordagem interdisciplinar e requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão Ambiental do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo de Souza Rosa. Aqui, considerou-se a complexidade de seu contexto, ou seja, das *nuances* de uma manifestação da cultura e da religiosidade popular suapense que interage diretamente com os elementos naturais existentes naquela localidade, mas que sofrem simultaneamente as pressões exercidas por empreendimentos e pelas promessas de desenvolvimento provenientes do megaprojeto mais emblemático da política econômica pernambucana, o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros de Suape (Cips).

Na perspectiva da introdução da presente pesquisa, faz-se uso de uma contextualização de como a temática foi sendo configurada para a pesquisadora que vos escreve. Reconheço que as trajetórias pessoais, seja as atividades cotidianas, seja as aventuras mais inesperadas, nos conduzem para intensas investigações científicas, bem como que nossas interações com a realidade, sobretudo com aquela pertinente aos grupos sociais em estudo, nos impulsionam a revisitar nossos valores e nossa visão de mundo. Assumo que o exercício científico não é capaz de abster o pesquisador de sua, inexoravelmente, humana interação com a realidade em seu entorno e de sua transformação diante da mesma. A formulação de sua pesquisa e a realidade escolhida para estudo são inevitavelmente dinâmicos e, sobretudo nas ciências sociais, são passíveis de surpreender o sujeito da pesquisa com revelações de aspectos antes latentes ou mesmo com mudança de sua conjuntura no decorrer no processo investigativo.

Tanto as vivências pessoais quanto as empíricas provenientes do trabalho de campo me evidenciam que, tão improvável quanto a suspensão de valores supracitada, é a pretensa neutralidade afetiva. Afinal, por mais isento e distante que o pesquisador tente se manter, o afeto é um de seus aspectos ontológicos. Algum tipo de sensação, de emoção, há de emergir diante dessas vivências e cabe a cada um assumi-las e interpretá-

las de acordo com a conjuntura apresentada. Eu ainda não suspeitara que determinadas experiências me levariam a refazer o caminho acadêmico. Enquanto sentia tais emoções, tais inquietações mentais, a presente pesquisa já estava sendo germinada.

Foi ainda no segundo semestre de 2008 que me veio o primeiro lampejo de inspiração para a temática trabalhada nesta pesquisa. "Mochilava" pela Índia, país de tamanha riqueza cultural e religiosa, e me vi imersa por tantas inquietações resultantes daquelas intensas vivências. Um desses *insights* me ocorreu quando cheguei em Varanasi, também conhecida por Benares, no Estado de Uttar Pradesh. Mesmo tendo observado tanta diversidade e intensidade religiosa nas visitas aos templos, e mesmo nas ruas indianas anteriormente, ali pude perceber que a religiosidade ganhara outra dimensão. À margem do Rio Ganges, trata-se de uma das cidades mais antigas e sagradas do país, sendo *locus* de diversos rituais. Esse rio é considerado sagrado para os hindus, que o veneram na forma da deusa Ganga e acreditam que se banhar nele redime os pecados e, mais fortemente, que ter sua morte envolta pelos rituais de cremação e suas cinzas jogadas nas suas águas liberta suas almas.

Não obstante toda sacralidade concedida ao rio, quase não fui capaz de reconhecê-lo. Meu roteiro de viagem havia me oportunizado a experiência de molhar meus pés em suas então límpidas águas, na cidade Rishikesh, no Estado de Uttarakhand, conhecida como Porta do Himalaia, ficando próxima à nascente do Ganges. Ali, sua areia cintilava de tão clara e suas águas encantavam de tão azuladas.

Já em Varanasi, os tons de marrom e cinza entre a terra e a água não enchem os olhos dos turistas mais desavisados. As cores ficam por conta dos diversos rituais que ocorrem em seus *gates*, como são chamados os portões com longas escadarias que descem dos templos até a margem do Ganges. Nessa cidade, praticamente toda a margem do rio é composta por *gates*, uns seguidos dos outros, ou seja, predominam nesse cenário as contínuas escadarias, que, durante o dia, conduzem os indianos aos banhos de purificação. Pode-se observar ali diversos *babas* ou *sadhus*, geralmente homens, considerados sagrados que abdicam de bens materiais, fazem peregrinações e seguem uma vida voltada para a prática e o estudo do hinduísmo. Também grupos de viúvas com suas cabeças raspadas podem ser avistadas ali. O colorido é promovido pela típica indumentária indiana e pelas flores que compõem as oferendas à deusa Ganga. À

noite, o que cintilavam eram as chamas das velas, dos incensos e das cremações e seus respectivos reflexos nas águas, pois agora são as cerimônias hindus que predominam nessas escadarias. Enquanto assistia a um ritual de cremação, um hindu me informou que a presença das mulheres hindus não era bem vista, pois são muito emotivas e suas lágrimas prendem os espíritos dos que estão sendo cremados. Todo esse cenário nos indica por que Varanasi é conhecida como A Cidade dos Templos, das Luzes ou Capital Religiosa da Índia.

Depois do brilho nos olhos diante dos rituais de adoração e cremação às margens do Ganges, não pude segurar a inquietação sobre a brusca mudança na paisagem natural. Ao procurar uma Organização Não-Governamental (ONG) ambientalista local, pude desaguar esses meus questionamentos. O árduo trabalho da ONG consistia na conscientização ambiental de todos que utilizam o rio, tanto para fins de subsistência ou laboral quanto religioso. Um de seus membros me disse que o rio é responsável por uma biodiversidade de fauna e flora, a qual a ONG tem por missão conservar. Outra problemática que é objeto de sua atuação é a saúde pública, já que a população ingere essa água visando à cura de doenças e purificação de seus pecados.

Nesse diálogo, o ambientalista me descreveu o prenúncio da morte do rio devido ao alto grau de poluição proveniente do esgoto doméstico, industrial, agrícola, além dos resíduos dos rituais de purificação das almas dos que morreram (muitos são cremados e suas cinzas são lançadas no rio, porém alguns, como crianças e grávidas, não o são, tendo seus corpos diretamente lançados). Ele disse que o nível de degradação varia desde o escovar de dentes de um hindu à poluição industrial, bem como tem ocorrido o fenômeno de assoreamento, em boa parte devido aos constantes rituais de cremação, o que aumenta o desafio de sua atuação.

A ironia do cenário estava escancarada aos meus então ingênuos olhos de turista ocidental. E então, me questionei: como um rio sagrado — como tantos outros elementos da natureza indiana, por exemplo, os animais — pode ser tão agredido? A sacralidade não deveria ser uma boa razão para a sua preservação? O ambientalista sorriu e acrescentou que o Ganges é muito mais do que um rio, é como uma divindade materna, um dos elementos mais sagrados na religião hindu, que concentra toda uma fé de que ele é capaz de purificar, limpar todos os pecados e curar doenças.

Em mim, a contradição só fez se acentuar. Questionei se os hindus não percebem que estão poluindo gravemente as águas que vão, ironicamente, lavar seus pecados? Ou que estão matando a deusa que purifica os espíritos moribundos? E que, finalmente, eles podem estar acabando com aquilo que mais adoram e estar matando essa possibilidade para as gerações futuras?

Daí veio outro *insight* merecedor de destaque. Nunca havia estado tão clara a complexa, porém intrínseca, relação entre as questões ambientais e culturais, naquele caso, também religiosas. Assim, percebi que a mesma relação de perspectiva de futuro — intrínseca à terminologia *sustentabilidade*, que se engendrou em questionamentos sobre as relações estabelecidas com meio o ambiente — deve se aplicar às questões culturais. Ali, diante daquele cenário, aos meus olhos de estrangeira, as mortes (seja dos hindus em processo de purificação, seja do próprio rio) se sobrepunham. O futuro do Ganges estava em questão, consequentemente, de toda tradição hindu a ele vinculada.

O ambientalista sorriu serenamente. Disse que, ali, é a fé que mobiliza essa relação com o rio. Assim, para os hindus, é justamente porque o rio é tão sagrado que seria imortal, inabalável diante da ação humana, inatingível diante dos eventuais resíduos despejados através dos rituais de adoração, por exemplo. A recíproca era verdadeira. O Ganges como um dos elementos mais sagrados da fé hindu não poderia atingir a saúde daqueles que o veneravam.

O ambientalista prossegue descrevendo que o grande desafio de sua atuação consiste na existência de duas esferas distintas: uma mais racional, que reconhece o rio como recurso hídrico, *habitat* da biodiversidade local e ameaçado pelos impactos socioambientais, como problemas na saúde pública, poluição e assoreamento; e outra que venera a deusa Ganga, pertencente à esfera da fé, atingindo diretamente o campo da emoção humana, relativo à crença da imortalidade dos seus deuses.

Numa pausa, aquietei-me. Em silêncio, solidarizei-me com os ambientalistas que lutam por uma causa tão complexa. Daí surgira uma centelha da presente pesquisa. Como se dá essa relação entre a sustentabilidade da cultura/religião e a sustentabilidade ambiental? Quão complexo pode ser a manutenção dessas diferentes esferas ontológicas? Como aquele ambientalista tem forças para lutar por causa tão árdua? Por

fim, num impulso, perguntei pretensiosamente: *E você? Acredita na divindade do Ganges?* Ele me surpreendeu com um: *Sim, ele é um dos mais sagrados que existe.*

O ambientalista era a personificação dessa complexa relação. Ele tinha a consciência das razões que levam à diminuição da biodiversidade local, ao assoreamento do rio, aos problemas de saúde pública, mas nem por isso abandonou sua fé na deusa Ganga, que corre naquelas suas águas. Aquele personagem fundia as duas esferas, que, à primeira vista, pareciam contraditórias.

Aquele momento nunca saiu da minha memória e essa inquietação ficou latente em mim até esta retomada do caminho acadêmico. No meu roteiro atual, passei de uma viajante curiosa a uma pesquisadora insistente. Se a cultura indiana me tornara uma turista ingênua, o litoral pernambucano me tornaria uma pesquisadora mais familiarizada. Não pretendo aqui dizer que a presente pesquisa esgotou a investigação sobre todos os aspectos culturais, religiosos e ambientais do objeto de estudo. Longe disso. Apenas quis dizer que o Estado onde nasci me possibilitou ser menos estrangeira, menos alheia, menos distante do que na experiência anterior.

A *Festa da Ouriçada* — que emergiu na busca pessoal por um objeto de estudo que tentasse se assemelhar com a complexidade observada nas margens do Ganges — teve sua origem na crença local oriunda do catolicismo popular vinculada a Santa Luzia, protetora dos olhos, de que quem fosse pescar em seu dia (13 de dezembro) ficaria cego. Respeitando a crença, essa comunidade se dedicou a, neste dia, catar ouriços e realizar a festa em devoção à santa.

Seu *locus* é a Baía de Suape, que é composta por uma paisagem quase paradisíaca do encontro das águas calmas dos rios com o mar intermeadas por ilhas de tamanhos distintos. Suape também é cercada pelo historicamente famoso promontório do Cabo de Santo Agostinho, por onde se estende o retilíneo recife de arenito, onde os ouriços são coletados. O colorido é pincelado nas suas águas pelos tradicionais barcos de pesca artesanal, evidência da cultura popular local, mas também é composto pelas riquezas naturais do mar turquesa, das areias claras e do verde dos mangues e das matas persistentes. Como na experiência indiana, são as águas que intermedeiam essa relação entre o homem, sua cultura e sua religiosidade e o meio ambiente local.

Um elemento, que não estava tão explícito no cenário indiano, se ergueu na forma de gigantescas estruturas de ferro e concreto nas sólidas instalações do Cips. Como se verá ao longo do texto, dentro da vigente diretriz da política de desenvolvimento econômico do Estado pernambucano, o Cips representa a redenção econômica tão almejada por seus projetistas. No campo ideológico, ele figura a concretização da racionalidade econômica em detrimento da ambiental. A introdução desse elemento no objeto de estudo o torna tão complexo quanto urgente. O tempo do progresso vem de encontro ao tempo das tradições pesqueiras artesanais da Baía de Suape, que agora envolve questões ambientais, cultural-religiosas, sociais e econômicas.

Aos olhos da agora pesquisadora, a realidade foi se configurando a partir das investigações de campo e de textos, desvelando o dinamismo dos encontros entre os tempos do progresso e das tradições, das esferas racionais e afetivas, por fim, das racionalidades econômicas e ambientais características de uma pesquisa de fundo interdisciplinar como a que ora se apresenta. Não obstante toda essa amplitude supracitada, foi preciso selecionar determinados aspectos do objeto de estudo e, para seu melhor entendimento, a pesquisa foi distribuída em cinco capítulos.

O primeiro capítulo concerne aos aspectos teórico-metodológicos, subdividindo-se no referencial teórico e nos aspectos metodológicos propriamente ditos. O primeiro visa a explorar algumas categorias pertinentes, tais como as revoluções científicas e seus paradigmas, racionalidade econômica e ambiental, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e sustentado, conflito socioambiental, territorialidade marinha, relações entre tradições culturais e religiosas e o meio ambiente, entre outros. Na sequência, o subcapítulo aspecto metodológico se encarrega da descrição dos caminhos trilhados na pesquisa, dos instrumentos metodológicos escolhidos, dos desafios e conquistas vivenciados e, por último, reelabora seus objetivos, de acordo com as mudanças de rota a que a própria pesquisa reconduziu.

No decorrer da pesquisa, como será explanado no primeiro capítulo, surgiu a necessidade de construção do segundo capítulo. As contradições dos depoimentos e a pouca clareza da geografia da região trouxeram à tona a investigação histórica, na qual foi evidenciada toda a relevância econômica, política, religiosa, cultural dessa baía, o que se tornou imprescindível para a compreensão de como foi constituído o cenário

atual. Esse breve contexto histórico também indica aspectos regionais que poderiam ser considerados na perspectiva de patrimônio histórico e cultural.

Já o terceiro capítulo se dedica aos aspectos socioeconômicos, subdividindo-se na descrição do engendramento e da consolidação do Cips; e na descrição socioeconômica vivenciada pela população de sua área de influência. O primeiro, *O Cips finalmente embarca!* descreve como surgiu o projeto do eldorado pernambucano para a retomada do Estado no quadro de destaque na economia brasileira, quiçá mundial e seu recente e vertiginoso crescimento nos últimos anos. Mas em *E seu povo fica a ver navios...* emerge à dados sobre alguns aspectos considerados de relevância, compondo um diagnóstico socioeconômico dos municípios do território legal do Cips, além daqueles pertencentes à sua área de influência direta ou indireta. Nessa parte, pode-se perceber uma distorção entre as promessas de desenvolvimento socioeconômico e de qualidade de vida e a realidade apresentada pelos dados e conferida nas visitas de campo.

O capítulo quatro se debruça sobre os aspectos socioambientais, subdividindo-se na descrição do ambiente natural e dos impactos ambientais sofridos pelo mesmo. Enquanto a primeira parte contextualiza a sua paisagem natural, a segunda traz os dados coletados sobre os impactos, sobretudo provenientes da instalação e ampliação do Cips, sentidos pelo seu meio biótico. Também é nesse campo temático que se faz a análise sobre os impactos da *Festa da Ouriçada* diante da população estimada de ouriços na plataforma recifal.

Por fim, o capítulo cinco expõe os aspectos socioculturais, subdividindo-se em *As Comunidades da Praia de Suape e da Ilha de Tatuoca* e a *Festa da Ouriçada*. A primeira parte dedica-se à análise dos aspectos culturais da comunidade pesqueira artesanal local, o que contribui para a compreensão acerca da relevância cultural da *Ouriçada* enraizada naquela região. Finalmente, a segunda faz uma descrição detalhada da intensa experiência de observação participante, durante a *Festa da Ouriçada*, tentando transmitir ao leitor todos os aspectos que a envolve.

A organização dos capítulos supracitados teve a intencionalidade de abranger a amplitude da problemática sem perder o foco da questão levantada. Para isso, a

interdisciplinaridade foi essencialmente o fio condutor, o horizonte, a bússola. Foi essa perspectiva da totalidade que permitiu a execução do presente trabalho.

Portanto, nesta pesquisa, pretendo provocar no leitor os mesmos questionamentos que outrora fiz às margens do Ganges. Diante da brusca modificação na paisagem da Baía de Suape, cabe a reflexão sobre como se manifesta ali a categoria *sustentabilidade* dentro da relação intrínseca entre as questões ambientais, culturais e sociais, tendo como contexto a *Festa da Ouriçada* e suas particularidades irreplicáveis.

Capítulo I
REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 O Caminho

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante, no hay camino,
sino estelas en la mar.
António Machado[1]

Assim como no poema, a humanidade vem escolhendo seus caminhos caminhando. Isso, em palavras menos poéticas, significa que: é no decorrer do complexo processo civilizatório — no seu caminhar — que a humanidade — caminhante — elabora seus paradigmas — caminhos — *e ao olhar para trás, vê-se a senda que jamais se há de voltar a pisar*.

Entretanto, os caminhos da construção e consolidação de seus paradigmas nem são tão lineares, tampouco unidirecionais. Segundo Morin (2000), a noção de *paradigma* de Thomas Khun é na perspectiva do revolucionismo que vai de encontro ao evolucionismo de Popper (FERNANDES & SAMPAIO, 2008). Isso se dá devido à descrição das constantes revoluções científicas — tanto entre as correntes que buscam sua consolidação chamada de *ciência extraordinária* quanto dentro daquela universalmente aceita, a *ciência normal*.

> *A ciência está sempre em movimento, em ebulição, e talvez o próprio fundamento de sua atividade é ser impulsionada pelo poder de transformação. Disto se conclui que é ingênua a ideia de que há um progresso linear das teorias que se aperfeiçoam mutuamente* (MORIN, 2000). *A ciência define-se pela* incerteza, e não pela

[1]Estrofe XXIX de *Proverbios y cantares* do livro *Campos de Castilla* de António Machado, 1912.

> certeza[2]*, e a teoria científica é uma construção que depende essencialmente do diálogo com o mundo dos fenômenos e não está desligada dos elementos culturais, sociológicos, econômicos e espirituais presentes na sociedade. O paradigma científico não está desconectado do paradigma predominante na sociedade, porque a ciência não está desligada da sociedade, da cultura, da natureza. Ela produz e se reproduz para e a partir dessas realidades naturais, culturais e sociológicas. Um paradigma pode ser definido, assim, como um conjunto de valores e regras socioculturais universalmente aceitos por algum tempo em uma sociedade ou grupo cultural, moldando e conduzindo as suas práticas* (FERNANDES & SAMPAIO, 2008:88).

Assim, existe uma multiplicidade de subparadigmas em constante transformação, uns visando a sobressair-se em relação aos outros, os quais compõem a trajetória de cada novo paradigma. Seu tempo de consolidação também não é claro, tendo em vista que, enquanto luta por sua hegemonia, coexiste e mesmo dialoga com essa diversidade de racionalidades, inclusive com aquela que, gradativamente, está perdendo o posto de *ciência normal*. Dentro dessa perspectiva, não se pode afirmar ao certo sobre todos os aspectos que envolveriam as possíveis revoluções científicas, mas pode-se dizer que as crises são os sinais mais claros dessas mudanças paradigmáticas.

Num breve olhar para trás, é-nos revelado que a senda da sociedade ocidental privilegiou o economicismo em detrimento de uma visão holística da realidade. Essa trajetória a levou ao que se pode chamar de *crise civilizatória* — civilização esta "marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza" (Leff, 2001: 17) — tendo como um de seus componentes a crise ambiental, e, ao observar sua "pegada ambiental", a humanidade se vê na necessidade de traçar novas rotas.

Embora o ser humano sempre tenha sido parte integrante da natureza, pode-se dizer que, sobretudo no Ocidente, o processo de conscientização ambiental começou a tomar corpo dentro do processo civilizatório a partir da década de 1960, quando se lançou o emblemático livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson. Outro marco, já nos anos de 1970, foi a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, celebrada em Estocolmo, em 1972.

[2] Grifo da autora e que será explicado no final deste texto.

A racionalidade econômica, que, até então, apontava seguramente para o infinito, se deparou com os limites do crescimento econômico, resultado inexorável dos insustentáveis padrões de produção e consumo. Ou seja, essa racionalidade tende a ignorar o fato de que "a biosfera não 'cresce' e é a fonte de todos os materiais que alimentam a economia e lugar de despejo dos seus rejeitos" (MERICO, 1996:30 *apud* FERNANDES & SAMPAIO, 2008:89). É essa relação ilimitada de extração e despejo com o meio natural que nos direciona ao colapso entrópico. Pode-se dizer que essa racionalidade tão hegemônica na contemporaneidade se mostrou uma irracionalidade socioambiental.

Tem-se a construção de novos conceitos como instrumentos de orientação, tal como *ecodesenvolvimento*, que postulou "a necessidade de fundar novos modos de produção e estilos de vida nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade étnica e na autoconfiança das populações para a gestão participativa dos recursos" (LEFF, 2001:17). Mas com o acirramento da crise econômica e a consequente implantação do projeto neoliberal, o *ecodesenvolvimento* foi sendo substituído pelo conceito de *desenvolvimento sustentável*, o que, segundo Leff (2001:18), submeteu o discurso ambiental crítico "aos ditames de uma racionalidade globalizante e homogeneizante" (LEFF, 2001:26).

Foi com o Relatório Brundtland, também conhecido como Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se reconheceu o campo conflitivo do desenvolvimento como constituído pelas disparidades nos campos econômico, social, político e ideológico entre as nações (LEFF, 2001: 19).

Assim, visando à construção de uma relevante estratégia para a sobrevivência da própria espécie humana, formulou-se o conceito de *desenvolvimento sustentável* como "um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender às gerações futuras" (Relatório Brundtland, 1988). Esse discurso do desenvolvimento sustentável foi ganhando cada vez mais defensores, sobretudo após a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento* (CNUMAD), denominada *Rio-92*. E sua progressiva disseminação veio a evidenciar os diversos desafios intrínsecos a essa pretensa mudança de paradigmas, no campo teórico ou prático.

Por um lado, a elaboração desse conceito pode representar uma conquista, já que oportuniza relevantes questionamentos sobre dimensões do desenvolvimento vigente, almejando uma visão integrada quanto às esferas econômica, social e ambiental, antes fragmentadas.

> *Na percepção dessa crise eco1ógica, foi sendo configurado um conceito de* ambiente *como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização. O ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinergéticos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. O saber ambiental ocupa seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso* (LEFF, 1986 *apud* LEFF, 2001:17).

Porém, a construção da categoria *sustentável* carrega em si os supracitados embates típicos das revoluções científicas. Ela é portadora das contradições da sociedade contemporânea, ora as tornando evidentes, ora latentes. E no jogo de poder, cada corrente usa esse movimento de evidência-latência como estratégia de consolidação. E é por isso que, mesmo com todas as diferenças que impulsionariam tais conceitos a se manterem claramente distintos, por muitas vezes, e nem sempre inocentemente, os discursos se assemelham, ou mesmo se equivalem, quanto ao uso de suas terminologias.

Dando uma face ideológica a cada discurso entoado, Leff (2001) sugere uma diferenciação conceitual entre o termo *sustentável*, defendido pela racionalidade ambiental, e o termo *sustentado*, na voz de um ambientalismo neoliberal. Este último, por exemplo, faz uso da *sustentabilidade* como estratégia de mercado, que, por sua vez, estabeleceria valores pecuniários e direitos de propriedade aos bens e serviços ambientais, e o "livre toque de suas mãos" solucionaria suas crises. Questões como "tempos ecológicos de produtividade e regeneração da natureza, valores culturais e humanos" (LEFF, 2001: 20) seriam internalizadas, e categorias como *capital humano, natural* e, por que não?, *cultural* são suas maiores expressões. Assim, tal internalização

e suas respectivas terminologias podem ser interpretadas como uma estratégia de legitimação da apropriação tanto dos bens ambientais quanto dos culturais.

> *O discurso do desenvolvimento sustentável pressupõe que a economia entrou numa fase de pós-escassez, isto é, que a produção, como base da vida social, foi superada pela modernidade. Essa estratégia discursiva desloca a valorização dos custos ambientais para a capitalização do mundo como forma abstrata e norma generalizada da sociedade. Esse simulacro da ordem econômica pretende ter libertado o homem das cadeias da produção, reintegrando-o à ordem simbólica* (BAUDRILLARD, 1980 *apud* LEFF, 2001: 27).

Portanto, o discurso da sustentabilidade pode servir para a negação dos limites do crescimento e para a aceleração da "corrida desenfreada do processo econômico para a morte entrópica" (LEFF, 2001: 23). Isso denotaria seu mais profundo paradoxo, o qual está camuflado no *trompe d'oeil* intrínseco à sua terminologia, já que há um caráter de irrefutabilidade no uso do termo *sustentável*. Afinal, se é "sustentável", quem se posicionará contra?

Ainda, segundo Cavalcante e Ferraro Júnior (2002), "a palavra 'sustentabilidade' tem forte conotação valorativa: reflete mais uma expressão de desejos e valores de quem a exprime do que algo de aceitação geral". Assim, no relativismo de valores de Araújo (2001), em nome da liberdade, conduzem-se as relações sociais a um individualismo tal que pode se tornar "uma vertente do autoritarismo ainda mais violenta, posto que ideias e práticas de exclusão são justificadas e naturalizadas a partir de interesses individuais ou de grupos econômica e/ou ideologicamente dominantes" (ARAÚJO, 2001, p. 11).

Desse trecho, podem-se destacar alguns aspectos relevantes e inter-relacionados. De acordo com a análise acima, a terminologia *sustentabilidade* pode ser esvaziada, paradoxalmente, de uma possível perspectiva de solidariedade intergeracional ou mesmo "legitimar" a manutenção do atual, excludente e, ironicamente, insustentável modelo civilizacional. Ao mesmo tempo, admite a existência de distintos interesses e seus respectivos atores, os quais, por sua vez, estabelecem desiguais relações com o meio ambiente e sua equivalente responsabilidade no contexto de crise ambiental. Segundo Foladori (2005), por exemplo, as classes sociais detentoras dos meios de produção deveriam também ser as mais detentoras dessa responsabilidade.

Foi no litoral pernambucano que a presente pesquisa se debruçou para observar essas relações intrínsecas à categoria aqui em debate. Pois é ali que vem se concretizando um emblemático megaprojeto representativo da racionalidade econômica, mas que até tenta se autonomear de *sustentado,* na perspectiva do ambientalismo neoliberal de Leff (2001). Aqui, referimo-nos ao Cips, localizado entre os municípios pernambucanos do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. E, entre as novas instalações que merecem destaque, tem-se a consolidação de um polo naval encabeçado pelo Estaleiro Atlântico Sul (EAS), localizado na Ilha de Tatuoca.

Resistindo sob outra racionalidade, tem-se a ilha supracitada, a qual tem em torno de 7,5 km² e está localizada ao sul do Cabo de Santo Agostinho, a 52 km do Recife, pertencente à Baía de Suape, com áreas preservadas de mata atlântica, mangue e salinas, banhada pelos rios Tatuoca e Massangana.

A Ilha de Tatuoca já foi ocupada pelos canibais guerreiros Caetés, portugueses, franceses, holandeses e africanos, mas hoje prevalece a influência da cultura indígena, observada na construção de embarcações, no uso de tarrafa, no nome da ilha e do rio, na culinária, na ausência de cercas entre os sítios, na tradição das louceiras, entre outras. (MILIANO, 2010). Historicamente, a população local adotou o modelo da cultura rústica (ARRUDA, 1999), com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza.

Possivelmente por suas características geográficas, ou seja, por ser uma ilha, Tatuoca conseguiu se distanciar dos principais focos econômicos e preservar algumas tradições características da região. Por exemplo, a concepção de posse/propriedade de terra se constituiu a partir do processo histórico do uso da mesma mediante o pagamento de foro aos seus "donos". Porém, nos últimos tempos, esse procedimento caiu em desuso. Suas terras continuam sendo cultivadas pelos descendentes e suas famílias, os quais entendem já terem direitos sobre ela. Essa questão foi, e tem sido, objeto de disputas judiciais envolvendo os grandes empreendedores do Cips e os tradicionais ilhéus de Tatuoca.

Além dessas questões sociais, tem-se as disputas voltadas para as questões ambientais. Assim, não obstante a Ilha de Tatuoca ser considerada uma Área de

Preservação Permanente (APP) — conceito que surgiu com o Código Florestal[3] e foi posteriormente mais bem detalhado[4] –, todo esse processo está embasado na diversidade de interpretações possíveis da própria legislação. Tanto o Decreto-Lei nº 3365/41 de Desapropriação por Utilidade Pública como o próprio Código Florestal, nos termos do § 1º, do art. 3º, favorecem a supressão de áreas consideradas de preservação permanente quando o órgão ambiental entender necessárias à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

> *O projeto que teve a maior permissão para supressão em termos de hectares em uma única autorização (Lei 14.046/2010) foi o projeto de urbanização das Zonas Industriais (ZI) e Industrial Portuária (ZIP) Complexo Industrial Portuário de Suape – CIPS, que só [em 2010] recebeu licença para subtrair 691,4574 ha de mata atlântica, inclusive mangue e restinga. Entretanto, este empreendimento não necessitou apenas da lei supramencionada: das 29 leis que autorizaram supressão de vegetação de APPs em Pernambuco [em 2010], 6 (seis) contemplam este empreendimento diretamente* (MOSTAERT & STEINER, 2010:10).

Observa-se que a excepcionalidade vem se tornando cada vez mais permanente, esvaziando o sentido das Áreas de Preservação Permanente. Com isso, desconsidera-se que "os próprios serviços ambientais oferecidos pelos ecossistemas suprimidos são de interesse público e até mesmo econômico" (MOSTAERT & STEINER, 2010:2). Além disso, perde-se a visão de uma histórica etnoecologia exercida por suas comunidades tradicionais, que poderiam contribuir para a elaboração das políticas públicas regionais.

Agora, a categoria que se revela na presente pesquisa é a do conflito socioambiental. Segundo Acselrad (1995 *apud* SILVEIRA, 2010), os conflitos socioambientais são engendrados nas questões sociais que se relacionam com as apropriações e os usos dos elementos naturais, o que envolve, inexoravelmente, as

[3] Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965.

[4] A partir dos adendos da Medida Provisória nº 2.166-67/01 e da Lei n° 7.803/89, no inciso II do §2 do art. 1º do Código Florestal, Áreas de Preservação Permanente são definidas como área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos; nessa definição, inclui-se, também, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, a proteção do solo e a garantia do bem-estar das populações humanas. Consideram-se de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situada ao longo dos rios ou de qualquer curso de água; ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificiais; nas nascentes, ainda que intermitentes; nos chamados *olhos de água*, em qualquer que seja a sua situação topográfica; no topo de morros, montes, montanhas e serras, além de nas encostas ou partes destas; nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; nas bordas dos tabuleiros ou chapadas; e em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros.

relações de poder entre os distintos atores da sociedade. Ou seja, a dimensão ambiental é construída a partir desses embates. Na pesquisa conduzida por Silveira (2010), levantaram-se dezessete conflitos pertinentes às vinte e sete comunidades persistentes na região de Suape, dos quais onze eram relacionados com questões agrário-fundiárias e seis eram socioambientais, todos envolvendo as empresas do Cips. Destes últimos, quatro são diretamente decorrentes dos impactos das novas instalações e da poluição gerada pelos empreendimentos do Cips. A autora acima também destaca os conflitos relacionados às desapropriações de terras nas áreas destinadas à compensação ambiental do próprio Cips.

Dessas "invasões" em áreas de preservação, muitas são dos antigos habitantes — com suas tradicionais moradias e meios de subsistência vinculados diretamente àquelas terras, onde hoje se erguem gigantescas estruturas de ferro e concreto —, que buscaram reconstruir suas vidas o mais próximo possível dos elementos naturais dos quais necessitam. Hoje, essa população, majoritariamente de agricultores e pescadores artesanais, tem sido constantemente criminalizada ambientalmente e conhecida como *invasora*. Qualquer encontro com um desses interlocutores nos revela que eles, que habitam aquelas terras por gerações, enxergam o Cips como o verdadeiro invasor.

Para além das terras, existe a territorialidade. Aqui, *territorialidade* é concebida como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu "território" ou *homeland* (cf. SACK 1986: 19 *apud* LITTLE, 2002). E a concepção dessa categoria — não só em Tatuoca, mas em toda a comunidade da Baía de Suape — extrapola os limites terrestres, pois, para os pescadores artesanais do litoral, sua apropriação se articula aos usos, significados e conhecimentos das águas, formando-se territórios marinhos.

> *A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas cria territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o território encompassa também a noção de lugar mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar* (MALDONADO, 1993: 105).

Portanto, a ampliação do Cips, em especial de seu *cluster* naval, segue na direção desses territórios e seus respectivos significados na Baía de Suape, ao deslocar

sua comunidade vinculada àquela terra por gerações, que habitam o campo físico, mas também desenraizando suas tradições, que habitam o campo teórico. Afinal,

> *a expressão da territorialidade [destas comunidades] não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território* (LITTLE, 1994 *apud* LITTLE, 2002).

Mas há algumas de suas tradições que extrapolam a ilha.

Como irá ser melhor contextualizado na metodologia, a pesquisa foi inicialmente formulada a partir do entendimento de que a *Festa da Ouriçada*, seu principal enfoque, se realizara em Tatuoca, o que só foi corrigido durante a investigação empírica. Portanto, o *locus* é ampliado. Agora o olhar investigativo se volta para Baía de Suape que, mesmo não se encontrando exatamente ilhada das influências da sociedade moderna, ainda guarda suas caprichosas tradições. De acordo com os dados da prefeitura do Cabo de Santo Agostinho[5], a *Festa da Ouriçada* teve sua origem nos anos 1940, mas os interlocutores, mesmo não sabendo precisar uma data exata, declararam que a Festa é centenária. Dona Lala, a principal guardiã das tradições que compõem a *Ouriçada* e já bem idosa[6], confessa que sua mãe já frequentara a mesma e que esta tradição predominava em toda a baía. A *Ouriçada* surgiu da crença local do catolicismo popular vinculada a Santa Luzia, protetora dos olhos, de que quem fosse pescar em seu dia (13 de dezembro) ficaria cego. Respeitando a crença, esta comunidade se dedicou a catar ouriços e realizar a festa em sua devoção.

Para a melhor análise desta tradição e das categorias a ela relacionadas, deve-se destacar alguns aspectos. Um deles é a supracitada territorialidade constituída pelas identidades ancorada naquelas águas. Sabe-se que o "conhecimento tradicional redunda na apropriação e relação afetiva com o espaço (Topofilia[7])" (MILIANO, 2010: 43) e neste caso o espaço extrapola a terra firme, a qual, por sua vez, é desenhada pelas águas

[5] Acessado em: http://www.cabo.pe.gov.br/noticias.asp?codigo=515.
[6] Alaíde da Silva, conhecida por Dona Lala, declarou ter 71 anos na edição da Festa da Ouriçada de 2012.
[7] Topofilia foi utilizado pela primeira vez por Gaston Bacherlad, em "Poetas do espaço" de 1957, mas ganhou destaque com seu uso pelo geógrafo Yi-Fu-Tuan, o que distinguiu o "espaço" abstrato e genérico de um "lugar" concreto e habitado.

dos rios e do mar. Portanto, pode-se dizer que a tradição em questão está diretamente vinculada a esta territorialidade marinha.

Nesse caso, também merece destaque outra relação: as influências recíprocas que ocorrem entre o meio ambiente e as tradições culturais e religiosas para além da territorialidade. Segundo Gardner (2010), as representações religiosas, os rituais, os tabus e as crenças tradicionais exercem um relevante papel em casos de impacto ambiental. O autor prossegue exemplificando a comunidade de Ningo, em Gana, que protege as tartarugas, vistas como deusas e os moluscos que habitam um lago sagrado. Mesmo com leis que combatem a pesca predatória, os moluscos são sete vezes mais numerosos, e 80% da área de nidificação de tartarugas da costa ganesa está sob a influência deste tabu. Outro exemplo, na Índia, é o *Festival de Ganesh Chaturthi* (deus metade elefante e metade homem), onde são consumidos milhares de produtos de símbolos religiosos pintados com tintas brilhantes, os quais são oferecidos aos rios, lagos e mares, contaminando suas águas. Em Bangalore, estima-se o uso de 25 a 30 mil desses produtos, causando um aumento da acidificação, a duplicação de sólidos dissolvidos, um aumento de dez vezes no teor de ferro e 200% a 300% de aumento de sedimentos de cobre (GARDNER, 2010:32-33).

Segundo Anderson (1996), as sociedades tradicionais que têm alcançado êxito na gestão dos recursos naturais, com o tempo, o atribuem às representações religiosas e rituais destes mesmos recursos. Este autor ainda destaca que, antes mesmo da religião, é o uso de símbolos culturais emocionalmente poderosos, capazes de imprimir determinados códigos morais e sistemas de gestão, que são responsáveis por estas experiências exitosas.

Já para Rappaport (1999), o ritual pode ser considerado a mais poderosa forma de comunicação, mais do que a linguagem oral, sendo seus avanços úteis para a proteção ambiental, especialmente dentro de culturas que são profundamente enraizadas no ambiente natural. Rituais expressam profundidade, verdades aceitas culturalmente de uma forma tal que a linguagem oral, a qual é facilmente manipulada e frequentemente usada a serviço de inverdades, não é capaz de equiparar-se (GARDNER, 2010:31).

Os rituais festivos da *Ouriçada* são oferecidos em troca de proteção da santa e sua inadequada realização pode implicar em punição por parte desta, o que faz emergir

sentimentos como gratidão ou medo. Com o deslocamento da comunidade da Ilha de Tatuoca em pleno processo e a visível urbanização sem planejamento na Praia de Suape, não se pode garantir a perpetuação desses rituais após tais transformações, já que, segundo Little (2002), os vínculos sociais, simbólicos e rituais são elementos essenciais para a constituição dos territórios sociais e "a identificação de lugares sagrados por um grupo determinado representa uma das formas mais importantes de dotar um espaço com sentimento e significado" (DELORIA, 1994 *apud* LITTLE, 2002).

A realização das fogueiras e outras celebrações da *Festa da Ouriçada* já sofreram alguns deslocamentos devido às pressões da urbanização e instalações de grandes empreendimentos, mas nunca se afastaram da plataforma recifal, no qual os ouriços são coletados. Esse processo pode se constituir num topocídio enquanto "uma ruptura com o patrimônio cultural a ele [o lugar] associado através dos mapas mentais e emocionais, proporcionando por esse processo a sensação de luto" (MILIANO, 2010: 65).

Outro aspecto relevante nos remete ao engendramento do interesse por essa temática, citado na apresentação deste trabalho. Ou seja, a percepção da transversalidade da categoria intergeracional dentro das questões de sustentabilidade e de tradições cultural-religiosas. Aqui, tem-se que os conhecimentos tradicionais se constituem num saber fazer pela tentativa e erro, em que, pela perspectiva dos Modelos de Transmissão Cultural, segundo Cavalli-Sforza & Feldman (198l), a cultura é definida

> *com ênfase na transmissão cultural, ou seja, sendo a capacidade de aprender e transmitir conhecimento entre gerações. A transmissão cultural vertical (pais para filhos), horizontal (mesma geração) e oblíqua (entre gerações) é analisada pelos autores citados junto com as forças de evolução cultural* (Cavalli-Sforza & Feldman, 198l *apud* BEGOSSI, 1993:136).

Não obstante haja um repasse intergeracional de tradições, observou-se que, ao longo do tempo, algumas destas pertencentes à *Ouriçada* caíram em desuso, fazendo-se necessário o uso da memória coletiva de seu povo, já que "no ato de lembrar nos servimos de campos de significados — os quadros sociais — que nos servem de pontos de referência." (BARROS, 1989: 30 *apud* MILIANO: 59-60).

Essas perdas ou rupturas com a cultura de origem por vezes configuram um trauma que talvez nunca seja recordado ou falado, provocando angústias primitivas de fragmentação, assim como fantasias de autoengendramento que podem ser repassadas para as gerações subsequentes, nas quais progressivamente toma corpo a ilusão de surgimento de uma geração aparentemente sem história ou memória (CORREA, 2000: 68 *apud* MILIANO, 2010: 53).

No caso do presente estudo, parte do público abordado, embora reconheça os impactos socioambientais advindos do Cips, avalia sua existência como positiva. O embarque do desenvolvimento na região enche sua população de esperança por tempos melhores. As promessas de desenvolvimento — entendido como emprego e renda, qualidade de vida para as atuais e futuras gerações — sopram as velas de suas embarcações. Antigos pescadores artesanais e seus descendentes mudam o rumo de suas vidas, seguindo as coordenadas do modo industrializado de trabalho, para a qual apresentam pouca adaptabilidade.

> *Acentuam-se, como consequência dessas transformações, a fragmentação do trabalho artesanal da pesca e, em virtude disso, o desenvolvimento do estágio atual de vulnerabilidade social causado pelas precárias condições de trabalho que se contrapõem, ou justapõem, a um desenvolvimento da técnica de trabalho cujo interesse é a busca do lucro — racionalidade econômica característica das sociedades modernas urbanas industriais* (SILVA, 2012).

A racionalidade econômica é, convenientemente, míope para os problemas socioambientais, já que assumi-los seria seu ato de suicídio, derrubando os pilares de sua própria existência.

> *O neoliberalismo ambiental busca debilitar as resistências da cultura e da natureza para subsumi-las dentro da lógica do capital. Seu propósito é legitimar o espólio dos recursos naturais e culturais das populações dentro de um esquema combinado, globalizado, onde seja possível dirimir os conflitos num campo neutro. Através desse olhar especular (especulativo), pretende-se que as populações indígenas [e, por que não?, as populações tradicionais* lato sensu] *valorizem seus recursos naturais e culturais (sua biodiversidade e seus saberes tradicionais) como capital natural, que aceitem uma compensação econômica pela cessão desse patrimônio às empresas transnacionais de biotecnologia. Seriam estas as instâncias encarregadas de administrar racionalmente os "bens comuns", em benefício do equilíbrio ecológico, do bem-estar da humanidade atual e das gerações futuras* (LEFF, 2001:29).

Mas, como já fora citado, esse campo neutro é ilusório. Os conflitos socioambientais ocorrem, efetivamente, nos campos de batalha a partir de cada relação de poder estabelecida entre os distintos atores sociais. No caso em estudo, tem-se, de um lado, a comunidade predominantemente composta por pescadores artesanais com suas respectivas tradições, dentre elas a *Festa da Ouriçada*; do outro lado, o Cips e suas promessas desenvolvimentistas da redenção econômica pernambucana. Mas as promessas não se concretizam. Homem ao mar!

Trocando em miúdos, não há neutralidade ou isenção nos papéis exercidos por cada personagem nos conflitos socioambientais. Cada um luta por seus interesses. Aliás, pode-se dizer que a problemática socioambiental é genuinamente engendrada nas questões sociais, isto é, nas relações que os respectivos grupos sociais estabelecem com a natureza — "a problemática ambiental como problemática econômica, social, cultural e espiritual, dependendo da corrente teórica e acadêmica" (FERNANDES & SAMPAIO, 2008:89). Assim, as problemáticas ambientais são constructos sociais que definem essa relação.

> *Desequilíbrio social e desequilíbrio ambiental são problemas que têm a mesma origem: a racionalidade predominantemente econômica. Estamos embarcados numa aventura econômica, científica e tecnológica que é irreversível* (SERRES, 2000 *apud* FERNANDES & SAMPAIO, 2008:89).

Esta racionalidade hegemônica é o reflexo das também hegemônicas relações humanas, que, por sua vez, são tão dinâmicas quanto a ciência, que está em constante movimento, em transformação, potencializando uma mudança paradigmática voltada para a perspectiva holística de mundo. A ciência, lembrando um destaque feito no início deste texto, é mais do que dinâmica, *a ciência define-se pela incerteza, e não pela certeza.* Chegamos num ponto bem interessante, pois nos parece até ser algum tipo de coincidência ou ironia do destino, mas a palavra *suape* — como era antes chamado o Rio Massangana —, em tupi, significa *caminho sinuoso, caminho incerto*. Infelizmente, a concretude dessa racionalidade econômica em detrimento da ambiental parece mesmo conduzir a região para um caminho incerto.

1.2 Se Faz Caminhando

Para realizar esta investigação sobre as relações socioambientais que cercam a *Festa da Ouriçada* e seu complexo contexto na Baía de Suape, priorizou-se a metodologia qualitativa, visando à melhor observação e ao levantamento e entendimento de seus elementos culturais, históricos, sociais e ambientais. Para tanto, fez-se uso de uma extensa revisão bibliográfica e documental, observação participante e entrevistas com ênfase na história de vida e oralidade, na perspectiva da etnografia do conflito socioambiental ou de multiator (LITTLE, 2006). Para além da abordagem qualitativa, foi incluída a quantitativa sobre seu meio biótico, a fim de efetivar a interdisciplinaridade da investigação, o que será esmiuçado mais adiante.

No último caso, tal abordagem representa um encontro das diversas cosmovisões dos distintos grupos e personagens que compõem o cenário em estudo, o que vem a requerer do pesquisador "certo grau de suspensão de valores" (LITTLE, 2006), evitando apoiar explicitamente um dos lados em conflito, o que torna a pesquisa mais desafiadora. Já a memória narrativa — enquanto dimensão cultural — é composta por "símbolos que demarcam a identidade de um grupo social" (TEDESCO, 2002 *apud* SOUSA, 2009), explicitando elementos como "relações sociais, seus vínculos de pertencimento, o significado da natureza biofísica nas suas vidas e o conflito socioambiental vivenciado" (SOUSA, 2009).

Durante a pesquisa, foram formalmente realizadas cinco entrevistas, sendo duas com o casal Dona Lala e Senhor Rubem, considerado pela própria comunidade como guardiões da *Ouriçada*; uma com Seu Biu, pescador e liderança da resistência na Ilha de Tatuoca; e duas com jovens ex-pescadores que hoje trabalham em empresas do Cips. Esses interlocutores foram selecionados durante as visitas de reconhecimento.

Também foram realizadas nove visitas de recolhimento de dados, com observação participante, roda de conversas e as referidas entrevistas, respectivamente registradas em diário de campo e gravador, com a devida autorização. Foram realizados também registros fotográficos. Todo o processo de observação participante priorizou o convívio com o núcleo familiar de Dona Lala, por ser reconhecida por toda a comunidade como guardiã da tradição, como já fora mencionado.

Nessas visitas, cabe destacar a intensa vivência de observação participante durante as duas edições da *Festa da Ouriçada*, ocorridas entre os dias 10 e 13 de dezembro dos anos 2011 e 2012. Em tais ocasiões, os interlocutores se apresentavam mais disponíveis, ou mesmo mais entusiasmados, para descrever detalhes que compõem a manifestação, bem como para defender a preservação de sua tradição. Nessa perspectiva, no dia 10 de dezembro de 2011, das 9h às 15h foi feita uma expedição exploratória sobre a Baía de Suape, vista do promontório do Cabo de Santo Agostinho, da Ilha de Cocaia e da própria Praia de Suape. Também foi naquela ocasião que tive uma das oportunidades de diálogo com Seu Biu, um dos principais personagens na luta pela terra na Ilha de Tatuoca. Esse diálogo teve um caráter mais de estabelecimento do *rapport* e de aquisição das primeiras informações sobre a conjuntura local do que de entrevista propriamente dita.

Diferentemente da maioria das visitas, que priorizava o contato com o grupo social que compõe a festa, a nona teve um foco maior no aspecto biológico, sendo realizada no dia 1º de janeiro de 2013, no horário das 11h às 13h e 30min, no período da baixa-mar de 0,4 (DHN, 2013). A expedição teve como *locus* o recife de arenito de Suape, acompanhada pelo orientador, o Prof. Dr. Ricardo de Souza Rosa, com o intuito de reconhecer a área da plataforma recifal onde os ouriços são coletados, mas especialmente de observar a distribuição espacial dessa espécie e estimar sua densidade e tamanho populacional na plataforma emersa. Para fins de um melhor entendimento sobre as características dessa visita, segue abaixo seu detalhamento metodológico.

Foram feitas cinco transecções transversais à orientação longitudinal do recife (figura 1), distando aproximadamente 30 m entre si, e com comprimento médio de 59 m e largura de 0,71 m, na faixa emersa do recife, em frente à Ilha de Cocaia, explorada pelos catadores da *Festa da Ouriçada*. A origem das cinco transecções, na margem interna do recife, foi determinada com base em suas coordenadas geográficas, tomadas com aparelho GPS Garmin 12 (*datum* Córrego Alegre). Cada transecção foi dividida em três setores com extensões comparáveis a partir de sua origem, que correspondem a: (1) margem interna ou abrigada (parede recifal), (2) topo recifal e (3) frente recifal, sujeito ao impacto das ondas. Para esse fim, as primeiras vinte amostras sucessivas contadas a partir da parede recifal e da frente recifal foram agrupadas e consideradas

representativas dos respectivos setores: às amostras intermediárias restantes foram agrupadas e consideradas representativas do setor do topo recifal.

Figura 1: Imagem de satélite mostrando o universo amostral (linha vermelha) e a localização do início de cada transecção (T1 – T5).
Fonte: Google Earth.

A largura total emersa do recife, correspondendo ao comprimento total de cada transecção, foi medida no campo, com uma corda graduada em metros, e no laboratório, através do programa Google Earth, a partir das coordenadas geográficas. Os dados de largura do recife utilizados para estimativas da área total do recife e dos parâmetros populacionais correspondem à média dos dados obtidos em campo e daqueles obtidos no programa Google Earth.

Ao longo de todo o comprimento de cada transecção, foi posicionado um amostrador retangular (0,81 x 0,71 m) confeccionado com tubos de PVC (figura 2) para a contagem visual do número de indivíduos de ouriços, sendo esta corroborada em laboratório a partir do registro fotográfico (fotoquadrados) de cada ponto amostral,

tomado com câmara digital Olympus Stylus 850SW.

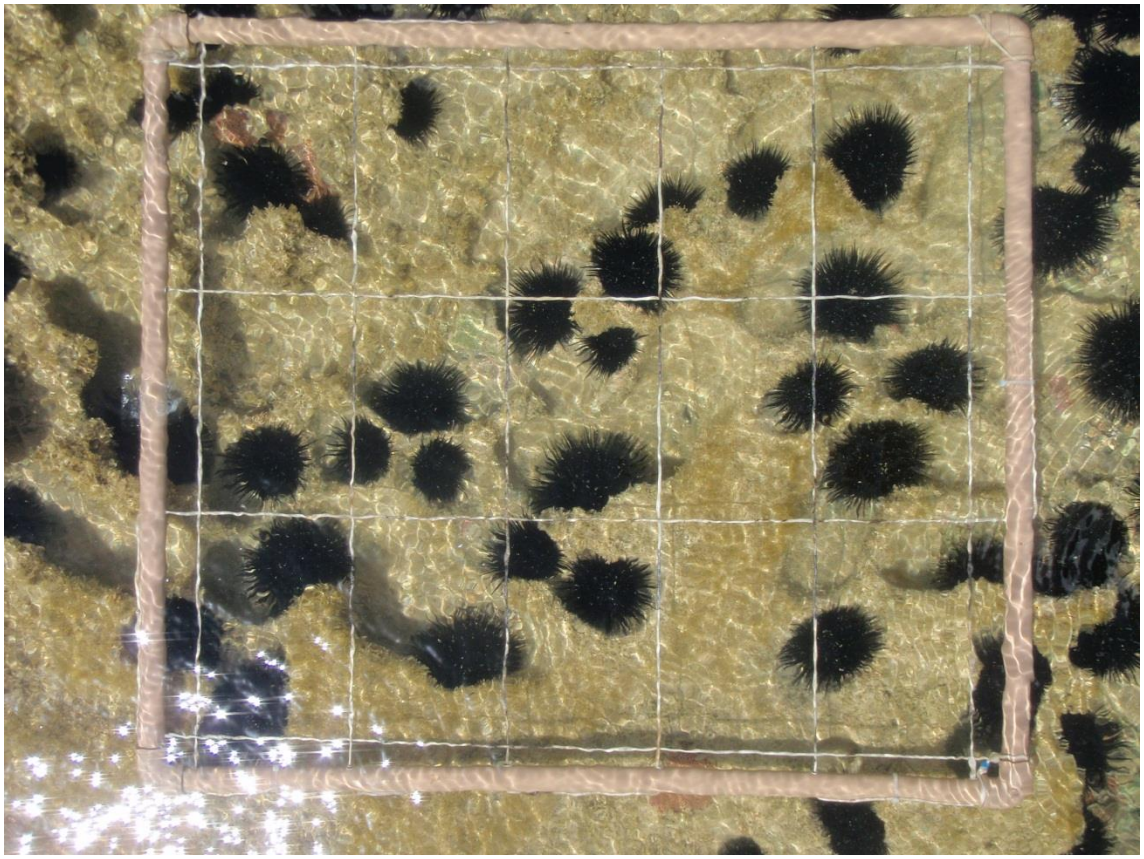

Figura 2: Amostrador retangular (0,81 x 0,71 m) confeccionado com tubos de PVC.
Foto: Ricardo Rosa, 2013.

A densidade populacional (d) é expressa em número de indivíduos x m^{-1} (KREBS, 2001), sendo os resultados indicados como densidade média por transecção, densidade média por setor das transecções e densidade média para o universo amostral, representado superfície emersa da plataforma recifal compreendida entre as transecções 1 e 5. Esta última foi estimada a partir da medida da distância entre as transecções 1 e 5, obtida no programa Google Earth, multiplicada pela largura média da plataforma recifal emersa. O comprimento total do recife também foi obtido no programa Google Earth, visando sua descrição e inferências populacionais.

Essa visita à plataforma recifal, com olhar voltado para o seu meio biótico, foi uma experiência extremamente enriquecedora, pois oportunizou tanto uma nova vivência nesse ecossistema quanto uma melhor visualização sobre a população de

ouriços e sua respectiva análise de dados. A experiência anterior na plataforma recifal, não menos importante, foi de caráter de observação participante sobre o trabalho de coleta dos ouriços e suas respectivas técnicas.

Para a sistematização das entrevistas, foi aplicada a técnica do discurso do sujeito coletivo (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2000 *apud* MILIANO, 2010), fundamentando-se na teoria da representação social enquanto proposta de análise de dados qualitativos de depoimentos, que seleciona, de cada resposta individual, as expressões-chave correspondentes às ideias centrais que são a síntese de seu discurso.

Faz-se relevante destacar determinadas dificuldades que a presente pesquisa apresentou. Uma delas foi para estabelecer os momentos de encontro com os interlocutores, alguns por motivos mais graves de saúde, outros por indisponibilidade de tempo, já que estavam empregados no Cips. Outra dificuldade interessante foi que, no primeiro levantamento para a elaboração do projeto de pesquisa, tanto a geografia local quanto as questões sociais pareciam apontar para uma determinada direção. Por exemplo, *a priori*, a festa parecia ser predominantemente da população da Ilha de Tatuoca, *locus* do polo naval do Cips em plena implementação, logo pleno deslocamento de sua população. Somente depois do estabelecimento do *rapport* e de conferir ou (re)questionar os interlocutores foi que pude entender a distinção entre essa ilha e a de Cocaia, esta sim *locus* da *Ouriçada*. Também, depois desse mesmo processo, fui capaz de compreender que os principais guardiões da *Ouriçada*, residiam na Praia de Suape, e não em Tatuoca, como me fora informado inicialmente. Na verdade, a *Ouriçada* é pertencente à Baía de Suape, o que me impulsionou a investigar a história da região na revisão bibliográfica e documental, além de outras surpresas que a investigação desvelou.

Antes do levantamento histórico, logo de uma maior clareza sobre as *nuances* ambientais, econômicas, políticas, sociais e culturais que permeiam a Baía, o objeto de estudo foi tomando uma tamanha complexidade e urgência que enevoaram o foco da investigação. O caso em estudo apresenta uma diversidade de aspectos com equivalente relevância e urgência, todos merecedores de uma investigação científica aprofundada e de suas respectivas medidas em termos de políticas públicas, de justiça e de mobilização da sociedade civil. Não me faltou empenho em entender o mais ampla e profundamente

possível tamanha complexidade conjuntural, porém senti que estava me afastando da terra firme, perdendo as coordenadas que traçara a princípio. Uma coisa seria readequar a abordagem ao cenário ora apresentado pela tripulação local, outra bem diferente seria naufragar por suas complexas problemáticas, quase oceânicas.

Voltei à terra “firme”, e os resultados desta trajetória metodológica aqui estão.

Capítulo II
MAIS DO QUE UMA HISTÓRIA DE PESCADOR

A área de estudo se situa exatamente na divisa entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, ambos pertencentes tanto a Região Metropolitana do Recife (RMR), quanto ao território legal do Cips, no Estado de Pernambuco. Esses municípios abrigam, respectivamente, as comunidades da Praia de Suape e da Ilha de Tatuoca, as quais tanto estão envolvidas com a manifestação cultural da *Festa da Ouriçada*, quanto estão sendo diretamente impactadas pela ampliação do Cips, sobretudo pelo polo naval em consolidação na Ilha de Tatuoca.

O Cabo de Santo Agostinho e, mais especificamente, a Baía de Suape são de grande relevância para a história do Brasil, sobretudo devido ao seu processo de "descobrimento", quando o território ainda era povoado exclusivamente por etnias indígenas. Diversos historiadores concordam que foi em Suape que se deu o primeiro desembarque, em território brasileiro, do navegador espanhol Vicente Yañes Pinzón, em 1500, dois meses antes da chegada de Pedro Álvares Cabral no litoral baiano. Assim, o Cabo de Santo Agostinho "era o primeiro acidente geográfico, situado a oito graus e meio, avistado pelo navegador procedente da Europa na costa brasileira" (SILVA, 1993 *apud* RAMALHO, 2007).

Esse grande promontório foi primeiramente chamado de Cabo de Santa María de la Consolación ou Cabo Fermoso. A denominação Santo Agostinho foi oficializada depois por Portugal, devido ao fato de a frota de reconhecimento das terras brasileiras de Fernão de Magalhães tê-lo dobrado no dia desse santo, em 28 de agosto de 1519 (MILIANO, 2010).

A Baía de Suape era formada, ao norte, pelo grande promontório supracitado, a leste por um cordão de recifes de arenito e, finalmente, ao sul pelo encontro das águas

de seu mar calmo com três importantes rios: Massangana, Tatuoca e Ipojuca[8]. Foi esse primeiro rio que doou o nome à baía. Quando a região era habitada exclusivamente por povos indígenas, o Rio Massangana fora nomeado de Suape, que, por sua vez, em tupi significa *caminho sinuoso, incerto,* inspirado na própria trajetória incerta do rio. Essa conjuntura geográfica contribuiu para a sua vocação enquanto base de infraestrutura portuária (VAINSENCHER, 2009). Segundo uma perspectiva utilitarista emergente da civilização vinda do "velho mundo", o rico estuário em biodiversidade se tornaria um próspero porto natural, que exerceria bem suas funções econômicas e estratégicas. Essa perspectiva persiste e continua justificando a política de desenvolvimento econômico na contemporaneidade, como será visto no capítulo subsequente.

Quanto aos primeiros dados sobre o processo de povoamento da região, tem-se que:

> *Antes da chegada dos colonizadores, já existia nesta região uma numerosa população indígena: os Caetés. Seu nome vem de caaetê, que significa* mata virgem. *O confronto entre índios e brancos foi agressivo e sangrento. O donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, que ocupou inicialmente as terras de Olinda, enfrentou os índios que ali habitavam e através da força dominou [...] 12 mil índios caetés que havia em Igaraçu. Com a opressão, os índios fugiram para o sul, indo refugiar-se nas matas circunvizinhas ao Cabo de Santo Agostinho, onde formaram aldeamentos* (FELIPE, 1962 *apud* MILIANO, 2010).

O primeiro donatário da capitania (1535-1554) nomeou Tristão de Mendonça para ocupar as terras ao sul do Cabo de Santo Agostinho para o cultivo de cana-de-açúcar, de algodão e das salinas (COSTA, 1951 *apud* MILIANO, 2010). Depois, a viúva do supracitado donatário dirigiu a capitania até o regresso de seus filhos:

> *No mesmo ano de 1560, em que regressou de Portugal, Duarte e seu irmão Jorge de Albuquerque, depois de reunir um conselho de homens mais importantes da capitania, resolveram expulsar os Caetés daquelas paragens [...]. Foi organizada uma expedição de envergadura, cuja luta durou cinco anos [...]. A campanha iniciou-se nas cercanias do Cabo de Santo Agostinho e terminou às margens do São Francisco. Para a realização desse empreendimento foram convocados mais de dois mil homens brancos [...] afora considerável reforço de índios da "Mata do Pau Brasil" [...], presumivelmente uns*

[8] O Rio Ipojuca não faz mais parte desse estuário desde a construção do Porto de Suape, que obstruiu sua passagem.

> *dois mil, aliados do donatário e inimigos dos Caetés* (FELIPE, 1962 *apud* MILIANO, 2010).

Assim, a Baía de Suape está inserida nesse processo de colonização, visto que sua "ocupação" foi iniciada na segunda metade do século XVI. Por também fazer parte do cenário natural — com seus três rios, Ipojuca, Massangana e Tatuoca — favorável ao trânsito de pessoas e mercadorias que pulsavam na próspera capitania da nova colônia, a Ilha de Tatuoca faria parte do foco de políticas de colonização e povoamento da metrópole portuguesa, contribuindo para a formação social da região.

Para tanto, este foi um dos *loci* de disputas territoriais que deixaram vestígios arqueológicos — o que só reforça sua importância histórica —, culminando no aparente extermínio ou banimento dos guerreiros Caetés da região, em 1571 (MILIANO, 2010).

Na mesma época, foram distribuídas sesmarias nas férteis terras do sul do Estado, ao longo do Rio Pirapama (que se chamava Araçuagipe naquela época), pelo então donatário Duarte de Albuquerque Coelho, concedidas aos fidalgos. A João Paes Barreto (quinto avô do Marquês do Recife), coube a sesmaria ao sul do mencionado rio, onde foi fundado o Engenho Madre de Deus, depois chamado de Engenho Velho, o mais antigo do município do Cabo de Santo Agostinho, dentre outros engenhos que foram legados aos seus descendentes.

> *Em 1580, João Paes Barreto instituiu o morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, vinculando o Engenho Madre de Deus e duas casas de sua propriedade, situadas na Vila de Olinda. Em 28 de outubro desse mesmo ano foi lavrada a escritura pública que oficializou o tradicional morgado, historicamente mais conhecido como Morgado do Cabo* (PERNAMBUCO, 2012b).

Nesse engenho, onde se encontravam apenas umas casas esparsas, constituindo o chamado Arraial do Cabo, foi se formando um povoamento regular em 1618, com a construção de uma capela consagrada a Santo Antônio, no alto da colina, onde se encontra a atual igreja matriz, passando a localidade a ser conhecida como Santo Antônio do Cabo. Essa igreja se tornou um elemento impulsionador para o crescimento desse núcleo populacional.

> *Em 1621, os moradores do povoado dirigiram uma petição ao bispo do Brasil, D. Marcos Teixeira, solicitando a criação de uma paróquia. Por provisão de 09 de setembro de 1622, o bispo deferiu o*

> *requerimento e, na mesma provisão, nomeou o padre Matheus de Souza Uchoa (que era o capelão) como primeiro vigário da nova freguesia de Santo Antônio do Cabo, sendo substituído depois pelo padre Belchior Manoel* Garrido (PERNAMBUCO, 2012b).

O município de Ipojuca — em tupi-guarani *yapó-yuc*, que significa *água escura, estagnada, podre, banhado de águas pútridas*, ou seja, *pântano* ou *mangue* — foi sendo povoado por um processo histórico similar ao do Cabo de Santo Agostinho. Possuía terras férteis e ricas em massapê, propícias para o cultivo da cana-de-açúcar, favorecendo o rápido crescimento de seus engenhos. Somando-se a isso, Ipojuca fazia parte do porto natural de Suape e ainda possuía o Porto de Galinhas — que ganhou esse nome porque, naquele período, eram assim chamados os escravos chegados da África —, o que contribuiu significativamente para sua consolidação enquanto importante ponto de comércio colonial. Esse município foi criado antes de 1608, com a denominação de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca (PERNAMBUCO, 2012b).

Foi nesse contexto que se deu o processo de colonização dessas terras, que representavam o poderio econômico de Pernambuco, onde a aristocracia rural local floresceu sobre as mesmas terras em que se cultivou a cana-de-açúcar e onde padeceram significativos trechos de Mata Atlântica.

Durante a invasão holandesa (1630–1654[9]), o Cabo de Santo Agostinho foi atacado, iniciando-se a luta no Porto de Suape, junto ao Pontal de Nazaré. Não obstante os brasileiros tenham tentado evitar os ataques, chegando inclusive a atear fogo nas próprias embarcações carregadas de açúcar nos ancoradouros, muitas destas caíram em mãos holandesas (PERNAMBUCO, 2012b).

Os holandeses seguiram a tradição do "velho mundo" de formar núcleos de ocupação em terrenos elevados, como forma de proteção. Para tanto,

> *construíram três fortes e mais de seis redutos para guardar a baía, além de reaparelhar a bateria (ainda hoje parcialmente preservada) que guardava a entrada do porto, tendo um quartel no alto do promontório para alojar a guarda que não estava em serviço (as ruínas desse quartel podem ser visitadas ainda hoje). Dos 700 militares neerlandeses que vieram a Pernambuco, pelo menos 7%*

[9] Por necessidades de seu momento histórico, a Holanda empreendeu sistemáticas invasões ao território brasileiro, instalando-se e investindo na produção açucareira. Porém, com o posterior agravamento de sua crise econômica, a Holanda foi impulsionada a cobrar as dívidas dos senhores de engenho brasileiros, o que ocasionou um conjunto de conflitos, que culminou na expulsão dos holandeses do Brasil.

> *fizeram a guarnição destinada ao Cabo de Santo Agostinho. Nesse caso, a valorização dada pelos neerlandeses não se refere à atual cidade do Cabo de Santo Agostinho, que se encontra numa planície, mas, sim, ao próprio acidente geográfico e, por associação, ao ancoradouro da enseada* (MILIANO, 2010).

Num movimento de rejeição às condições de pagamento das dívidas dos senhores de engenhos para com os "invasores" holandeses, eclodiu um conjunto de conflitos que ficou conhecido por Insurreição Pernambucana (1645–1654). Os colonos, que inicialmente não contaram com o apoio lusitano, empreenderam a formação de tropas que venceram os primeiros embates contra a Holanda. Sob a liderança de Felipe Camarão e Henrique Dias, resistiam à então desinteressante presença holandesa. Em Ipojuca, a luta começou em 17 de julho de 1645, dirigida pelo capitão-mor Amador de Araújo, que dispunha de apenas dezesseis homens armados. Enquanto os holandeses tentaram manter a ordem, os colonos, que não dispunham de armamento adequado, incendiaram o quartel holandês e mataram muitos de seus soldados. O encontro do reforço holandês enviado pelo Recife com os revoltosos de Ipojuca se deu em 23 de julho de 1645, no engenho Tabatinga, numa exitosa emboscada dos restauradores. A tropa do capitão-mor Amador de Araújo seguiu até a Várzea e, posteriormente, tomou parte na Batalha das Tabocas[10] (PERNAMBUCO, 2012b).

O Porto de Suape exerceu seu papel de apoio à expulsão dos holandeses, por onde passaram uma caravela (repleta de armas, munições e mantimentos) e quatro pesados navios ingleses, que abasteceram os restauradores. Matias de Albuquerque e o conde Bagnuolo, a fim de organizar a resistência e proteger o porto, marcharam até a praia de Nazaré. Os holandeses entregaram, quase sem luta, a fortaleza de Nazaré, comandada por Straetem, ao mestre de campo André Vidal de Negreiros. Este último usou como estratégia de batalha a obstrução da barra do Porto de Suape com pedras para impedir o abastecimento holandês. Assim, até meados do século XIX, por ali só circulariam pequenos barcos e jangadas (PERNAMBUCO, 2012b).

Dessa forma, a Baía de Suape se consolidou como uma pequena fortaleza,

> *que chegou a ser, entre os séculos XVII e parte do XVIII, a "mais importante da costa, das que haviam fora de Recife (GAMA, 1977*

[10] A Batalha de Campina da Taborda, em 1654, foi umas das grandes batalhas do movimento de resistências, determinante para o encerramento do poderio holandês na região.

> *apud* RAMALHO, 2007*), pelo fator estratégico que tinha para se alcançar o sul do Estado". O que veio a contribuir também para o desenvolvimento da vocação pesqueira das praias circunvizinhas, nesse mesmo período, onde "a pesca possuía alguma importância*" (SETTE; ANDRADE, 1959 *apud* RAMALHO, 2007).

Especificamente sobre as comunidades em estudo (da Praia de Suape e da Ilha de Tatuoca), há uma carência em relação a dados históricos, escritos e oficiais, restando apenas sinalizações, como se pode observar nas referências aos colonizadores em três topônimos, tais como: de uma elevação chamada "morro do Flamengo", da praia de Ticirana[11], e da ilha vizinha, a "Ilha do Francês" (MILIANO, 2010), cujo nome oficial é Ilha de Cocaia, local exato da atual realização da *Festa da Ouriçada*.

No tocante à sua formação sociocultural, há referências da predominância de pescadores entre seus habitantes, os quais já estariam representados na iconografia *Capvt S. Avgustini*, de Frans Post, de 1647, sob a legenda *I — Brasilians Piscatores* (figura 3). Segundo Miliano (2010), o artista estaria na própria Ilha de Tatuoca para ilustrar esse cenário da Baía de Suape e do promontório do Cabo de Santo Agostinho, o que se torna uma evidência da presença de pescadores na ilha desde esse período.

[11] Segundo Miliano (2010), essa palavra é encontrada no vocabulário sérvio e croata, que tem raízes no alemão arcaico, e é um nome próprio.

Figura 3: POST, Frans Jansz; Capvt S. Avgustini, de 1647.
Fonte: http://purl.pt/11924/1/ Acessado em 07/01/13.

Sobre a Baía de Suape, tem-se, em 1816, o seguinte relato:

> *Os fortes estão mais ou menos arruinados, e só há guarnição no de Nazaré, onde se contam apenas 20 habitações ruins; no pontal só há cabanas de pescadores e alguns galpões para recolher as caixas de açúcar, que vêm dos engenhos* [...] (TOLLENARE, 1978 *apud* RAMALHO, 2007).

Todos esses acontecimentos históricos na região deixaram um rico patrimônio cultural com grande potencial para o exercício de atividades turísticas. O Cabo de Santo Agostinho, por exemplo, se destaca por alguns desses equipamentos tais como: os engenhos, sendo Massangana o mais conhecido; igrejas, como a de Nossa Senhora de Nazaré, as ruínas do convento carmelita do final do século XVI, e o Forte Castelo do Mar, construído em 1631 pelos portugueses com granito do próprio município do Cabo de Santo Agostinho para proteger a área dos holandeses. Além disso, merece destaque o Parque Histórico Cultural Armando de Holanda Cavalcanti.

Com o contexto histórico supracitado, fica evidente a importância que a Baía de Suape e seu entorno — incluindo suas ilhas — tiveram para o desenvolvimento econômico da região através do escoamento de produtos como o pau-brasil e o açúcar, bem como para a entrada dos escravos da África e mercadorias que abasteciam os engenhos locais. Também exerceram um relevante papel na formação política local tanto na distribuição de sesmarias e formação de engenhos quanto como palco de batalhas de colonizadores contra etnias indígenas e, posteriormente, entre luso-brasileiros e holandeses. Mas, à sombra das disputas político-econômicas, emerge uma tradicional cultura pesqueira que marcará o *locus* em estudo, o qual será mais detalhado nos capítulos seguintes.

Tudo isso que fora descrito pode sugerir um maior ponderamento por parte das políticas de desenvolvimento econômico, sobretudo advindas da gestão pública estadual, fazendo-se necessários mais estudos que contribuam para uma estratégia de preservação do patrimônio histórico, a exemplo das ruínas e dos achados arqueológicos pertencentes à região. Certamente, a partir de um movimento de busca por essas estratégias, há de se encontrar atividades econômicas produtivas para a região *em consonância com* seu patrimônio histórico e natural, e não *apesar* dele.

Capítulo III
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

3.1 O Cips Finalmente Embarca!

Da tradição dos engenhos à vocação industrial. O Cabo de Santo Agostinho, durante muito tempo e em boa parte do século XX concentrou o distrito industrial da RMR, no Estado de Pernambuco, que teve início com as usinas de cana-de-açúcar e culminou como alternativa ao, já sobrecarregado pelo crescimento urbano, Porto do Recife (VAINSENCHER, 2009).

Em 1954, o padre francês Louis Joseph Lebret, que era economista e engenheiro especialista em portos, identificou nesta localidade o potencial de implantação de um porto e, próximo dele, uma refinaria de petróleo. Porém, só na década de 1970 esta visão de um porto que agregasse uma zona industrial, a exemplos de outros países, começaria a ser projetada (IHU, 2012).

A partir de 1973, iniciou-se a elaboração do plano diretor para a implantação de um Complexo Industrial-Portuário no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, e em 1974, no governo de Eraldo Gueiros Leite, foi lançada sua pedra fundamental (SUAPE, 2012). Segundo Silva (2009), em 1977, suas obras foram iniciadas a partir dos princípios do citado plano diretor.

Enquanto projeto de desenvolvimento regional, o Porto de Suape tinha como princípio a atração de instalações de indústrias em seu território para a concretização de seu almejado complexo. Visando administrar este megaempreendimento, criou-se, através da Lei no. 7.763/78, no dia 7 de novembro de 1978 a empresa Suape Complexo Industrial Portuário (VAINSENCHER, 2009), que é uma empresa pública de direito privado, hoje vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de Pernambuco.

Na contramão das tendências econômicas, sua consolidação se dá numa conjuntura mundial desfavorável, em plena crise do petróleo e crescente financeirização econômica. Refletindo o contexto mundial, no Brasil, em pleno período militar da era

Geisel, saia-se do chamado milagre econômico brasileiro e combatia-se o endividamento externo com planos econômico, tais como II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, entre 1975 e 1979), o qual não inclui Pernambuco (IHU, 2012).

> *Em 1983, o Decreto Estadual N.º 8.447/83 aprovou as normas de uso do solo, uso dos serviços e de preservação ecológica do complexo industrial portuário, visando à garantia da ocupação e uso racional do solo com o menor dano à biodiversidade local, de acordo com previsão do seu Plano Diretor* (SUAPE, 2008a *apud* SILVA, 2009, p. 42-43).

Este também é o ano em que o Porto começa a operar com a movimentação de álcool pela Petrobrás, através do recém-inaugurado Píer de Granéis Líquidos, o PGL-1. Em 1984, o molhe em pedras foi construído, visando proteger a entrada interna do porto, aberta no cordão de recifes. Em 1986, houve um incêndio de um navio de combustíveis no Porto do Recife, o qual atendia o Estado desde 1918, estimulando o governo a redirecionar o Parque de Tancagem de Derivados de Petróleo para o Porto de Suape. Somando-se ao PGL-1, em 1991, entrou em operação o Cais de Múltiplos Usos (CMU), que movimenta cargas de contêineres. Neste mesmo ano, o Porto de Suape passa a fazer parte dos 11 portos prioritários do Brasil, sendo objeto de investimentos público federais em infraestrutura portuária, em obras ferro-rodoviárias, em sistema de abastecimento de água, energia, telecomunicação, dentre outros (SUAPE, 2012).

Em uma das ampliações das estruturas portuárias do Cips, tem-se as alterações no Rio Ipojuca, o qual foi aprofundado, alargado e, por fim, teve seu curso mudado, não desaguando mais na Baía de Suape. Estas obras foram concluídas em 1992 (RAMALHO, 2007).

A partir deste mesmo ano, o Governo de Pernambuco pôde explorar comercialmente seus serviços portuários, uma vez que houve a regularização da situação jurídico-institucional deste Porto, junto ao Governo Federal, efetivando-se mediante o Departamento de Transportes Aquaviários da Secretaria Nacional de Transportes (VAINSENCHER, 2009).

Nesta mesma linha, este Porto é incluído, em 1996, no programa federal “Brasil em ação”, recebendo apoio para implantação da primeira etapa de seu porto interno, o

que por sua vez serve como atrativo para os investimentos privados. Este porto interno foi concluído em 1999, com profundidades de até 15,5 metros, com 935 metros de novos cais acessados por uma abertura no cordão de recifes, com 300 m de largura. Já em 2001, iniciou-se a segunda etapa deste porto com a dragagem de mais de 1 (um) milhão e 300 mil m³ de areia e ampliação do canal de navegação em mais de 450 metros, onde foi construído o cais 4, com 330m (SUAPE, 2012). Com o aumento da movimentação de cargas e, consequente, ampliação da zona portuária, fez necessária, em 2002, a duplicação da avenida portuária, com extensão de 4,4 km, bem como a construção do 1º. Prédio da Central de Operações Portuárias de Suape, que abrigaria suas respectivas autoridades (SUAPE, 2012).

Em 2004, o Centro de Treinamento foi inaugurado, visando à inclusão educacional dos funcionários das empresas instaladas no Cips e dos moradores da região, além do Porto ter recebido da *Food and Drug Administration* (FDA) do Governo dos Estados Unidos, um certificado atestando o seu cumprimento da lei contra o bioterrorismo (VAINSENCHER, 2009).

Voltando um pouco no tempo — para o melhor entendimento do contexto histórico do Cips –, entre os anos de 1980 e início do século XXI, tem-se um cenário econômico de baixo crescimento e de estagnação da industrialização estadual. O que representa bem isto é que "em 1985 a indústria de transformação de Pernambuco representava cerca de 25% da base produtiva estadual e, em 2005, essa participação caiu para 10,7 %" (IHU, 2012). E foi esta conjuntura que moldou os investimentos neste complexo, que, até então, teve como principal foco o porto em si e empresas de médio porte, em detrimento de indústrias de alta complexidade tecnológica e de um nível de qualificação profissional que tivesse grandes impactos na economia regional, como fora sonhado desde o início.

Mas em 2005, depois de uma luta de mais de 50 anos, foi lançada a pedra fundamental da Refinaria General José Ignácio Abreu e Lima, através de uma aliança multinacional entre os Governos Estadual, Federal e o da Venezuela. Este anúncio foi um marco para uma significativa mudança da conjuntura supracitada, a qual se deve, sobretudo, a três fatores determinantes:

> *I) o ambiente de retomada da economia brasileira em novas bases, em que o Nordeste passou a apresentar taxas de crescimento acima da brasileira; II) a decisão do governo federal através da Petrobras de construir uma nova refinaria, depois de 28 anos, no Nordeste e também de reativar a indústria de construção naval a partir da sinalização de encomenda de novos navios e plataformas feitas em estaleiros do Brasil (o que viabilizou a implantação do estaleiro Atlântico Sul em Suape); e III) a postura e ação proativa do governo de Pernambuco em termos de política de atração de investimentos, favorecido também pelo seu alinhamento político com o governo federal* (IHU, 2012).

Um pouco antes, em 2004, houve as assinaturas de protocolos de intenção para instalação de diversas indústrias, dentre elas o supracitado Estaleiro Atlântico Sul (EAS) planejado para ser instalado na área da Ilha de Tatuoca (SUAPE, 2008a *apud* SILVA, 2009). Lançado formalmente pelos seus grupos de associados, as empreiteiras Camargo Corrêa e Queiroz Galvão em 2005, a empresa Estaleiro Atlântico Sul S.A.

> *objetiva ser a maior e mais moderna empresa do setor de construção naval e offshore do hemisfério onde está localizado. O empreendimento, um marco na revitalização da indústria naval no Brasil, é resultado de investimentos de R$ 1,8 bilhão e tem capacidade instalada de processamento da ordem de 160 mil toneladas de aço por ano* (Estaleiro Atlântico Sul, 2012).

A planta industrial do EAS começou a ser construída, com o início da terraplanagem do terreno em fevereiro de 2007, enquanto suas obras civis, em agosto deste mesmo ano. Sua construção envolveu "4 mil operários e 300 empresas — entre contratadas, subcontratadas e fornecedores" (Estaleiro Atlântico Sul, 2012). A conclusão do projeto se deu em dezembro de 2009, mas ainda em agosto de 2008 sua unidade começou a operar.

O projeto da construção de seu primeiro navio envolveu grande expectativa, pois o lançamento do petroleiro Suezmax João Candido (de 145 mil toneladas de porte bruto) marcaria a história da indústria naval, já que seria a primeira produção de uma grande embarcação no país após 13 anos. Para responder à altura, sua construção foi iniciada antes mesmo da conclusão do projeto do EAS, tendo a previsão de início em 2009 e entrega em agosto de 2010 (Estaleiro Atlântico Sul, 2012).

Mas o petroleiro João Cândido se tornou o protagonista de uma verdadeira contenda, tendo seus prazos estendidos por diversas vezes, (março, setembro e

dezembro de 2011) e o anúncio da saída da parceira tecnológica e sócia do EAS, a empresa coreana Samsung, em março de 2012. Finalmente o primeiro petroleiro do EAS foi entregue em maio de 2012, com dois anos de atraso e aumento do custo em 56%. Com todo este contexto comprometendo o contrato de um total de 22 navios, equivalente à R$ 7 bilhões, a contratante Transpetro, subsidiária integral da Petrobras, suspendeu a encomenda de 16 desse total de navios, restando as 6 (seis) embarcações com as quais a Samsung se mantinha comprometida tecnologicamente. Em junho de 2012, esta questão foi solucionada quando o EAS fechou uma parceria técnica com a japonesa IHI Marine United, divisão de construção naval e *offshore* da Ishikawajima-Harima Heavy Industries – IHI (Portal Marítimo, 2012).

Outro desafio posto ao EAS foi a mão-de-obra. O estaleiro investiu num centro de treinamento e na qualificação profissional de 3,5 mil operários. Mesmo assim,

> *o João Cândido foi montado com 24 mil metros de solda. Desse total, 18 mil metros (75%) precisaram ser corrigidos. O petroleiro teve que voltar ao dique seco para reparos, o número de trabalhadores foi inflado de 5 mil para 11 mil* (Portal Marítimo, 2012).

Em relação a esta questão do trabalho e emprego, vem sendo vinculado pela mídia local a denominação "apagão de mão-de-obra qualificada" no Cips, repercutindo o cenário das políticas locais de educação e formação profissional.

Porém, *há mais mistérios entre o céu e a terra, do que...* Todas nossas políticas públicas pressupõem. Para além destas, deve-se também considerar aspectos mais subjetivos, tais como os culturais. Sim, esta dificuldade na formação da mão-de-obra local pode ter um fundo cultural. Ou seja, pode ser implicada por um choque cultural na transição, protagonizada pelos moradores das comunidades vizinhas, de seus papeis tradicionais de cortadores de cana, comerciantes, donas de casa e, finalmente, pescadores para o trabalho industrial. Enquanto a indústria tem um regime rígido e a exigência de qualificações progressivas, os ex-pescadores entrevistados mostraram dificuldade quanto à perda da autonomia e da flexibilidade características do trabalho da pesca artesanal ou de outros trabalhos tradicionais ali, como o ecoturismo realizado no ambiente estuarino local. Possivelmente por conta disto, demonstraram certa instabilidade nos empregos conquistados no Cips. Mudando de uma empresa para a outra, estes homens também se queixam da periculosidade e baixos salários. Não

obstante as dificuldades supracitadas, segundo o documento *Polo Naval* da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de Pernambuco (Agosto, 2012), os números atuais de empregos gerados pelo EAS chegam a 5 (cinco) mil diretos e 25 (vinte e cinco) mil indiretos.

Considerando-se estes aspectos culturais ou não, em 2011, o EAS vivenciou a mesma situação conflituosa com seus trabalhadores que vem acontecendo na Refinaria Abreu e Lima e na Petroquímica (sobretudo, em agosto e novembro de 2012). Na verdade, a partir da adoção de uma política de crescimento econômico através de grandes obras e da (re)industrialização incentivada pelo governo brasileiro (tendo como maior emblema o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 1 e 2), puderam-se observar conflitos frutos de movimentos trabalhistas, que alguns dizem ressurgir depois de longo período adormecido. São movimentos reivindicatórios por melhores condições de trabalho e salários mais justos, especialmente dentro da categoria da construção civil.

No dia 15 de setembro de 2011, houve conflitos entre os grevistas do EAS e a polícia militar e uma semana depois 350 pessoas foram demitidas desta empresa, a qual negou a relação entre seus cortes e o movimento grevista. Nos dois meses seguintes, totalizaram aproximadamente 750 demissões, mas até o dia 10 de novembro de 2011, mais 500 profissionais foram desligados do EAS. O estaleiro relaciona a série de demissões "à finalização das obras do navio petroleiro João Cândido e do casco da plataforma P-55". Mas, do outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Pernambuco (Sindmetal-PE), sugere que "trabalhadores de fora do Estado estão sendo admitidos pelo estaleiro com salários mais elevados", como baianos e cariocas, coincidindo com os depoimentos dos entrevistados da presente pesquisa, que se mostraram antipáticos à invasão baiana em suas terras. O Sindmetal-PE calcula que "cerca de 1.200 trabalhadores já foram demitidos, sendo cerca de 85% de pernambucanos" (Jornal do Commercio, 2012b).

Apesar de todos os desafios supracitados, o EAS segue sua direção. No dia 23 de novembro de 2012, houve o lançamento do segundo navio do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), construído no EAS. O petroleiro Suezmax Zumbi dos Palmares, batizado em homenagem ao símbolo da resistência negra contra a escravidão no Brasil, que

> *de acordo com a Transpetro, subsidiária logística da Petrobras, a embarcação, orçada em R$ 295 milhões, tem 274 metros de comprimento, 51 metros de altura e capacidade para transportar um milhão de barris de petróleo, o equivalente a quase metade da produção diária nacional* (Folhape, 2012).

O EAS pode ser considerado um empreendimento-âncora e estruturador do almejado polo naval, que hoje soma R$ 3,4 bilhões em investimentos (Jornal do Commercio, 2012a).

Dentre os empreendimentos deste polo, tem-se o Estaleiro STX Promar em plena implementação, o qual teve um processo polêmico quanto à escolha de sua localização. Depois de um moroso processo de licenciamento ambiental em sua localização original, a prefeitura de Fortaleza não autorizou sua instalação na Praia do Titanzinho, por entender que o município tem uma forte tradição turística com maiores retornos do que a indústria naval tinha prometido (O Eco, 2012). Por outro lado, Pernambuco não demorou em aceitar a supressão de seu patrimônio ambiental, histórico e cultural em favor de mais um estaleiro no Cips. Sendo assim, sem maiores impedimentos aos olhos do governo pernambucano, a localidade escolhida foi, novamente, a Ilha de Tatuoca. Foram investidos R$ 250 milhões no STX Promar, dos quais 70% serão financiados pelo Fundo da Marinha Mercante, o que inclui o pagamento da cessão "de uso de 25 hectares, de um total de 80 hectares arrendados pelo estaleiro" (Portogente, 2012).

O terceiro estaleiro a ser construído é o CMO – Construção e Montagem Offshore S/A. Sua empresa foi criada em junho de 2011, tendo como sócias as empresas Construcap, Orteng e McDermott e suas instalações no Cips ocupará uma área de 40 hectares, não surpreendentemente, na Ilha de Tatuoca (Jornal do Commercio, 2012c). Ou seja, esta Ilha, que será caracterizada no capítulo subsequente, aos olhos dos gestores públicos, sejam municipais, estaduais ou federais, e dos empreendedores parece ser o terreno mais fértil para a consolidação do *cluster* naval pernambucano.

Bem, o que se sabe é que o Cips ganha destaque nacional, e mesmo internacional, enquanto polo de investimentos, sendo visto como o caminho da tão almejada transição econômica do Estado, que deixa de ter uma indústria predominantemente sucroalcooleira para figurar em outros setores de relevância global,

a exemplo do refino de petróleo e da construção naval. Este último setor, por sua vez, ressurge após um longo período de estagnação, como parte de um projeto de desenvolvimento nacional, apoiado no Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), da Transpetro, e nas encomendas bilionárias da Petrobras para explorar petróleo em águas ultra profundas na camada do pré-sal.

O parque industrial do Cips, hoje em pleno processo de expansão, é composto por diversas empresas, destacando-se, por setores:

> *I) petróleo e gás (Refinaria Abreu e Lima); II) petroquímica, têxtil sintético e resina plástica (Petroquímica Suape, Citepe, Mossi & Guisolf, Cristal Pet, Brasalpa, Lorempet); III) naval (Estaleiro Atlântico Sul, estaleiro Promar e Construcap); IV) energia eólica (Impsa Eólica, RM Eólica); V) siderurgia (Companhia Siderúrgica Suape CSS); VI) alimentos e bebidas (Bunge, Pepsico, Rexam, Pernod Ricardo, Campari, Coca-Cola, Cereser); VII) cerâmica (Duratex, Pamesa, Thor); VIII) polo de granéis líquidos e gases (Decal, Tequimar, GLP, Brasilgas, Petrobras, Ultracargo, Pandenor, Temape, Pool Petrobras / Shell / Esso / Ipiranga / Texado); IX) complexo logístico (Cone Suape), centrais de distribuição (CD GM) e terminal de contêineres (Tecon)* (IHU, 2012).

Exatamente devido a este processo de expansão, que faz com que seu território legal se pareça com um grande *canteiro de obras*, muitas destas empresas ainda se encontram em fase de instalação, tais como:

> *A refinaria Abreu e Lima (R$ 26,6 bilhões), Petroquímica Suape (R$ 5 bilhões), CSS (R$ 1,8 bilhões), estaleiro Promar (R$ 1 bilhão), Construcap (R$ 750 mi) e Impsa Hydro (R$ 250 mi). Fora os investimentos produtivos já incorporados, estão sendo alocados neste momento recursos da ordem de 45 bilhões de reais e cerca de 50 mil empregos gerados na parte construtiva dos projetos (apenas a refinaria general Abreu e Lima no pico das obras que está ocorrendo este ano está demandando 44 mil trabalhadores)* (IHU, 2012).

Em resumo, o Cips — que completou 34 anos em novembro — tem sido visto como o Eldorado pernambucano. Mas por que este Eldorado estaria exatamente ali? Segundo propagandeiam seus investidores, sejam públicos ou privados, a Baía de Suape possui vantagens naturais para tal megaempreendimento, as quais serviram de justificativa tanto no período da implantação do Porto, quanto para suas vigentes e constantes ampliações na contemporaneidade. Um dos facilitadores naturais desta baía é climático, permitindo a operação de navios durante os 365 dias do ano. Mas também conta com uma localização estratégica em relação às principais rotas marítimas,

distando oito horas das rotas internacionais dos grandes transportadores dos Estados Unidos e da Europa, bem como, nacionalmente, estando estrategicamente no centro do nordeste brasileiro (VAINSENCHER, 2009).

Para tanto, tinha como principais atrativos naturais:

> *1) a pouco mais de 1 km do cordão de recifes, junto à linha da costa, a localidade possuía águas com profundidade de 17 metros; 2) havia um quebra-mar natural formado pelo cordão de recifes; e, 3) existiam na região extensas áreas reservadas à implantação de um grande parque industrial* (VAINSENCHER, 2009).

Para a instalação física da infraestrutura industrial-portuária, fez-se necessário a constituição do denominado Território Legal de Suape, sendo aproximadamente 60% de sua área no município do Cabo de Santo Agostinho, correspondente a 8.432 ha, e o restante em Ipojuca (SILVA, 2009). Mais especificamente, o Cips está situado na nucleação sul da RMR, distante cerca de 40 quilômetros do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na faixa litorânea entre o Rio Jaboatão e a praia de Porto de Galinhas, com acesso a partir da BR-101 e da PE-60. Para uma melhor gestão deste território, o Cips é dividido em zonas, tais quais: Zona Industrial Portuária, Zona Industrial, Zona Central de Serviços, Zona de Proteção Ecológica e Zona de Proteção Cultural.

Porém, depois de uma longa espera, este processo de (re)industrialização pernambucana proveniente do Cips se dá de forma súbita e tanto sua população quanto, principalmente, seus gestores públicos se veem despreparados diante de tamanhas transformações. Sem tempo nem recursos suficientes, suas infraestruturas parecem inadequadas diante da avalanche dos atuais impactos socioambientais na região (Envolverde, 2012).

3.2 E seu Povo Fica a Ver Navios...

Para delimitação da área de abrangência do Cips, conhecida como Território Estratégico de Suape (TES), como pode ser observado na figura 4, considerou-se além dos dois municípios — Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, que abrigam sua área legal e que se constituem em área de influência direta; os três municípios contíguos, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada, que formam a área de influência indireta em um raio

de abrangência de aproximadamente 35 km, onde apenas Escada não faz parte da RMR. Já Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso foram mais recentemente incluídos como Território Expandido.

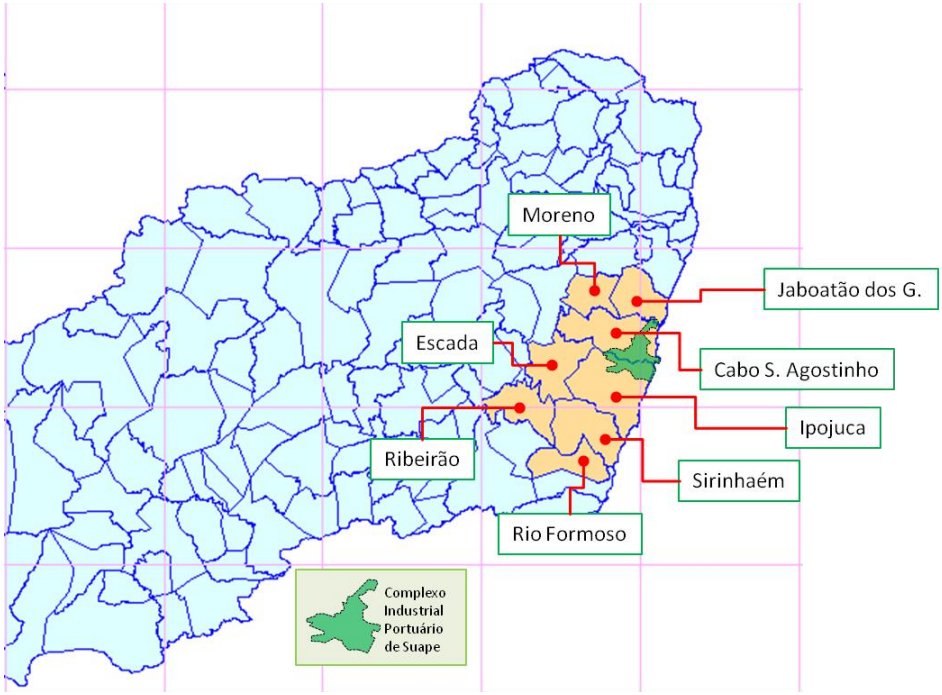

Figura 4: Localização do Território Estratégico de Suape (TES).
Fonte: http://www.assesuape.com.br/2013/02/sustentabilidade-prioridade-para-os.html

Este território tem uma superfície de 2.665 km², uma população total, em 2010, de 1.137. 381 hab. Enquanto os municípios do Cabo de Santo Agostinho tem 448,49 km² e de Ipojuca tem 532,644 km² de área (Região de Desenvolvimento Metropolitana - RDM - 2.790,772; PE - 98.146,315). A população estimada em 2010 era de 185.025 habitantes para o Cabo de Santo Agostinho e de 59.281 habitantes para Ipojuca (RDM - 3.693.177; PE - 8.796.448) (CONDEPE/FIDEM, 2012a; 2012d).

Enquanto a densidade demográfica média do TES, em 2007, era de 570 hab/km², oito vezes mais elevada do que a do Estado, 86,31 hab/km², o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentam uma densidade demográfica (hab/km²), em 2010, de 414,32 e de 151,39, respectivamente (RDM - 1.323,35; PE - 89,63) (CONDEPE/FIDEM, 2012c; 2012d). Para a visualização mais completa sobre os indicadores econômicos e demográficos deste TES, tem-se a tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Indicadores econômicos e demográficos do TES

CIDADE	Extenção[1] (Km²)	Taxa de Urbanização				Total Industrias[1]	Área do DI (ha)	Vias de acesso ao Distrito	Distâncias (em Km)			RD	PIB 2008 (R$ mil)
		Rural	Urbana	Total					Recife	Aeroporto	Suape		
Cabo de Stº Agostinho	447	17.242	167.783	185.025	90,68%	160	1.004	BR-101 PE-60	37	27	12	Metropolitana	3.235.853
Escada	347	9.533	53.964	63.517	84,96%	44	171	BR-101	60	52	32	Mata Sul	286.334
Ipojuca	532	20.918	59.719	80.637	74,06%	43	120	PE-60	52	43	9	Metropolitana	6.259.969
Jaboatão dos Guararapes	259	14.025	630.595	644.620	97,82%	480	200	BR-101	19	17	36	Metropolitana	6.389.842
Moreno	196	6.499	50.197	56.696	88,54%	37	105	BR-232 PE-07	29	26	61	Metropolitana	235.777
Ribeirão	288	10.436	34.003	44.439	76,52%	25	30	BR-101	89	77	57	Mata Sul	181.993
Rio Formoso	277	8.778	13.373	22.151	60,37%	9	150	PE-60 PE-72	88	77	44	Mata Sul	133.705
Serinhaém	369	18.812	21.484	40.296	53,32%	9	------	------	77	66	33	Mata Sul	183.647
Território Extratégico	**2.665**	**106.263**	**1.031.118**	**1.137.381**	**90,66%**	**807**	**1.660**						**16.898.120**

Fonte:
http://escadaedesenvolvimento.files.wordpress.com/2011/11/folheto_a4_verso.jpg

A média da taxa de urbanização do TES é bastante alta, 90.66%, bem como a do Cabo de Santo Agostinho que se apresenta mais urbanizado que Ipojuca, cujas taxas de urbanização, respectivamente, são de 90,68% e de 74,06% (RDM 97,26%; PE 80,17%) (CONDEPE/FIDEM, 2012c; 2012d).

No Cabo de Santo Agostinho, o processo de urbanização não se deu em seu promontório citado no capítulo 2, não obstante toda sua relevância histórica. Sua atual sede municipal se urbanizou, sobretudo, no encontro das vias férreas, da BR-101 e da PE-060. Seu traçado urbanístico demonstra toda a espontaneidade deste processo, com construções homogêneas, baixas e sem recuos, que colorem as colinas, somando-se aos conjuntos habitacionais e o diversificado centro comercial (PNUD, 2012a).

Em Ipojuca, predominavam áreas rurais com atividades agropecuárias, com dispersos núcleos urbanos. Mas no final do século XVI, estes núcleos foram lentamente ocupando as colinas dentre os predominantes canaviais, tendo uma maior concentração nas proximidades do Rio Ipojuca, hoje à margem da PE-060. Seu traçado também é espontâneo e seu padrão construtivo é baixo. Porém, um de seus núcleos urbanos, o de Nossa Senhora do Ó, vem tendo um crescimento populacional maior do que a própria sede do município. Isto se dá devido às belezas naturais de sua orla, portadora de uma significativa infraestrutura hoteleira, exercendo um relevante papel na economia local através do turismo, refletindo, inclusive na RMR e no Estado (PNUD, 2012a).

Por causa disto, o TES possui um patrimônio ambiental de 60 km de praia com uma destacada infraestrutura turística de hotéis e resorts, representando 25% e 41% dos leitos do Estado. Nesta atividade, só o município de Ipojuca "possui 7.197 leitos, mais de 60% dos existentes na área de abrangência direta" (BRAGA & LIMA, 2009).

Para além do turismo, o TES apresenta um perfil econômico diversificado, contando com a tradicional atividade agropecuária e a indústria de transformação. Esta última é conseqüência direta do Cips e vem gradativamente assumindo um maior peso na estrutura econômica do TES (SILVA, 2009).

Esta vocação industrial fora apresentada pelo município do Cabo de Santo Agostinho, no início do século XX, sobretudo com a instalação "do Cotonifício José Rufino (1926) e da Destilaria Presidente Vargas, fundada em 1940" (PNUD, 2012a), abrigando, em 1961, o primeiro distrito industrial do Estado. Assim, surgiram as primeiras vilas operárias e conjuntos habitacionais implantados pela antiga Companhia de Habitação de Pernambuco (COHAB), entre 1960 e 1970, contribuindo para uma aceleração no processo de urbanização. Seu litoral, loteado para veraneio, veio a ser mais intensamente urbanizado entre 1970 e 1980 (PNUD, 2012a).

O município do Cabo de Santo Agostinho vem se consolidando cada vez mais na atividade industrial, que segundo Silva (2009), correspondendo ao maior Valor Adicionado Bruto (VAB) do município, de R$ 1,4 bilhão. Já o Atlas do Desenvolvimento Humano da RMR acrescenta que

> *a indústria é responsável por 60,6% da geração de riquezas no Cabo. É o segundo maior setor industrial do Estado, nucleado nas indústrias de transformação, principalmente a química, de alimentos, de bebidas, de produtos de metal e de plásticos, a maior parte concentrada no Complexo Industrial Portuário de Suape. [...] No terciário, além da administração pública, destacam-se serviços como o comércio, transporte e de alojamento e alimentação, ligados principalmente ao turismo.*

Ainda tem-se como conseqüência direta deste crescente processo de industrialização, sobretudo vinculada às intermináveis ampliações do Cips, uma influência cada vez maior da construção civil na economia local.

Em se tratando de mensurar o desenvolvimento econômico de um dado local, tem-se como um dos índices mais utilizados o Produto Interno Bruto (PIB)[12]. O PIB municipal (R$ mil) do Cabo de Santo Agostinho em 2009 era de 3.826.487; e Ipojuca, 7.082.403, enquanto a RMR 51.100.344; e o Estado 78.428.308. Já o PIB *per capita* (R$ 1,00) do Cabo de Santo Agostinho foi de 22.301, enquanto o de Ipojuca chega a 93.792 (RDM 13.547; PE 8.902) (CONDEPE/FIDEM, 2012c; 2012d).

Este mesmo índice vem evidenciar uma das disparidades vividas dentro do TES, pois enquanto os municípios supracitados são portadores de um elevado PIB, outros

[12] Que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços produzidos numa determinada região, durante um período determinado (Wikipédia, 2012c).

pertencentes a este território estão bem abaixo, exceto Jaboatão dos Guararapes com PIB (R$ mil) de 7.068.777. Os municípios de Escada e Moreno apresentaram, em 2009, o PIB de 327.138 e 257.636; e os do território expandido como Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso apresentaram o PIB (R$ mil) de 211.137; 217.645 e 146.614, respectivamente (PERNAMBUCO, 2012a). Para a observação do panorama dos PIBs nos municípios supracitados, tem-se a tabela 2 abaixo:

Tabela 2: PIB e PIB *per capita* do TES (2009)

Municípios	PIB em R$ (R$ mil)	PIB *per capita* (R$)
Cabo de Santo Agostinho	**3.826.487**	**22.301**
Ipojuca	**7.082.403**	**93.792**
Escada	327.138	5.386
Jaboatão dos Guararapes	7.068.777	10.279
Moreno	257.636	4.629
Ribeirão	211.137	5.370
Rio Formoso	146.614	6.721
Sirinhaém	217.645	4.051
TES	19.137.837	-
Região Metropolitana	51.100.344	13.547
Pernambuco	78.428.308	8.902

Fonte: PERNAMBUCO, 2012a.

Segundo o Atlas supracitado, Ipojuca é uma das maiores economias de Pernambuco, tendo como destaques os setores de serviços, dentre eles "transporte e alojamento e alimentação, componentes da cadeia produtiva do turismo". Logo em seguida vem o setor industrial, o qual vem num ascendente no cenário econômico, com a atração de novos empreendimentos industriais, tais como refinaria, estaleiro, polo petroquímico. Ainda há a participação da agropecuária concentrada na cana-de-açúcar, uma das maiores produções do Estado.

Em 2010, os empregos formais de Ipojuca, dentro do total de 47.019, foram a construção civil (19.263) seguida pela indústria de transformação (11.385) que tiveram um papel de grande relevância na empregabilidade da população (CONDEPE/FIDEM, 2012d).

Quanto ao emprego formal, o Cabo de Santo Agostinho teve, em 2010, um total de 33.686 (RDM 1.017.123; Estadual 1.536.626), tendo a na indústria de transformação (Municipal 9.316; RDM 108.738; Estado 217.222) e a construção civil (Municipal 3.425; RDM 96.888; Estado 122.908), um peso significativo (CONDEPE/FIDEM, 2012c). O Cabo de Santo Agostinho contribui com 16,3% dos empregados do TES (PNUD, 2012a). Para a verificação dos dados sobre a geração de empregos formais, tem-se a tabela 3 abaixo:

Tabela 3: Número de empregados no mercado formal por classes de renda (2007)

Local	2007					
	Total	Até 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Ignorado
Total PE	1.239.499	130.115	670.421	285.858	121.549	31.556
Total RMR	802.521	43.452	411.887	219.281	106.761	21.140
Cabo de Santo Agostinho	25.580	2.901	13.232	6.502	2.229	716
Ipojuca	24.503	1.655	11.664	7.953	2.767	464

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2009 *apud* SILVA, 2009.

Segundo o Atlas supracitado, apesar de toda a riqueza que circula e que só tende a aumentar nos municípios em questão, os indicadores de qualidade de vida da população não seguem esta mesma tendência, apresentando-se inferiores aos da RMR.

O Índice de Gini é outro de grande difusão. Ele é usado para mensurar o grau de desigualdade, variando de 0, na hipótese de uma distribuição de renda igualitária, a 1, no outro extremo em que haveria uma desigualdade máxima em que um indivíduo concentraria toda a renda em detrimento dos demais (BELLEN, 2005 apud SILVA, 2009). Sendo assim, em 2000, o município do Cabo de Santo Agostinho apresentava um Índice de Gini de 0,57 e Ipojuca de 0,55 (PERNAMBUCO, 2012a).

E, finalmente, um dos mais relevantes indicadores sociais é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[13]. Nesta perspectiva, os municípios do TES

[13] Desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbubul Haq e usado desde 1993 nos relatórios anuais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), este índice é um

apresentam IDHs relativamente baixos, sobretudo se compararmos aos seus altos PIBs. Em 2008, o quadro do IDH Municipal se apresentava assim: Jaboatão dos Guararapes (0,777); Cabo de Santo Agostinho (0,707); Moreno (0,693); Ipojuca (0,658); Ribeirão (0.658); Escada (0,645); Sirinhaém (0.633); e Rio Formoso (0.621) (PNUD, 2012a).

Segundo este Atlas, entre 1991 e 2000, o IDH-M da RMR avançou menos do que a média do Estado de Pernambuco, que avançou 0,085 pontos: de 0,620 para 0,705. Enquanto o Cabo de Santo Agostinho seguiu esta tendência (0,077 ponto), Ipojuca foi um dos municípios que mais avançou seu IDH-M (0,128), a maior variação positiva (24,1%) da RMR. Porém, mesmo diminuindo sua desigualdade, Ipojuca ainda se manteve com padrões de desenvolvimento humano similar à Mongólia. Detentor do segundo pior IDH-M da RMR (0,658), percebe-se que há uma grande exclusão social, sobretudo diante da produção de riquezas provenientes do Cips (PNUD, 2012a). A tabela 4 abaixo, apresenta o panorama sobre os IDHs e os Índices de Gini.

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000) e Índice de Gini

Municípios	**Ano 2000**				
	IDH-M	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E	Índice de Gini
Cabo de Santo Agostinho	**0,707**	**0,588**	**0,734**	**0,798**	**0,57**
Ipojuca	**0,658**	**0,545**	**0,728**	**0,700**	**0,55**

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Instituto de Pesquisas Econômicas *apud* SILVA, 2009.

Ainda segundo o Atlas, observa-se ao desmembrar este índice, que o IDH-M Educação é o que apresenta a maior disparidade, já que o Cabo de Santo Agostinho apresentou crescimentos de 0,093, enquanto o IDH-M Educação estadual teve aumento de 0,124 (de 0,644 para 0,768) entre 1991 e 2000. Em 2010, os municípios em questão apresentaram Taxa de analfabetismo (população de 10 anos ou mais de idade) de 19,36% no Cabo de Santo Agostinho e 28,70% em Ipojuca consideradas altas (RDM 12,28%; Estado 23,23%) (CONDEPE/FIDEM, 2012c; 2012d). As condições de educação tanto refletem a realidade de pobreza como podem explicar os fatores que contribuem para a mesma, resultando no maior ou menor nível de inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho.

método para classificar o grau de "desenvolvimento humano" de uma dada região. Ele é composto pelos dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB *per capita* e tem variação de valores entre 0, indicando nenhum desenvolvimento humano, a 1, que pressupõe um desenvolvimento humano total (pt.wikipedia.org, 2012).

De acordo com o quadro supracitado, tem-se um grande desafio colocado para o Cips em relação às questões sociais. Isto porque uma das principais promessas governamentais em relação ao Cips se refere à geração de emprego e renda para a população de seu entorno e, consequentemente, uma vertiginosa melhoria na sua qualidade de vida. Não obstante as promessas, as políticas de qualificação profissional e toda sua potencialidade no crescimento da economia local, observa-se uma deficiência na absorção da mão de obra dentro do TES. Seja por ineficiência das políticas públicas locais de educação, seja por um eventual choque cultural, a realidade é que o TES vem recebendo um grande número de imigrantes do sexo masculino como força de trabalho no Cips.

Esta importação de mão de obra, especializada ou não, tem, inclusive gerado conflitos e casos de violência, agravando os problemas sociais já existentes nesta região.

> *Na RDM, quando confrontados os números da criminalidade violenta do segundo trimestre de 2012, ora com os do primeiro trimestre de 2012 (-16 casos), ora com os do segundo trimestre de 2011 (-33 casos). Entre abril e junho de 2012, o número acumulado de pessoas vitimadas por [vítimas de crime violento letal e intencional] CVLI nesta RD correspondeu a 52,57% das vítimas de CVLI no Estado. Dentre os municípios com "mais de 100 mil habitantes", o Recife permaneceu em destaque, com 155 casos de CVLI, secundado por Jaboatão dos Guararapes, com 88 casos, sendo a 3ª colocação ocupada pelo Cabo de Santo Agostinho, com 54 casos* (CONDEPE/ FIDEM, 2012a).

O Cabo de Santo Agostinho manteve sua liderança no ranking de taxas CVLI no segundo trimestre de 2012, com "28,21 pessoas vitimadas por 100 mil habitantes" (CONDEPE/ FIDEM, 2012a), como se pode observar na tabela 5.

Tabela 5: Taxa trimestral de criminalidade violenta letal e intencional em Pernambuco

Município	Taxa de Criminalidade Violenta Letal e Intencional (CVLI)			
	2011		2012	
	1º Trim.	2º Trim.	1º Trim.	2º Trim.
Cabo de Santo Agostinho	24,61	22,37	30,45	28,21
Mais de 50 mil a 100 mil hab*.	9,85	8,33	9,02	8,48
Recife	12,51	11,32	9,97	9,95
Pernambuco (2)	10,81	10,36	9,70	9,31

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM, 2012a.

*Ipojuca está incluso nesta categoria, não sendo avaliado pelo relatório separadamente.

Quanto aos Indicadores de vulnerabilidade familiar (2000), apresentados pelos municípios em questão podem sugerir um cenário preocupante e desafiador para as políticas sociais, sobretudo diante das já referidas expectativas de melhorias na qualidade de vida de sua população como reflexo direto das ampliações do Cips. Sobre estes indicadores, tem-se a tabela 6:

Tabela 6: Indicadores de vulnerabilidade familiar (2000)

Município	% de crianças do sexo feminino entre 10 e 14 anos com filhos	% de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos	% de crianças em domicílios com renda *per capita* menor R$75,50	% de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos
Cabo de Santo Agostinho	0,71	13,69	63,16	6,3
Ipojuca	1,07	8,79	71,47	7,17

Desenvolvimento Humano no Recife | ATLAS MUNICIPAL – Vulnerabilidade Social, PNUD, 2012b.

Para agravar ainda mais este panorama social, tem-se como um dos desafios que mais chama atenção a questão habitacional. Isto porque os municípios apresentam concomitantemente tendências de crescimento populacional, seja devido à migração de um determinado público em busca de oportunidades de emprego e renda, seja pelo aumento da natalidade, desassistida pelo poder público. No que concerne o crescimento populacional, apresenta-se a seguinte tabela 7.

Tabela 7: Contagem de população em 2007 e projeções até 2035 para o TES

Localização	Ano						
	2007	2010	2015	2020	2025	2030	2035
Cabo de Santo Agostinho	163.139	169.654	176.830	183.374	189.371	194.613	199.021
Ipojuca	70.070	76.987	84.606	91.553	97.921	103.486	108.165
RMR	3.658.318	3.863.974	4.090.458	4.297.009	4.486.316	4.651.772	4.790.879
Pernambuco	8.485.386	8.848.948	9.249.342	9.614.484	9.949.160	10.241.661	10.487.585

Fonte: Agência Condepe-Fidem; Censo demográfico do IBGE (2000). Contagem populacional (2007) e estimativas de população para o Brasil por Estados (1980-2020) e atualização (2004)[14].

Com as constantes ampliações do Cips, este cenário é agravado pelos potenciais conflitos advindos das desapropriações da população local, a qual é chamada pela mídia de posseiros. Segundo a Agência Condepe/Fidem (2012b) o TES apresentara um déficit habitacional de 40.000 moradias (2006). Sobre a questão do déficit habitacional, tem-se a tabela 8:

Tabela 8: Estimativa do déficit habitacional e domicílios vagos do TES (2005)

Municípios	Déficit habitacional básico	% do déficit em relação ao total de domicílios	Domicílios vagos
Cabo de Santo Agostinho	6.503	17,57	4.712
Ipojuca	2.915	21,67	1.706
TES	35.202	18.93	29.529
RMR	214.739	21,37	97.829

Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2008b *apud* SILVA, 2009.

Paralelamente ao déficit habitacional, observa-se o aprofundamento do processo de favelização dos municípios em questão, o que aqui será chamado de aglomerado subnormal[15].

[14] População total estimada pelo método *ai bi* a partir das estimativas do IBGE para o Estado até 2020 e do ajuste de linha de tendência para o total do Estado até 2035 *apud* SILVA, 2009.

A própria RMR tem um infeliz destaque nacional quanto à ocupação em aglomerados subnormais, como pode ser observado na tabela 9.

Tabela 9: Total de população residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, nas 20 regiões metropolitanas ou regiões de desenvolvimento com as maiores quantidades de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais (2010)

20 Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento com as maiores quantidades de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	Domicílios particulares ocupados		Proporção de domicílios Particulares ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios particulares ocupados (%)
	Total	Em aglomerados subnormais	
RMR (5º Lugar no Brasil)	1 111 660	249 432	22,4

Fonte: IBGE, Censo demográfico – Aglomerado Subnormal (2010).

Os municípios em questão também não ficam muito atrás. Na verdade, o do Cabo de Santo Agostinho é um dos que puxam este índice da RMR para cima, tendo um triste destaque no ranking nacional quanto às ocupações em aglomerados subnormais, que pode ser melhor visualizado na tabela 10 abaixo:

[15] O conceito de aglomerado subnormal foi utilizado pela primeira vez no censo demográfico 1991. Possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País, conhecidos como: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros (IBGE, 2010).

Tabela 10: Domicílios particulares ocupados e população residente em domicílios particulares ocupados, total e em aglomerados subnormais e número de aglomerados subnormais, segundo as grandes regiões, as unidades da federação e os municípios (2010).

Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios.	Domicílios particulares ocupados		População residente em domicílios particulares ocupados		Número de aglomerados subnormais
	Total	Aglomerados subnormais	Total	Em aglomerados subnormais	
Cabo de Santo Agostinho (5º do Brasil)	53 435	25 431	184 392	87 990	23
Ipojuca	22 065	1 086	80 465	3 779	1
Recife (25º lugar do Brasil)	471 210	102 392	1 531 394	349 920	109
Pernambuco	2 551 317	256 088	8 770 723	875 378	347

Fonte: IBGE, Censo demográfico – Aglomerado Subnormal (2010).

Esta equação do crescimento demográfico, déficit habitacional e as ocupações em aglomeramentos subnormais já existente, somada às atuais e progressivas desapropriações de determinados grupos populacionais de suas terras tradicionalmente ocupadas na região não parece que irá trazer bons resultados. Como se não bastasse tudo o que fora supracitado, tem-se, com o superaquecimento econômico, uma súbita alta no custo de vida. O que acaba se tornando um novo molde de desapropriação dos moradores tradicionais da região, que se veem incapazes de subsistir no mesmo local com os recursos que já possuem. É neste processo em que vem se dando o que se pode chamar de criminalização ambiental, por parte dos governos e amplamente repercutida pela mídia local, destas populações que começam a ocupar áreas de preservação ambiental e histórica.

Por outro lado, exercendo o ecobranqueamento, também conhecido por *greenwashing*[16], o Cips venceu a categoria Meio Ambiente com o Projeto Pedagogia

[16] *Branqueamento ecológico* ou *ecobranqueamento* (*greenwashing* em inglês) é um termo utilizado para designar um procedimento de marketing utilizado por uma organização (empresa, governo, etc.) com o objetivo de dar à opinião pública uma imagem ecologicamente responsável dos seus serviços ou produtos, ou mesmo da própria organização. Neste caso, a organização tem, porém, uma atuação contrária aos

Ambiental do Prêmio Top Socioambiental e de RH 2012 da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil/ ADVB-PE (SUAPE, 2012) por seus programas de Educação Ambiental. Bem como o Cips propaganda zerar todo seu passivo ambiental acumulado, através do replantio de "mais de 240 hectares de mata atlântica, e a restauração de 61 hectares de restinga e 9 hectares de mangue no Engelho Ilha". Sua área de preservação ambiental também foi ampliada "de 48% para 59% do território total do Complexo, agregando 3.066 hectares de áreas verdes, totalizando mais de 9 mil hectares de área de preservação permanente" (Interblogs, 2012).

Assim, o Cips se diz esverdeado, enquanto o Estado de Pernambuco, através da Agência Condepe/Fidem, diz que

> *o principal desafio ambiental a ser enfrentado é deter a progressiva destruição e degradação dos ecossistemas naturais. No caso das matas, os principais fatores que têm ameaçado estas reservas incluem: a prática de queimadas para o cultivo da cana-de-açúcar, pela expansão da policultura, retirada de madeira e lenha e pela expansão imobiliária desordenada. No caso dos manguezais, a ameaça é representada pela retirada de madeira e lenha, pelo aterro para construções, pela instalação de viveiros, pela pesca predatória, pela poluição dos estuários e pela ocupação urbana desordenada. A consequência mais grave é a redução do estoque pesqueiro, comprometendo a função ecológica e social dos manguezais* (SILVA, 2009).

Não obstante o Estado assuma os desafios ambientais, dando inclusive certo destaque para a redução do estoque pesqueiro e reconhecendo as funções ecológicas e sociais dos manguezais, em nenhum momento o complexo industrial e portuário parece fazer parte do problema. Pelo contrário. O Cips parece fazer parte da solução.

Vale lembrar que, após um considerável período de desaceleração econômica, o Estado de Pernambuco já guardara um desejo latente de reviver a prosperidade econômica dos tempos áureos da cana-de-açúcar — quando a região teve grande relevância tanto político-econômica, quanto na formação social do Brasil.

Mas, a consolidação e a dinamização do Cips podem acelerar este processo de crescimento desordenado, cujos impactos já podem ser observados nos supracitados dados de aumento dos aglomerados subnormais e na descaracterização da paisagem,

---

interesses e bens ambientais. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Greenwashing (Acessado em 09/03/2013b).

sobretudo diante da deficitária gestão territorial urbana e a baixa qualidade de seus serviços. Uma das maiores contradições das promessas do Cips para a população local está nos baixos índices de escolaridade da população local, gerando entraves na absorção dessa mão de obra, sem falar na disparidade cultural do sistema de subsistência tradicional vivido pela comunidade em estudo diante do mercado de trabalho industrial.

Pernambuco encontra sua redenção ironicamente no mesmo território em que tudo começou. Se vê embarcando numa nova empreitada de desenvolvimento econômico. Ou seria uma reinvenção do processo colonizador?

O Cips segue com suas ampliações contínuas e *vende seu peixe* através de uma variedade de números, que enchem os olhos dos conhecidamente orgulhosos pernambucanos, que *ficam a ver navios*, que começam a coalhar o litoral sul do seu Estado. Isto nos remete a um conhecido discurso de alguns economistas sobre crescer o bolo para depois reparti-lo — o que nunca se concretiza. Enquanto, para além-mar, o Cips vem atraindo empresas e capitais estrangeiros, como seu povo tanto sonhavam. *De Pernambuco para o mundo!* Com tudo o que foi exposto até então, percebe que enquanto muitos ficam com o olhar perdido na direção do crescimento econômico, perdem a perspectiva da totalidade da realidade.

Capítulo IV
ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

4.1. A Natureza Daquelas Águas

Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca

O Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca situam-se na mesorregião da RDM do Recife e microrregião de Suape. Distam 33,6 km e 49 km, respectivamente, do Marco Zero de Pernambuco, em Recife, sendo o acesso mais utilizado o rodoviário, através das rodovias BR-101 sul e PE-060, seguido da PE-28, Rodovia Vicente Pinzón, que dá acesso às praias do município (CONDEPE/FIDEM, 2012c; 2012d).

O clima é tropical quente e úmido, apresentando temperatura média anual de 25,2ºC. Suas coordenadas geográficas são latitude 08º17'12" sul e à longitude 35º02'06" oeste, estando à altitude de 29 metros (Cabo de Santo Agostinho) e 08º23'56" de latitude sul e 35º03'50" de longitude oeste, a uma altitude de 10 metros (Ipojuca). Possuem limites entre si e com os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Vitória de Santo Antão, Escada e Sirinhaém, além de ocupar uma faixa litorânea do Oceano Atlântico (CONDEPE/FIDEM, 2012c; 2012d).

O relevo do Cabo de Santo Agostinho apresenta 70% de terras colinosas, sobretudo, no interior a oeste da BR 101, e 30% de terras planas, correspondentes à planície litorânea e aos vales de rios, como: Pirapama (57% da bacia hidrográfica), Gurjau e Jaboatão. O município está inserido nas Superfícies Retrabalhadas, que na região litorânea de Pernambuco e Alagoas, é formada pelo "mar de morros" que antecedem o Planalto da Borborema (PNUD, 2012a).

Já o patrimônio natural de Ipojuca se constitui uma de suas maiores potencialidades, dentre as quais se destacam as praias e os vastos estuários com manguezais, na planície litorânea. Mais ao interior, a oeste da BR-101 o relevo apresenta ondulações com presença de colinas e morros, que variam de 30 a 400 metros de altura. Seus principais recursos hídricos são: Rio Ipojuca, que atravessa vários

núcleos urbanos antes de chegar ao município, e Massangana, com seus afluentes Bita e Utinga, Merepe e Maracaípe; além do próprio Rio Tatuoca (PNUD, 2012a).

A vegetação nativa da região é predominantemente do tipo Floresta Subperenifólia, com partes de Floresta Hipoxerófila. Os recursos florestais, que cobriam toda essa área, acham-se hoje restritos a alguns remanescentes da Mata Atlântica, mas com uma importância vital de manter a recarga dos aqüíferos para abastecimento de água e a biodiversidade local. O Cabo de Santo Agostinho possui nove unidades de conservação: Zumbi, Camaçari e Duas Lagoas, próximos ao litoral, e Cumaru, Urucu, Bom Jardim, Serra do Cotovelo, Sistema Gurjau e contra-Açude (Lei Estadual nº 9989/87). Outro destaque do município é a área estuarina dos rios Jaboatão e Pirapama (Lei Estadual nº 9931/86). Estas Unidades de Conservação estão elencadas abaixo, nas tabelas 11 e 12, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente (PNUD, 2012a).

Tabela 11: Unidades de Conservação do Cabo de Santo Agostinho

Unidade de Conservação	Domínio	Ecossistema Protegido	Diploma Legal		Área (ha)
APA do Estuário dos rios Jaboatão e Pirapama	Estadual	Manguezal	Lei nº 9.931/86		1.284
Reserva Ecológica Mata Serra do Cumaru	Privado	Mata Atlântica	Lei 9.989/87	Estadual	16, 40
Reserva Ecológica da Mata de Camaçari	Privado	Mata Atlântica	Lei 9.989/87	Estadual	223, 3
Reserva Ecológica Mata do Urucu	Privado	Mata Atlântica	Lei 9.989/87	Estadual	513, 3
Reserva Ecológica Mata do Sistema Gurjaú	Público Estadual	Mata Atlântica	Lei 9.989/87	Estadual	744, 47
Reserva Ecológica Mata do Bom Jardim	Privado	Mata Atlântica	Lei 9.989/87	Estadual	245, 28
Reserva Ecológica Mata de Contra Açude	Privado	Mata Atlântica	Lei 9.989/87	Estadual	114, 56
Reserva Ecológica Mata do Zumbi	Estadual	Mata Atlântica	Lei 9.989/87	Estadual	292, 40
Reserva Ecológica Mata de Duas Lagoas	Estadual	Mata Atlântica	Lei 9.989/87	Estadual	140, 30

Fonte: BDE - Unidades de conservação (PERNAMBUCO, 2012a).

Tabela 12: Unidades de Conservação de Ipojuca

Unidade de Conservação	Domínio	Ecossistema Protegido	Diploma Legal	Área (ha)
APA de Sirinhaém	Estadual	Mata Atlântica, Restinga/ Manguezal	Decreto Estadual nº 21. 229/98	6.589
RPPN- N.Sra. do Oitero de Maracaípe	Privado	Mata Atlântica, Restinga/ Manguezal	Portaria Ibama - 058/00	76, 88
APA do estuário dos rios Sirinhaém e Maracaípe	Estadual	Manguezal	Lei nº 9.931/86	3.335, 00

Fonte: BDE - Unidades de conservação (PERNAMBUCO, 2012a).

O litoral de Cabo de Santo Agostinho, de cerca de 24 Km, é marcado por belas praias, como a praia do Paiva, Itapuama, Pedra do Xaréu, Enseada dos Corais (antiga praia do Boto), Gaibu, praia de Calhetas, praia do Cabo de Santo Agostinho, Paraíso (antiga praia da Preguiça) e Praia de Suape (Wikipédia, 2012a).

Ipojuca é o município de Pernambuco com o mais extenso litoral no Estado, totalizando 32 km dispostos em 11 praias todas próprias para banho e/ou para prática de esportes náuticos. Do Norte para o Sul localizam-se em Ipojuca as seguintes praias: na chamada região de Porto de Galinhas tem-se a praia de Camboa, praia de Muro Alto, praia do Cupe, praia da Vila de Porto de Galinhas, praia de Maracaípe, Pontal de Maracaípe; enquanto na região de Serrambi, praia de Enseadinha, ponta de Serrambi, enseada ou praia de Serrambi, praia de Cacimbas e praia de Toquinho (IPOJUCA, 2012).

Estes dois municípios possuem um patrimônio de grande valor ambiental ganhando um destaque dentro do TES, que, por sua vez, possui um conjunto remanescente expressivo de Mata Atlântica, constituído por 15 Unidades de Conservação, das 40 definidas legalmente pela Lei Estadual 9.989/87. Nessa área, também se encontram 60 km de praias, além de estuários, que são espaços de preservação ambiental obrigatória (CONDEPE/FIDEM, 2012b).

Com tudo que fora supracitado, observa-se que um dos maiores destaques destes dois municípios concerne ao fato de que ambos fazem parte da chamada Zona Costeira,

a qual se caracteriza como uma região de transição ecológica entre os ecossistemas terrestres e marinhos, onde ocorrem ligações e trocas genéticas. A Zona Costeira

> *é responsável por ampla gama de "funções ecológicas", tais como: a preservação de inundações, da intrusão salina e da erosão costeira; a proteção contra tempestades; a reciclagem de nutrientes e de substâncias poluidoras; e a provisão de habitats e recursos para uma variedade de espécies explotadas, direta ou indiretamente* (MMA/SBF:270).

Esta região se constitui como um ambiente complexo, diversificado e sensível, "de extrema importância para a sustentação da vida no mar" (MMA/SBF, 2002:269). Destaca-se como um dos principais objetos de conservação ambiental por ter uma riqueza de nutrientes, além dos gradientes térmicos e salinidade variável, de promover condições ambientais favoráveis de abrigo, reprodução e alimentação inicial para um significativo montante de espécies marinhas. Em contrapartida, esta biodiversidade "exerce papel fundamental na maior parte desses mecanismos reguladores [...] abrigando extraordinária inter-relação de processos e pressões" (MMA/SBF:270). Nunca é demais lembrar que estas relações são extremamente sensíveis às alterações ambientais e os recursos costeiros são considerados finitos, o que reitera a relevância de sua conservação ambiental.

> *A plataforma continental do Estado de Pernambuco apresenta, na sua quase totalidade, reduzida largura (média de 35km), pouca profundidade, declive suave, quebra da plataforma entre –50 e –60m, águas relativamente quentes, salinidade elevada e cobertura sedimentar composta por sedimentos terrígenos e carbonáticos biogênicos* (MANSO et al., 2003 *apud* CAMARGO et al., 2007).

É nesta Zona Costeira sul-pernambucana que repousa o *locus* do presente estudo, composto pelo complexo e paradisíaco cenário de baías, ilhas, rios e plataformas recifais. E sua caracterização ambiental será especificada abaixo.

Ilha de Tatuoca e Baía/ Praia de Suape

A Baía de Suape sempre foi considerada como um dos melhores portos naturais do Brasil, e se a delimitarmos como um polígono (figura 5) teremos o promontório do Cabo de Santo Agostinho de encosta rochosa; na adjacência direta, a plataforma recifal, a Ilha de Tatuoca e o Pontal de Suape separados pelo Rio Massangana. Fechando o

polígono e em oposição ao promontório, encontramos uma ilhota, chamada Ilha de Cocaia ou do Francês (MILIANO, 2010).

Figura 5: Panorama da região nos dias atuais.
Fonte: Google Earth

A Praia de Suape fica à 50km de Recife, sendo a última praia do extremo sul do Cabo de Santo Agostinho e se constitui enquanto uma praia de águas calmas, devido a proteção dos recifes de arenito e o encontro com o Rio Massangana.

Já Tatuoca — que segundo os próprios moradores é assim chamada porque "a Ilha tinha muito tatu" — é uma ilha fluvial, a 52 Km do Recife, localizada no limite norte do litoral de Ipojuca, na Baía de Suape, foz dos rios Tatuoca e Massangana, fazendo parte da Zona Industrial Portuária (ZIP) do Cips, mais especificamente na coordenada geográfica média 8º22'13.97" S 34º58'32.67" O. Com uma área de cerca de

7,5 Km², a Ilha é planície em sua maior extensão, possuindo três elevações, tendo a mais alta em torno de 23m acima do nível do mar. Tatuoca detém áreas de mata atlântica preservada — mas possui áreas com vegetação baixa resultantes de antigas extrações de madeira –, salinas e extensas áreas de mangue. Ela é banhada pelos rios Tatuoca e Massangana além de dois grandes canais — gamboas que se unem durante marés formando uma ilha, dentro da própria ilha (MILIANO, 2010).

Esta Ilha possui afloramentos de rochas que deram origem à geomorfologia da região. Sua origem está relacionada com o

> *período pré-cambriano, onde se formaram bacias com seqüências "vulcano-sedimentar cretácea", depositada sobre um embasamento de rochas graníticas e migmatíticas. As rochas dessas formações são denominadas granodioríticas (provenientes do embasamento cristalino), os 'arenitos grosseiros' da Formação Cabo, ao qual pode ser observado nas margens da Ilha* (GALVÃO, 2006).

A Ilha de Cocaia é uma pequena ilha inabitada, localizada entre a plataforma recifal à leste e a Ilha de Tatuoca à oeste, sendo vizinha ao Porto de Suape, ao sul. Possui um monte verde com coqueiros e, enquanto ilha deserta, exerce uma relevante função de apoio aos pescadores artesanais locais, que armam pequenas estruturas de madeira e lona para se abrigarem do forte sol. Segundo o historiador Luis Alves Lacerda, "Cocaia, é uma herança do idioma tupi, significa uma espécie de enfeite que as mulheres usavam", pois a região teria sido freqüentada por índios Tapuias e Caetés, até a campanha contra estas etnias no processo de colonização regional[17].

No caso específico da região em estudo, faz de grande relevância o entendimento da hidrografia local, já que se trata de uma área sob grande influência das águas, seja provenientes do mar ou de seus rios, seja na sua constituição físico-ambiental ou na formação sociocultural de seu povo.

Assim, analisando a hidrografia do litoral sul de Pernambucano, percebe-se que ela está constituída por duas categorias de rios: os litorâneos — que nascem e deságuam na zona litorânea e, geralmente, são perenes — e os translitorâneos — que por sua vez nascem no agreste pernambucano, tendo regimes temporários que se tornam perenes na altura da zona da mata (CPRH, 2012).

[17] Fonte: consciencia.blog.br

Os rios translitorâneos do litoral sul possuem um significativo volume d'água, em decorrência de suas grandes extensões e número de afluentes. Porém, com a formação desordenada de muitos núcleos urbanos nas suas proximidades, muitos deles se encontram altamente poluídos, tal como o Pirapama. Este nasce no município de Pombos, mas tem 77% de sua bacia no Cabo de Santo Agostinho, totalizando 80 km de extensão.

> *Os maiores tributários do Pirapama encontram-se em sua margem esquerda e são, em ordem decrescente de extensão, os rios Gurjaú, Cajabuçu e Arariba (Macacos), todos com nascentes no município de Moreno. No primeiro, localizam-se as barragens de Gurjaú e Sucupema, integrantes do sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana do Recife, às quais deverá somar-se a barragem de São Brás a ser construída poucos quilômetros a montante daquelas duas e a do Pirapama, a localizar-se nesse rio, a montante do Engenho Molinote. Pela margem direita, sobressaem, em extensão, os afluentes Santa Amélia, Utinga de Cima e Camaçari, o primeiro inteiramente localizado no município do Cabo de Santo Agostinho e os dois últimos com nascentes no município de Escada* (CPRH, 2012).

Esta é uma da bacia hidrográfica de maior relevância para os sistemas de abastecimento de água do município do Cabo de Santo Agostinho, da região metropolitana e do Cips.

Os rios litorâneos são menores nas dimensões, mas não são menos importantes na manutenção de seus ecossistemas e de suas comunidades. Tem-se, aqui, o rio Massangana, dividindo os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Tem como tributários os rios, nascidos em Ipojuca, Tabatinga e Utinga de Baixo, com suas respectivas barragens do Bita e do Utinga, as quais também abastecem o Cips (CPRH, 2012). "Em seu trecho mediano, o Massangana recebe as águas do riacho Algodoais e em seu trecho inferior, o riacho Ilha da Cana, que limita a porção mais oeste da Ilha da Cana e da Ilha de Tatuoca" (GALVÃO, 2006).

No mesmo estuário em que deságua o Rio Massangana, também deságua o Rio Tatuoca. Este é um rio que nasce a 6 km da foz, próximo a Mercês no Cabo de Santo Agostinho, constituindo, em quase toda a sua extensão, parte de uma complexa rede de canais e estuário afogados. Alguns chegam a considerá-lo como um braço do mar. Os

rios Massangana e Tatuoca se constituem como fluxos de água doce que são drenados para a Baía de Suape e garantindo-lhe o caráter estuarino.

Nesta região, também são bastante expressiva a inter-relação entre os ecossistemas dos manguezais e dos ambientes estuarinos que exercem um intercambio de biomassa para os ambientes adjacentes.

> *O Estado da Paraíba e de Pernambuco apresentam, também, estuários e manguezais importantes, pela alta biodiversidade e pela riqueza de espécies de interesse econômico e sociocultural. As ameaças mais importantes são: a ocupação humana, os efluentes químicos, o desmatamento, a especulação imobiliária, as pressões antrópicas oriundas de agroindústrias, os canaviais com uso de agrotóxicos e os efluentes urbanos* (MMA/SBF, 2002:274).

Dentre os ambientes adjacentes supracitados, destaca-se um de grande relevância para o estudo em questão: os recifes de corais. A riqueza de sua biodiversidade é comparativa ao de uma floresta tropical úmida (MMA/SBF, 2002:270). Ou seja, são ecossistemas "ricos em recursos naturais e de grande importância ecológica, econômica e social, abrigando estoques pesqueiros importantes e contribuindo para a subsistência de várias comunidades costeiras tradicionais" (MMA/SBF, 2002:271).

> *Os recifes de coral são encontrados em mais de 100 países e territórios através dos trópicos. Sua beleza é lendária e a importância indiscutível, por se tratar do ecossistema mais diverso dos mares e por concentrarem, globalmente, a maior densidade de biodiversidade de todos ecossistemas (Andey, 2000). Estimativas indicam que, em nível mundial, os recifes de coral contribuem com quase $ 375 bilhões em bens e serviços por meio de atividades como pesca, turismo e proteção costeira* (Wilkinson, 2002) (FERREIRA & MAIDA, 2006:15).

Dentre estes bens e serviços, existe o, ainda pouco explorado, valor farmacológico. Nos recifes de corais, podem ser observados complexos mecanismos de defesa e contra-ataque provenientes de sua alta densidade de biodiversidade, os quais podem representar um estimado valor econômico nas áreas de conhecimento químico-farmacológico.

Num breve histórico sobre os estudos deste rico ecossistema no Brasil, tem-se seu início, em 1828, numa expedição dos naturalistas alemãs von Spix e von Martius (SPIX & MARTIUS, 1828 *apud* FERREIRA & MAIDA, 2006). Alguns anos depois,

foi Darwin (DARWIN, 1841 *apud* FERREIRA & MAIDA, 2006) que fez a descrição dos bancos de arenito situados na Cidade do Recife. Quanto aos aspectos geológicos, com algumas observações biológicas, destaca-se o estudo publicado por Hartt (1870 *apud* FERREIRA & MAIDA, 2006). Estes estudos foram seguidos pela descrição detalhada, no trabalho de Branner (1904 *apud* FERREIRA & MAIDA, 2006), dos bancos de arenito de nossa costa nordestina (FERREIRA & MAIDA, 2006:17). Mas, somente nos anos 60 foi realizado um trabalho mais amplo sobre o tema. Jacque Laborel (LABOREL, 1970 *apud* FERREIRA & MAIDA, 2006) "forneceu uma descrição qualitativa e semi-quantitativa dos recifes brasileiros ao longo de quase toda a costa Nordeste". Não obstante os entraves logísticos que este autor enfrentou, os estudos de Laborel se constituem como referência nesta área até os dias atuais (FERREIRA & MAIDA, 2006:17). Outra referência é o trabalho de Maida & Ferreira (1997 *apud* FERREIRA & MAIDA, 2006), que publicaram no *Proceeding do International Coral Reef Symposium*, realizado no Panamá, o capítulo intitulado *Coral Reef of Brazil: Overview and Field Guide.* Seguido pela revisão de Castro & Pires (2001 *apud* FERREIRA & MAIDA, 2006), que comentaram sobre as lacunas existentes na área de pesquisa dos recifes de coral no país (FERREIRA & MAIDA, 2006:20).

Os recifes podem se constituir por uma tipologia variada, podendo ser mais próximos ou mais distantes das praias. Mas há duas formações que vale destacar, sejam os recifes de arenito, também conhecidos como *Beach rocks*, e os recifes orgânicos, formados por corais e/ou algas calcárias. Quanto aos recifes de arenito, especificamente, exercem as funções ecológicas de dissipar a energia das ondas e de preservar as praias, tendo seu papel na constituição e manutenção do desenho litorâneo. "Os recifes de arenito são considerados, por vários autores, como testemunhos de nível do mar mais alto que o atual durante o Quaternário" (MANSO, 2003).

Pode-se dizer que a presença constante de linhas de arenito de praia, geralmente paralelas à costa, na plataforma continental interna faz parte da paisagem morfológica do litoral pernambucano, caracterizado por estas "linhas de arenito paralelas à costa, servindo de substrato para o desenvolvimento de corais e de algas calcárias, além de desempenharem importante papel na morfologia recente da costa" (MANSO, 2003).

> *Os recifes ocorrem sob a forma de corpos lineares, descontínuos, dispostos em linhas aproximadamente paralelas entre si e à atual linha de costa. O número de linhas varia, mas geralmente são visíveis, à baixa-mar, duas ou três exposições, sendo a primeira, quase sempre emersa, próximo a praia e as demais parcialmente emersas.*
>
> *Os recifes são geralmente formados de areia de praia quartzosa cimentada com fragmentos orgânicos, apresentando uma granulometria de média a grossa, às vezes com elementos de maior calibre no topo, e alternância de níveis mais escuros com níveis mais claros, ricos em bioclástos (Halimeda e fragmentos de conchas)* (MANSO, 2003).

Os arenitos de praia que ocorrem na área de Suape concentram-se entre as Praias da Gamboa, a sul, e o Cabo de Santo Agostinho, a norte, com uma extensão de aproximadamente 16 km em linha reta e com uma espessura média do topo variando de 25 a 60 m. A espessura média da camada de arenito é de 4 a 5 m, como pode ser observado na figura 6.

> *Neste geossítio ocorrem arenitos de granulometria média a grossa, de cor cinza clara a amarela, formadas por areias quartzosas com pequenas quantidades de fragmentos de conchas de moluscos, briozoários, equinóides e algas calcárias. O cimento que uniu estes constituintes é de natureza carbonática (marinha) composto dominantemente por calcita. Estudos mostram que as areias e os cascalhos são litificados (endurecido) em zonas de intermarés e de arrebentação, tanto em praias de alta quanto baixa energia, ou mesmo em planícies e canais de maré* (Branner 1904; Dominguez et al., 1990; Barreto et al., 2010 *apud* CPRM, 2013).

Figura 6: Imagem de satélite mostrando o Porto de Suape, e o cordão recifal. Em detalhe vermelho sobre o recife, a área de amostragem de ouriços.
Fonte Google Earth.

A discussão dos impactos ambientais sofridos pela região supracitada caberá ao item a seguir, a qual analisa, brevemente, as intervenções dos diversos atores atuantes, seja o Cips, seja a própria *Festa da Ouriçada*.

4.2. Entre os Espinhos do Porto e os dos Ouriços

Os recifes do litoral sul-pernambucano são um dos ecossistemas em destaque na presente pesquisa e, assim, este foi escolhido para como fio condutor nesta breve análise dos impactos sentidos pela região. Estudos mostram que os impactos ambientais incidentes nos recifes brasileiros são inversamente proporcionais a sua distância da costa — quanto menos distante, maior o impacto. Foram verificados indicadores de suas condições vitais, tais como:

> *percentual da cobertura de coral vivo, o número de colônias de corais grande (com diâmetro maior que 20cm), o número de recrutas de corais (colônias menores que 2mm de diâmetro) e o percentual das algas frondosas (macroalgas). Nos recifes costeiros, a densidade de corais grandes e de recrutas é bem mais baixa, enquanto o percentual de macroalgas é muito maior. Estas algas ocupam o espaço da superfície do recife, impedindo que os recrutas dos corais se fixem* (LEÃO, et al, 2009:80).

Há uma estimativa de que "27% dos recifes de coral do mundo já foram degradados irreversivelmente e que perda semelhante ocorrerá nos próximos 30 anos (César et al., 2003 *apud* FERREIRA & MAIDA, 2006:15). Em relação a preocupação de conservação deste ecossistema, realizou-se, há uma década, o *Colloquium* sobre Aspectos Globais dos Recifes de Coral na Universidade de Miami, quando se explicitou os níveis alarmantes dos impactos antropogênicos (Ginsburg, 1994 *apud* FERREIRA & MAIDA, 2006), apesar da carência de dados para constituição de um diagnóstico mundial mais preciso. Como resultado, criou-se, em 1997, a *Rede Global de Monitoramento de Recifes de Coral* (GCRMN) e desde 1998 relatórios globais tem sido publicados, com resultados de vários países, organizados em núcleos regionais (Wilkinson, 1998, 2000 e 2002 *apud* FERREIRA & MAIDA, 2006:15). Mais recentemente,

> *a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica decidiu integrar os recifes de coral no programa de trabalho em diversidade costeira e marinha, além de destacar a coleta de informações como uma das áreas prioritárias de ação. Em 2002, no World Summit on Sustainable Development, foi especialmente ressaltada a importância de um manejo sustentável visando aliviar a pobreza e garantir o futuro de pessoas cujas vidas dependem dos recursos provenientes dos recifes de coral* (FERREIRA & MAIDA, 2006:16-17).

Não obstante todo o empenho da comunidade científica e da sociedade civil em prol da conservação deste ecossistema complexo e delicado, os impactos incidentes são tão diversos quanto severos, os quais serão elencados a seguir.

Na contemporaneidade, por exemplo, desenvolveu-se uma atividade de impactos nefastos: carcinocultura em áreas costeiras. Esta vem impactando na biodiversidade costeira e marinha; degradando habitats naturais; salinizando lençol freático de planícies costeiras; despejando efluentes com altas cargas e nutrientes, antibióticos e outros produtos químicos; introduzindo, acidentalmente, espécies exóticas e/ou

biotecnologicamente modificadas; transmitindo doenças aos estoques naturais e expropriando comunidades tradicionais (FERREIRA & MAIDA, 2006:22). Diante de tamanho quadro os ambientes recifais não poderiam fica ilesos.

Nos estudos recentes, sobressaíram a correlação entre o fenômeno de branqueamento dos recifes de coral e as chamadas mudanças climáticas globais.

> *As concentrações de dióxido de carbono na atmosfera têm aumentados nas últimas décadas em uma taxa de várias ordens de magnitude acima dos valores calculados para os últimos 400 mil anos, o que comprova que mudanças climáticas não somente são um fato, mas também já apresentam suas consequências (Hoeghe-Guldeberg & Hoeghe-Guldeberg, 2004). Os recifes de coral têm sido apontados como os primeiros e maior ecossistema a sofrer impactos significantes devido a estas mudanças. Em 1998 um evento global de branqueamento foi detectado em várias partes do mundo e associado a eventos climáticos globais* (FERREIRA & MAIDA, 2006:15-16).

Porém, a maioria destes ecossistemas já estava degradada antes de 1900 e a incidências destes recentes eventos de branqueamento e doenças de corais só contribuem para o agravamento do declínio destes ambientes recifais (FERREIRA & MAIDA, 2006:16). Este quadro crônico e severo de degradação também conta com outras fontes de origem, tais como o mau uso do solo, poluição, a pesca predatória, dentre outras. Em outras palavras, sua degradação é basicamente fruto do crescente, acelerado e insustentável desenvolvimento das zonas costeiras, com seu respectivo excesso na extração dos chamados recursos naturais e o despejo de seus resíduos. Em outras palavras, sua degradação é basicamente fruto do crescente, acelerado e insustentável desenvolvimento das zonas costeiras, com seu respectivo excesso na extração dos chamados recursos naturais e despejo de seus resíduos.

Não obstante se constatar que estes impactos são antropogênicos, os mesmo também resvalam nas comunidades humanas. Nesta perspectiva, tem-se um significativo impacto nos recifes costeiros proveniente da exploração da pesca, tanto artesanal como comercial. Estima-se que "500 milhões de pessoas vivendo em países em desenvolvimentos têm algum tipo de dependência de recifes de coral" (Wilkinson, 2002 *apud* FERREIRA & MAIDA, 2006:15) e uma significativa parte da população costeira depende em grande escala de seus recursos dos recifes para o consumo de proteínas. A prática da pesca também se encontra ameaça pela remoção direta do

substrato dos recifes, do desenvolvimento e do turismo não planejados (FERREIRA & MAIDA, 2006:21-22). Ou seja, tem-se o quadro de interdependência entre as questões sociais e ambientais, as quais se forem conduzidas de forma insustentável se ameaçam mutuamente. A má condução da prática pesqueira pode ameaçar seus recursos, ao passo que a degradação ambiental dos recifes ameaça a pesca.

No Brasil, os recifes ocupam área extensa ao longo de 3.000km da costa e são os únicos recifes de coral do Atlântico Sul, mas seu quadro de saúde se apresenta similar ao supracitado panorama mundial. Enquanto existem fatores ambientais favoráveis na costa brasileira, tais como estar situada numa plataforma continental estável e longe do cinturão caribenho de furacões, os impactos nos recifes brasileiros são, majoritariamente, antropogênicos. "A área costeira do Estado do Rio Grande do Norte até Bahia (que é bordejada por recifes de coral) tem uma população de mais de 15 milhões de pessoas, a maioria distribuída nas capitais dos Estados" (FERREIRA & MAIDA, 2006:20-21).

> *No Brasil, mais de 18 milhões de pessoas vivem na zona costeira, a qual representa uma das regiões mais densamente povoadas do país, especialmente na região Nordeste (Moraes, 1999). A pesca é uma das atividades mais importantes sob os pontos de vista social, econômico e cultural, mas também um dos maiores impactos aos recifes. O turismo crescente, nesse cenário com vários projetos de desenvolvimento em andamento, apresenta-se tanto como oportunidade como ameaça* (FERREIRA & MAIDA, 2006:20).

Quanto ao destino turístico preterido, destaca-se a costa situada entre Natal e o sul do Estado da Bahia, pelas belezas naturais e águas calmas, tendo um aumento de até 50 vezes na população de algumas de suas cidades durante os meses de verão. Isto resulta, geralmente, num crescimento urbano desordenado e, consequentemente, numa degradação ambiental. O turismo marítimo, especificamente, também impacta as áreas recifais na medida em que ocorre: ancoragem inadequada, vazamentos de barcos a motor, lixo, pisoteio nos recifes e mergulhadores descuidados (FERREIRA & MAIDA, 2006:22).

O mau uso do solo, por exemplo, se engendrou desde a colonização europeia. Desde o início deste processo, houve um significativo desmatamento da floresta atlântica para exploração de madeira e para a plantação de cana de açúcar (Leão, 1994

apud FERREIRA & MAIDA, 2006), que gerou erosões nas áreas costeiras que, por sua vez, aumentaram o fluxo de sedimentos em direção ao mar. Hoje, as plantações de cana-de-açúcar formam um cinturão de 60km de largura e quase um mil quilômetros de extensão. Essa extensa monocultura localiza-se a poucos quilômetros da margem, ao longo da costa nordeste, onde os recifes costeiros são numerosos. A sedimentação e a poluição agrícola originada pelas plantações de cana de açúcar são provavelmente o maior fator observado de degradação dos recifes em certas áreas (FERREIRA & MAIDA, 2006:21).

Como já foi descrito no *Capítulo Breve Histórico* da presente pesquisa, a Baía de Suape exerceu um papel de destaque no processo colonizador europeu, tendo também êxito na produção sucroalcooleira. Portanto, não se pretende dizer aqui que o Cips é o primeiro e único responsável pelos impactos ambientais sofridos nesta região. Alguns desde impactos tiveram, sim, início desde o período colonial, especialmente os incidentes nos sua rica bacia hidrográfica que escovam os crescentes sedimentos diretamente para o mar.

Outro impacto antropogênico característico nas regiões costeiras, surgido no século XVII, é o uso de corais em construções, como pode ser observado nas diversas

> *fortalezas construídas com colônias de corais e blocos de arenito. Por muitos anos, corais foram também extraídos dos recifes costeiros ao longo de toda a costa nordeste para suprir com cal a refinação de açúcar, usado como agente clarificador para o xarope de açúcar. Esta prática foi banida a partir dos anos 70* (FERREIRA & MAIDA, 2006:21).

Outro fator antecedente, ou independente, do Cips é o crescimento urbano desordenado da região, que somaram mais resíduos sem tratamento, como esgoto doméstico, nestes recursos hídricos.

Na mesma década de setenta em que práticas degradadoras dos recifes são banidas, em Pernambuco se gasta grande energia para concretizar o projeto redentor de sua economia. É bem verdade que antes mesmo da chegada do Cips, alguns impactos ambientais, como os supracitados, já podiam ser sentidos. Mas os impactos socioambientais deste megaprojeto são bem significativos, já que foi necessária uma área de 13.500 hectares de terra (equivale à área da cidade do Recife), com a

desapropriação de inúmeras propriedades rurais, incluindo antigos engenhos, como o Tiriri e Algodoais. Vale destacar que o Cips se tornou uma espécie de gestor de uma faixa de "27 km de comprimento ao longo do litoral e 22 Km de largura máxima no sentido Leste-Oeste, perpendicular à costa" (CONDEPE, 1978 *apud* RAMALHO, 2007, p. 22). Ou seja, está sob sua responsabilidade a gestão, inclusive ambiental, de um significativo trecho da costa do litoral sul pernambucano. Pode-se ter uma melhor noção de como se constituía a paisagem da região de Suape antes das intervenções do Cips na seguinte figura 7, abaixo:

Figura 7: Suape nos anos 1970, antes da instalação do Cips.
Fonte: http://consciencia.blog.br/2011/03/silencio-das-midias-corporativa-independente-sobre-destruicao-estuario-de-suape.html#.UIlmum9X28o

Mas um megaprojeto como o Cips deve ser amplamente analisado e discutido, incluindo os mais diversos setores da sociedade, e não passando o "rolo compressor" sobre suas críticas e opositores. Porque foi assim que este processo se deu. Foi sob muita polêmica a ser ignorada pelos seus idealizadores e executores que o Cips se consolidou. Na época de sua instalação, foi elaborado por importantes intelectuais do cenário pernambucano o manifesto "A propósito de Suape", em 1975. Uma das críticas deste documento é a falta de transparência e a exclusão de diversos grupos da sociedade

nos processos decisórios. Ignorou também o princípio da precaução, com estudos de impacto ambiental insuficientes e onde outras potencialidades da área foram desconsideradas.

Na perspectiva de amenizar as críticas sofridas pelo projeto na época, criou-se o Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial e Portuário de Suape (Peccips). Seu coordenador, o arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti, posteriormente foi homenageado com a renomeação do antigo Parque Metropolitano Santo Agostinho, quando foi necessária a desapropriação de 270 hectares pelo Decreto Estadual 5.554/79.

Neste mesmo ano de 1979, ocorreu a primeira grande intervenção no Cips. As mesmas foram consideradas necessárias, mesmo que a Baía de Suape tenha oferecido, historicamente, condições naturais adequadas para o seu uso portuário. Assim, fez-se o corte do Istmo de Cocaia, para a criação da Zona Industrial Portuária - ZIP (figura 8).

Figura 8: (A) Istmo de Cocaia; (B) Dragagem do Istmo de Cocaia para implantação do Cips.
Fonte: Consórcio Diagonal-CEPLAN.

Esta é mesmo uma intervenção que merece um especial destaque na presente pesquisa. Para além de todos os seus impactos socioambientais, alguns dos quais serão elencados abaixo, observa-se na figura acima que o atual *locus* da *Festa da Ouriçada* não era uma ilha e sim um istmo — palavra de origem grega, que designa uma porção de terra cercada por água dos dois lados, que, por sua vez, conecta duas grandes extensões de terra. O istmo foi cortado, formando a Ilha de Cocaia, com ainda vem

sofrendo fortes transformações quanto as suas dimensões, já o Cips frequentemente altera a dinâmica do estuário. Estas últimas podem ser facilmente observadas no cotidiano dos interlocutores entrevistados, que descrevem algumas mudanças nos bancos de areia locais.

Os estudos do Peccips, em parceria com o Departamento de Oceanografia da UFPE, destacaram os seguintes impactos ambientais:

> *i) Aumento da turbidez das águas devido às dragagens, prejudicando a fauna e flora local, e consequentemente a população que tinha sua subsistência e reprodução social baseada nestes recursos. O aterro do mangue, em função das novas construções, impactou diretamente em espécies de valor comercial, como o caranguejo-úça, o siri-de-mangue e os aratus; enquanto o desaparecimento do substrato, provocaria a extinção da taioba e da unha-de-velho. Diversas espécies de peixes, que durante a fase jovem habitariam a Baía de Suape, também se afastariam da mesma por não deter mais de condições favoráveis para o seu desenvolvimento* (GOUVEIA, 2010).

Não obstante o aumento da turbidez das águas costeiras possam ter outras causas, tais como o desmatamento, erosão costeira e poluição, no caso específico a turbidez se dá majoritariamente devido ao grande e constante volume de dragagem.

> *A turbidez das águas prejudica os corais, que são organismos filtradores, alimentam-se e respiram, ingerindo e expelindo a água do mar. O aumento de nutrientes gerado pela poluição proveniente dos esgotos "aduba" os recifes, propiciando um maior desenvolvimento das algas frondosas* (LEÃO, et al., 2009:80).

Vale destacar, que a dragagem é um processo que persiste por toda a história do Cips. A cada nova ampliação de suas instalações ou a manutenção de seus canais — por vezes assoreados — os navios de dragagem fazem parte do cenário suape, interferindo no mesmo. Na visita realizada no dia 01 de fevereiro de 2013, foi assustadoramente visível a mudança da coloração das águas na área estuarina suapense, resultante de mais um novo processo de desmatamento do manguezal, mas, sobretudo da dragagem que levanta os sedimentos e afetando os ecossistemas locais.

Não obstante todos os impactos anteriores, entre o final da década de 1980 e 1990, houve uma nova onda de modificações naquela localidade. Segundo Ramalho (2007), em 1989, o Cips se empenha em novas ampliações, objetivando receber supercargueiros, mudando o curso, aprofundando e alargando o Rio Ipojuca, fazendo

com que ele deixasse de desaguar no Pontal de Suape. Tal ampliação consolidou-se em 1992.

> *Tais ações provocaram o desmatamento de mais de 500 hectares de mangue (berçário, criadouro e habitat permanente de inúmeras espécies de pescados), inviabilizando, praticamente, a pesca praticada nos estuários e em todo mar-de-dentro na região suapense, com a captura de caranguejo, ostra, marisco, do peixe tainha, por exemplo (BRAGA, 1989), isto é, os trabalhadores pesqueiros que realizam suas pescarias no mar-de-dentro*[18] *sentiram de modo mais atroz essas mudanças ambientais, especialmente o trabalho feminino que se voltava para os mangues com o trabalho de mariscagem. No caso dos que usam barcos motorizados (os botes), os pescadores de mar-de-fora ou mar-alto — eles, embora sofram com os impactos oriundos da construção do Porto de Suape, pescam em áreas mais distantes da costa, ao irem oceano adentro, fato que minimizou maiores desventuras nesse aspecto, quando se compara aos estuarinos* (RAMALHO, 2007, p.24).

Em 1995, a construção do porto interno foi iniciada, enquanto as obras de dragagem — que é considerada uma intervenção relevante para as atividades marítimas, seja aprofundando canais naturais, ou criando novos — abertura do cordão de recifes naturais de arenito foram realizadas entre os anos de 1996 e 1997. Nesta intervenção foi aberta uma passagem de 300 m na plataforma recifal que protege a bacia de Suape, realizada a dragagem dos canais e bacias de navegação, bem como a abertura do canal de navegação de Tatuoca (figura 9).

[18] Os termos *mar-de-dentro* e *mar-de-fora* são definidos pelos próprios pescadores das áreas estudadas, que os empregam para diferenciar a pesca feita antes e depois da arrebentação do mar. Quem pesca da arrebentação é um pescador de mar-de-fora e quem pesca em rios, estuários e na praia não chega a ultrapassar a barreira natural, trabalha no mar-de-dentro (RAMALHO, 2007).

Figura 9: Derrocamento de 300 m dos recifes naturais para dar acesso à parte interna do Cips.
Fonte: ALMEIDA, (2003:26).

Mais recentemente, vivenciou-se uma nova onda de ampliações, sobretudo em prol da consolidação de um polo naval de referência já descrito nesta pesquisa. A instalação deste polo naval requer a supressão de significativos trechos de biomas como de mata atlântica e de restinga, bem como de ecossistemas como os manguezais e recifes de corais. Seus outros impactos são provenientes da dragagem de profundos canais, que podem prejudicar a presença de bancos de algas marinhas, aguapés e capim-agulha, itens da dieta de um peixe-boi, por exemplo, as quais já foram vistos na região. A construção de navios em geral emite poluentes e metais pesados em suas águas, afetando toda fauna e flora local.

Não obstante toda polêmica revivida pela sociedade pernambucana, a história se repetiu. O pedido foi aprovado na Assembleia Legislativa de Pernambuco, que autorizou o desmatamento de 691 hectares de mata nativa para criar o polo naval, sendo 17 hectares de Mata Atlântica, 508 ha de manguezal e 166 ha de área de restinga.

Todos estes ecossistemas estão interconectados e são interdependentes, e medidas degradadoras afetam diretamente os recursos pesqueiros locais, por exemplo. Estudos mostram que a manutenção de manguezais influenciam a estrutura das comunidades de peixes de recifes de coral e que a biomassa de várias espécies de interesse comercial aumenta duas vezes ou mais quando os hábitats estão conectados (Mumby et al., 2004 *apud* FERREIRA & MAIDA, 2006:22).

Deve-se, agora, afunilar nosso foco em uma espécie da fauna local, objeto direto do presente estudo, que habita o recife de arenito suapense: o ouriço do mar. Numa breve caracterização da espécie objeto da manifestação cultural-religiosa da *Festa da Ouriçada*, os ouriços do mar são animais invertebrados marinhos bentônicos, representantes da Classe Echinoidea (filo Echinodermata). Apresentam o corpo geralmente globoso, formado por uma teca calcárea, e orientados com a superfície oral para baixo (HYMAN, 1955).

A espécie em estudo (figura 10), *Echinometra lucunter* (Linnaeus, 1758), tem ampla distribuição no Oceano Atlântico e Mar do Caribe, desde Porto Rico, Bermuda e Carolina do Norte (Estados Unidos) até Santa Catarina (Brasil) (LIMA et al. 2009). Duas subespécies, *Echinometra lucunter lucunter* (Linnaeus, 1758) e *Echinometra lucunter polypora* (Pawson, 1978), são reconhecidas por alguns autores recentes, sendo a primeira de distribuição caribenha e a segunda de distribuição atlântica (McCLANAHAN & MUTHIGA, 2007). No Brasil, as populações da espécie desovam entre dezembro e maio (McCLANAHAN & MUTHIGA, 2007), porém variações neste aspecto foram observadas segundo diferentes regiões, incluindo o período de outubro a novembro para populações do sudeste do país (LIMA et al., 2009). No Estado de Pernambuco, um estudo indicou que a desova ocorre no período seco (LIMA et al., 2009).

Figura 10: Espécie em estudo, Echinometra lucunter (Linnaeus, 1758).
Foto: Ricardo Rosa, 2013.

Para além de suas funções ecológicas, o ouriço pode apresentar valores socioculturais. Evidências pré-históricas do uso de ouriços na alimentação humana foram descobertas em várias partes do mundo, incluindo ilhas do Oceano Pacífico (Ex. Nova Irlanda e Nova Zelândia) e o continente americano (Estados Unidos, Peru e Chile). No Japão, evidências históricas do consumo de ouriços datam do século XIX aC (LAWRENCE 2007). Apesar de seu uso na alimentação humana não ser comumente observado no litoral brasileiro, a *Festa da Ouriçada* se constitui uma peculiar exceção e uma forte tradição suapense.

Abaixo, serão descritos mais extensamente os resultados e sua respectiva discussão sobre os dados coletados e analisados quanto a distribuição espacial desta espécie, visando estimar sua densidade e tamanho populacional na plataforma recifal emersa.

Resultados - Densidade populacional

Os dados coletados relativos às coordenadas geográficas, seus respectivos comprimentos (L_{tot}) e área total (A_{tot}) de cada transecção[19], bem como número médio de indivíduos de ouriços por amostrador ($n_{méd}$), desvio padrão da média (dp), densidade média de indivíduos de ouriços por transecção e por setor de cada transecção ($d_{méd\ 1}$ = parede recifal, $d_{méd\ 2}$ = topo recifal, $d_{méd\ 3}$ = frente recifal) podem ser observados na tabela 13 abaixo.

Tabela 13: Dados coletados sobre a população de ouriço por transecção

Transecção	1	2	3	4	5
Latitude S	08º22'27.0''	08º22'26.3''	08º22'24.7''	08º22'23.5''	08º22'22.3''
Longitude W	34º57'05.9''	34º57'05.8''	34º57'05.0''	34º57'04.6''	34º57'04.3''
L_{tot} (m)	55,2	57,6	56,8	60,8	64,6
A_{tot} (m x 10^{-1})	39,2	40,9	40.3	43,2	45,9
n_{tot}	537	541	327	745	651
$n_{méd}$	8,14	9,33	5,11	10,5	8,7
Dp	12,32	13,59	9,57	13,53	11,42
$d_{méd}$	13,7	13,2	8,1	17,2	14,2
$d_{méd\ 1}$	3,1	9,0	3,6	11,4	17,0

[19] A descrição metodológica está no Capítulo Referencial Teórico-Metodológico.

$d_{méd\ 2}$	9,2	1,8	2,2	4,9	4,6
$d_{méd\ 3}$	32,5	36,3	22,3	45,6	31,6

A densidade média de ouriços em cada transecção variou de 8,1 a 17,2 indivíduos x m^{-1} (média = 13,28). Com relação à distribuição espacial dos ouriços, constatou-se que a área da frente recifal (setor 3) apresentou as maiores densidades de ouriços (22,3 a 45,6 indivíduos x m^{-1}; média = 33,7; dp = 8,4), seguido pela área da parede recifal (setor 1) (8,1 a 17,2 indivíduos x m^{-1}; média = 8,8; dp = 5,8), e finalmente pelo topo recifal (setor 2) (1,8 a 9,2 indivíduos x m^{-1}; média = 4,5; dp = 2,9).

Estimativa populacional

O comprimento total do recife de Suape corresponde a 3.441m. A área total da superfície emersa do recife (plataforma recifal), calculada a partir da sua largura média obtida nas transecções (59 m), é de 203.019 m^2. A área do universo amostral, estimada a partir da largura média do recife e da distância entre as transecções 1 e 5 (136,7m) é igual à 8.065,3 m^2. Com base nestes dados e na densidade média obtida (13,28 indivíduos x m^{-1}), a estimativa do tamanho populacional de ouriços na área utilizada pelos coletores (universo amostral) corresponde a 107.107 indivíduos.

Se considerarmos as condições ambientais homogêneas ao longo de todo o recife, embora as amostragens não tenham coberto toda a sua extensão, a estimativa populacional extrapolada para o recife como um todo corresponde a 2.696.092 indivíduos.

Discussão

Neste trabalho de campo, observou-se uma relação entre a distribuição espacial, a densidade da população e a dimensão dos indivíduos. Enquanto nas áreas mais elevadas da plataforma recifal (topo recifal) os ouriços se apresentavam, praticamente, ausentes, ou concentrados em piscinas naturais esparsas, nas áreas mais baixas e

próximas à água do mar (setores da parede e frente recifal), sua abundância e densidade eram maiores. Certamente o maior tempo de emersão e a elevação da temperatura em poças isoladas são fatores limitantes para a sobrevivência de ouriços no topo recifal, explicando portanto sua menor abundância e densidade comparativamente aos outros setores do recife.

Com relação ao tamanho dos ouriços, embora não se tenham feito medições específicas devido a limitações do tempo amostral, pode-se constatar visualmente *in situ* que os maiores indivíduos ocorreram no setor da frente recifal. Justamente é esta área que os coletores de ouriços da *Ouriçada* priorizam para a obtenção do recurso vivo para a festa, tendo maior habilidade para se deslocar nestas áreas do que meros pesquisadores em observação, como a pesquisadora que vos escreve. Do ponto de vista da ecologia humana, esta estratégia favorece o acesso ao recurso com um menor investimento de tempo e energia, já que o mesmo é encontrado em maior concentração na frente recifal, e em maior tamanho, como convém ao preparo culinário.

Aqui, vale também a discussão sobre uma estimativa quanto ao impacto ambiental da realização da *Festa da Ouriçada* sobre a população desta espécie da fauna local. Na observação participante da *Festa da Ouriçada*, em 13 de dezembro de 2012, fez-se uma contagem de volume de ouriços que cabem num galéia (gradeados plásticos utilizados para armazenar e transportar os ouriços coletados) e se chegou em 300 indivíduos contados. Os pescadores tradicionais estimam que são transportadas aproximadamente 5 galéias do recife até a Ilha de Cocaia, o que nos leva a estimativa de 1.500 ouriços coletados pelo núcleo familiar de Dona Lala e Sr. Rubem.

Mesmo que esta coleta de ouriços seja realizada em seu período reprodutivo, durante o verão (LIMA et al., 2009), e que seus coletores priorizem os ouriços maiores, consequentemente os que possuírem as gônadas maiores, deve-se considerar a significativa densidade populacional que a presente pesquisa estimou, somado ao caráter esporádico da *Festa da Ouriçada*. O que nos leva a conclusão de que os impactos ambientais desta manifestação sobre a população de ouriços é mínima, podendo, inclusive, ter um papel na conservação da mesma, uma vez que a *Ouriçada* demanda especificamente esta espécie como recurso para sua realização, bem como depende de seu habitat conservado.

Capítulo V
O QUE OS OLHOS NÃO VEEM E O CORAÇÃO SENTE

5.1 As Raízes do Povo Suapense

Depois de quase quatro séculos exercendo exitosamente seu papel natural de porto, no século XX veio à gradativa substituição do modal fluvial pela crescente malha rodoviária[20], que também se apresentava mais segura para a conservação do produto açucareiro, "levando a Praia de Suape a entrar num grande ostracismo socioeconômico, ao não conseguir manter sua interação aos centros mais dinâmicos da economia regional" (RAMALHO, 2007).

Há grandes possibilidades de que este processo tenha transformado a paisagem, antes homogeneizada pela cana-de-açúcar dos prósperos engenhos, que começara a dar lugar à pequenos focos de agricultura familiar, por meio de aforamento e posse definitiva, relatada por Sobrinho (1978). Porém, o município do Cabo de Santo Agostinho ainda manteve seu quadro de concentração de terras, com os grandes latifúndios intocados pela tão almejada reforma agrária, o que limitava as possibilidades da população menos provida de recursos do exercício laboral da agropecuária (RAMALHO, 2007).

Tão logo, esta mesma população se direcionou para outro recurso como meio de vida — as ricas águas da região — formando historicamente uma tradição pesqueira naquela territorialidade, "por ser o mar território [ainda] livre de posses privatistas e não exigir, para a construção de jangadas, grande aporte de recursos" (RAMALHO, 2007). Isto tudo fez com que a tradição pesqueira da região se consolidasse como centralidade laboral da população, não se constituindo como alternativa à agricultura ou outras formas de trabalho. "O que ajudou a colaborar, com isso, foi o estabelecimento, em 1831, por parte do Império da linha de preamar, fixado em 33 metros de comprimento

[20] Por ironia da história, esta perspectiva densenvolvimentista via *quatro rodas* vem sendo firmemente questionada na contemporaneidade, sobretudo por setores da sociedade civil organizada. Com este movimento, vem surgindo projetos de revitalização e navegabilidade do famoso, pelas palavras de Cabral de Melo Neto, Rio Capibaribe, abraçado também pela gestão pública local.

em beira mar, tomando-se de domínio exclusivo da União" (KATER, 1990 *apud* RAMALHO, 2007). Com isto, viu-se privilegiado este setor produtivo no nordeste brasileiro, onde grupos de pescadores artesanais se estabeleceram em habitações feitas por eles com materiais provenientes do meio ambiente local. Uma significativa parte desta comunidade de pescadores se instalou no Pontal de Suape.

Outro aspecto da formação sociocultural da região, como foi sinalizado nos capítulos anteriores, é a influência da religião católica. Com a colonização portuguesa, as igrejas exerciam um papel agregador na formação dos seus povoados, traços que ainda podem ser observados nas dinâmicas destas comunidades na contemporaneidade. No Cabo de Santo Agostinho, por exemplo, persistem manifestações tais como as Festas do Bom Jesus dos Passos (fevereiro) e a de Santo Agostinho (agosto) comemoradas na histórica Vila de Nazaré e Festa de São Sebastião (Matriz de Santo Antônio) e Festa Nossa Senhora Rainha da Paz em Pontezinha (PNUD, 2012a). Com exceção desta última, observa-se que as manifestações da religiosidade católica popular se concentram no promontório de Santo Agostinho, na Baía de Suape.

Em consonância com grande parte da formação sociocultural brasileira, houve nesta região uma miscigenação entre tradições, neste caso o encontro da supracitada tradição pesqueira com a religiosidade popular. Como exemplo, têm-se duas principais manifestações neste município: a Festa da Lavadeira e a *Festa da Ouriçada*. A primeira, realizada no dia 1º de maio, na praia do Paiva, ganhou tamanho destaque que extrapolou a comunidade local, se tornando uma das festas mais importantes da cultura pernambucana[21] e um dos maiores encontros das mais variadas expressões do sincretismo cultural e religioso do nordeste, bem como do encontro do sagrado e profano.

Quanto à segunda, aqui objeto de estudo, nunca ganhou uma maior projeção como a anterior. A *Festa da Ouriçada* é uma expressão típica da comunidade pesqueira local, a fim de responder às necessidades culturais e religiosas da mesma. Mas o fato de

[21] A Festa da Lavadeira sofreu um recente processo de deslocamento da praia do Paiva, no Cabo de Santo Agostinho, onde se encontra a imagem adorada, para o bairro do Recife Antigo. Este foi o resultado do interesse de grupos empresariais na exploração de estruturas hoteleiras e de condomínios de alto padrão nesta praia. Para tanto, criaram mecanismos para impedir esta manifestação cultural, tal como Reserva Ambiental do Paiva.

não ter ganhado a mídia e adeptos fora da comunidade local, não pode diminuir sua relevância. A *Festa da Ouriçada* é uma manifestação centenária da crença local — do catolicismo popular vinculada a Santa Luzia conhecida como protetora dos olhos — de que quem fosse pescar em seu dia, 13 de dezembro, também dia do marinheiro, estaria sujeito a sanções, podendo até mesmo ficar cego. A imagem de Santa Luzia ganhou uma gruta (figura 11), viabilizando sua adoração, fundada em 1996, bem em frente à casa de Alaíde da Silva, conhecida por Dona Lala, conhecida na comunidade como uma das principais organizadoras tradicionais desta Festa.

Figura 11: Gruta de Santa Luzia.
Foto: Juana Santos, 2011.

Mas novos ventos soprariam na região, com o significativo crescimento do turismo no litoral nordestino, contanto com incentivos federais, durante a década de 1990.

> *Foi por conta disso que surgiu o Projeto Costa Dourada. Tal projeto foi concretizado numa parceria dos Governos de Pernambuco e Alagoas com o Poder Público Federal, objetivando expandir o turismo entre o litoral sul de Pernambuco até Alagoas, com a instalação de grandes empreendimentos hoteleiros, contando com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Governo Federal, para isso* (RAMALHO, 2007).

Em decorrência disto a Baía de Suape, com suas características paradisíacas, se torna um destino turístico, chegando ao montante de R$ 40 milhões para a instalação de um resort[22], o que não implicou em grandes movimentações turísticas, tanto pelo perfil seleto do público alvo do empreendimento, quanto pelas limitações da já existência do Cips. O referido resort foi uma associação entre

> *"o grupo japonês AOKI (dono da rede mundial Ceasar Park) em sociedade com a empresa pernambucana Ipojuca Empreendimento e Participações S/A, juntamente com o FUNCEF (Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal)"* (OLIVEIRA, 1997 *apud* RAMALHO, 2007).

Para tanto, no início da década de 1990 foi negociada a concessão de uma área — no Pontal de Suape, separado da Ilha de Tatuoca pelo Rio Massangana — de aproximadamente 150 hectares, dos quais apenas 43 ha pertenciam a uma das sócias, a empresa Ipojuca Empreendimentos. Os 107 ha já era propriedade do Cips desde 1978, os quais haviam sido adquiridos junto à Cooperativa de Tiriri, no ano de 1978[23]. Assim, coube ao governo de Pernambuco a concessão ao resort do direito de uso por 99 anos dos 107 hectares citados (OLIVEIRA, 1997 *apud* RAMALHO, 2007).

Uma vez conquistada a concessão do terreno, o despejo pareceria o caminho mais lógico para o início das obras, ignorando a existência da comunidade pesqueira e suas estruturas habitacionais e de ofício, tais como embarcações e equipamentos de

[22] Para que um hotel seja alçado a categoria de um resort, segundo a Associação Brasileira dos Resorts, é necessário que o mesmo se enquadre nos seguintes termos: "só se encaixa nessa qualificação o estabelecimento que for destino exclusivo e diferenciado, dotado de excelente infraestrutura e situado num local paradisíaco" (BYDLOWSKI, Lizia. As mordomias que todos amam. Veja Turismo. São Paulo, ano 35, Edição Especial, n. 16, Jul/2002. p. 27). A Praia de Suape, portanto, compunha perfeitamente os critérios estabelecidos, no que concerne especialmente às belezas naturais.

[23] Segundo Ramalho (2007), para desapropriar tais áreas, o Governo Estadual fez uso dos Decretos de números 2844 (27.07.1963) e 4433 (18.02.1977).

pesca. Porém, o empreendimento hoteleiro não contava com a resistência de alguns destes pescadores, que cresceu com a adesão da associação de moradores e com as ameaças de dar repercussão ao caso na mídia local (RAMALHO, 2007).

Como solução, o resort financiou novas moradias construídas numa área, hoje, mais urbanizada da Praia de Suape, próximas à sua pracinha. Estas habitações foram feitas de alvenaria com uma infraestrutura ausente nas instalações no Pontal de Suape, possuindo saneamento básico e energia elétrica. A proposta foi aceita pela comunidade pesqueira que insistiu na exigência de que as mesmas fossem próximas do mar, pois sua subsistência dependeria dele, mas a promessa de dar suas posses destas casas em definitivo para seus moradores nunca foi cumprida (RAMALHO, 2007). Nos relatos das entrevistas, há um grupo de 4 casas que pertenciam a veranistas, que recebeu uma estrutura de moradia diferenciada dos pescadores tradicionais.

Este deslocamento não se restringiu às moradias da comunidade pesqueira, mas também desterritorializou sua cultura, que, aliás, vem sofrendo uma certa mobilidade com o decorrer do tempo. De acordo com os relatos da comunidade, a *Festa da Ouriçada* engendrou-se com um formato similar a celebração de São João, onde cada família ou pequenos grupos realizavam sua devoção nas ruas, com fogueiras em frente as suas casas.

Imagina-se que devido à chegada de veranistas que se incomodavam com as fogueiras e com a concentração supracitada da comunidade pesqueira no Pontal de Suape, sua celebração passou a ser nesta mesma localização. Mas, uma vez que instalado o resort, com a consequente desapropriação da comunidade pesqueira, não foi mais possível a prática da *Ouriçada* no Pontal de Suape, pois perturbaria o seleto público de turistas do empreendimento. Então, foi por via deste processo que a Festa veio a se "descontinentizar", transferindo-se para a Ilha de Cocaia.

Os impactos sob suas tradições já podem ser sentidos. Segundo depoimentos, estas eram mais fortes no passado, quando se fazia o uso exclusivo do vinho como bebida sagrada, e outras tradições de ócio, tais como a proibição de varrer, de costurar, de pentear o cabelo, entre outros.

Esta baía já vinha resistindo à tendência do litoral ao redor, onde prevalece "a explosão urbana desordenada, grande especulação imobiliária, exclusão territorial dos pescadores e turismo predatório, especialmente após a segunda metade do século passado" (RAMALHO, 2007). Mas, na atualidade, as 170 famílias que, segundo Ramalho (2007), vivem da pesca artesanal diretamente em Suape, seja no mar-de-dentro, seja no mar-de-fora[24], enfrentam uma série de desafios.

Hoje, os desafios colocados a esta comunidade pesqueira, já deslocada de sua territorialidade anterior, persiste nos impactos sentidos pela constante ampliação do Cips. A Ilha de Tatuoca, por exemplo, é o locus escolhido para a consolidação do polo naval, parte do processo de ampliação do Cips tão propagado pelo Estado de Pernambuco. Têm-se como consequências o deslocamento de parte de sua população (sob a promessa não cumprida de um conjunto habitacional, o Projeto Nova Tatuoca, dedicado exclusivamente a ela), que veem seus tradicionais recursos para subsistência se escasseando, amenizadas por promessas em empregos que muitos não conseguem se adaptar.

E mesmo que não houvesse mais ampliações nas estruturas do Cips, segundo Miliano (2010), a instalação do Estaleiro Atlântico Sul já deixou sua marca na constituição social da Ilha de Tatuoca. Os que persistem na Ilha encontram sua com comunidade repartida em duas — o pequeno aglomerado de casas, que os ilhéus chamam de "prainha" e a comunidade de Tatuoca em si. Estas vêm tomando, segundo os entrevistados, posturas diferenciadas sobre o processo de desapropriação, sendo que a comunidade da "prainha" se faz mais resistente e exigente sobre a nova moradia e as indenizações.

Ademais todos os impactos ambientais neste estuário em questão provenientes da ampliação do Cips, que afetam diretamente "a produção pesqueira local, em um futuro bem próximo, com a capacidade de condenar definitivamente, na maior parte dos casos, o modo de vida de muitos pescadores e pescadoras suapenses" (RAMALHO, 2007).

[24] Estes são os termos que designam a pesca realizada na área de dentro e de fora do arrecife, respectivamente, as quais acabam se tornando categorias bem diferenciadas, segundo as próprias diferenças destes ambientes marinhos.

Para tanto, a comunidade de pescadores artesanais de Suape se veem desraizados física e culturalmente falando, tendo seus modos de produção e reprodução social ameaçados de extinção à sombra das gigantes estruturas metálicas da redenção pernambucana.

5.2 – A Festa da Ouriçada

É esta manifestação cultural, a *Festa da Ouriçada*, em vias de novos deslocamentos, que será descrita o mais detalhadamente possível, com suas variadas expressões. Porém, cabe-se destacar que todos os dados são baseados nas expressões na contemporaneidade, produto da pesquisa qualitativa, sobretudo da observação participante da pesquisadora durante o período de 10 à 13 de dezembro de 2011.

Na atualidade, a Festa pode ser descrita quanto a sua territorialidade e temporalidade. Na primeira, pode-se descrevê-la como realizada em dois *locus*: o religioso, que é celebrado em frente à imagem de Santa Luzia (figura 12), na comunidade suapense; enquanto o profano vem resistindo a sucessivas transposições (descentralizada em frente às casas, no Pontal de Suape e, atualmente, Ilha de Cocaia). Como este último *locus* da Festa já faz parte dos projetos de expansão do Cips e abrigará um terminal de minérios e, consequentemente, um acesso rodoferroviário, cabe se perguntar se a Festa será capaz de resistir a mais um deslocamento e como isto se dará.

Figura 12: Imagem de Santa Luzia.
Foto: Juana Santos, 2011.

Já quanto à temporalidade, a Festa se compõe por distintos momentos: os três dias antecedentes ao dia de Santa Luzia, acontecem vigílias em frente à imagem da Santa e sua procissão, no final do dia 13/12, todos característicos da religiosidade popular local; e a coleta do ouriço, seu preparo e degustação, que é cercado pela expressão mais profana da Festa, durante todo o dia 13/12, contando com shows com apoio da prefeitura municipal do Cabo de Santo Agostinho, na pracinha da Praia de Suape.

A Baía da Santa

A primeira observação feita, no início das celebrações, é a mudança no cenário da gruta de Santa Luzia. Diferentemente dos outros dias do ano quando ela se encontra trancada e escura, nos dias da celebração, a gruta se encontra aberta e a imagem da Santa está sob a luz de uma lâmpada incandescente improvisada, bem como seu pátio,

sob um fio de lâmpadas com as mesmas características. Dentro da gruta, se encontram velas e flores.

Para o melhor entendimento da dinâmica da Festa, faz-se necessário a descrição de seu calendário com as suas manifestações religiosas e profanas, que seguem do dia 10 ao dia 13 de dezembro. Assim, os três primeiros eventos possuem algumas características comuns, tais como os fogos de artifício soltos na beira da Praia de Suape, por volta das 18h, e o horário da realização do evento em si, aproximadamente entre 19h e 21h.

O Dia da Bandeira de Santa Luzia, no dia 10, acontece a procissão com a Bandeira[25] da Santa (figura 13). Esta procissão é formada por um grupo de aproximadamente 40 (quarenta) pessoas, predominantemente mulheres, que acompanham a Bandeira, que é segurada por 5 meninas vestidas com túnicas azuis, que são chamadas de *anjinhos*. Todos seguram velas protegidas por espécies de castiçais (bicos de garrafas tipo pet invertidas) com imagens de Santa Luzia, feitos pela própria comunidade, tais como todos os outros artefatos que compõem a Festa.

[25] Nas celebrações desta festividade, o que é chamado de Bandeira de Santa Luzia é o seu estandarte confeccionado com um *banner* de lona, mas que, a cada ano, é decorado com flores artesanais feitas pela madrinha da Bandeira, que em 2011 era uma das filhas de Dona Lala, que exerce o papel de sua guardiã.

Figura 13: Bandeira de Santa Luzia.
Foto: Juana Santos, 2011.

O percurso tem seu início e término na gruta de Santa Luzia e segue por um curto trajeto pela Rua José Miguel de Santana, uma das principais da comunidade, por onde as lideranças católicas locais (também existe uma comunidade protestante) da comunidade suapense cantavam orações e músicas relativas à Santa e ao catolicismo, auxiliados por um carro de som de um dos moradores que alugou aos organizadores da Festa, acompanhados pela voz de todos os fiés. Para tanto, há também a aquisição e distribuição de *livrinhos*, contendo as orações relacionadas à Santa Luzia. Na volta, a Bandeira será hasteada num poste em frente à gruta, onde ficará durante os próximos três dias de celebração.

Tanto o Dia do Terço dos Homens quanto Dia da Mãe Rainha, dias 11 e 12, respectivamente, seguem um formato similar. São celebrados como vigílias em volta da gruta de Santa Luzia, com cadeiras de plástico branco, um pequeno sistema de som, por onde se tocava o CD com as músicas da Santa, e de microfone para amplificar as orações. Apesar de ser o Terço dos Homens, a composição do grupo era de 22 mulheres e 7 homens, os quais tinham a incumbência de comandar as orações. Observou-se que apesar de geralmente estarem em minoria, estes representantes masculinos se fizeram muito ativos durante todas as celebrações da Santa. Observou-se também uma cestinha de vime bem em frente à gruta, onde os fiés fizeram suas doações. Ao final, Seu Rubens, marido de Dona Lala, compartilhou o sonho de construir uma gruta maior para Santa Luzia, desta vez na pracinha de Suape, que foi apoiado por todos ali presentes.

O Dia da Mãe Rainha segue o mesmo formato, com orações e sermões, onde predomina no grupo mulheres de idade avançada. Mas pode-se destacar o constante manuseio de terços pelos fiés. Este dia sempre termina com a comemoração do aniversário de casamento de Dona Lala e Seu Rubem, o que vincula ainda mais esta família as celebrações da Santa.

Podem-se destacar dois desafios para estas celebrações supracitadas. Por um lado, o fluxo de ônibus e carros que desciam a ladeira em alta velocidade, bem em frente à gruta, ameaçavam as famílias que ali circulavam. Houve depoimentos sobre acidentes ali, inclusive de um ônibus que destruiu um banco da pracinha. Outro aspecto é a poluição sonora, uma vez que a noite suapense é composta por pequenos empreendimentos usualmente com som alto, mesmo com a celebração de Santa Luzia ao lado. Numa investigação posterior, observa-se que há até um certo respeito, mas não um maior envolvimento dos moradores suapense porque uma outra parte da comunidade é da religião protestante, como o dono do empreendimento que estava com som alto, conhecido por "irmão do pastel".

O dia 13 de dezembro é o grande dia. A celebração se divide visivelmente entre o sagrado e o profano, celebração de Santa Luzia e *Festa da Ouriçada* em si, respectivamente. Na linha das celebrações do catolicismo popular, tem-se a procissão da Santa, tendo o mesmo ponto de partida e chegada, sua gruta. Mas o horário é antecipado em relação aos outros dias, onde sua concentração começa por volta das 16h30min,

quando a imagem de Santa Luzia já se encontra em seu andor — enfeitado por flores brancas, amarelas e rosas vermelhas, bem ao lado de sua gruta, cuja madrinha também é uma das filhas de Dona Lala, Sueli.

O grupo era um pouco maior do que nos outros dias, novamente, acompanhado pelos *anjinhos* e alguns de seus componentes se revezavam na condução do andor de Santa Luzia (figura 14). Todos do grupo, mais uma vez, cantavam as músicas religiosas relacionadas à Santa até a chegada à igreja de São Pedro, onde, pela primeira vez foi autorizada a "celebração da palavra" ou "a liturgia", que não é conduzida pelo padre e sim pelos líderes católicos da própria comunidade. Ainda dentro da igreja, houve novamente doações dos fiés numa cestinha de vime.

Figura 14: Andor de Santa Luzia.
Foto: Juana Santos, 13 de dezembro de 2011.

Depois desta celebração, a procissão da volta é escoltada por um carro da polícia e a imagem de Santa é devolvida a sua gruta e são feitas suas últimas homenagens, suas flores são retiradas do andor, uma após uma, pelos seus fiés. Já a Bandeira, é retirada do poste pelos homens e será entregue a sua nova madrinha, cujo ritual é composto por uma reduzida procissão, composta apenas pelos *anjinhos* e seus pais, cantando as

mesmas músicas e orações, até a casa da madrinha, onde a Bandeira é pendurada e as últimas rezas são realizadas.

Em todas estas litúrgicas, há um significativo envolvimento desta comunidade católica suapense, representada por aproximadamente 40 pessoas, predominando as mulheres de idade avançada, tendo destaque para a participação da família de Dona Lala. O local de todas estas celebrações se restringe ao *locus* da Praia de Suape.

A Ouriçada

Quanto ao lado profano, a *Festa da Ouriçada* em si, pode ser descrita por três processos distintos: a coleta de ouriços; sua celebração na Ilha de Cocaia; e as atrações culturais na pracinha de Suape.

A coleta de ouriços (figura 15) é feita no recife de arenito, majoritariamente por pescadores e seus descendentes, conhecedores das dinâmicas das marés e das técnicas de coleta de ouriços, se caracterizando como uma atividade masculina. Esta coleta é mais viável e segura na baixa-mar, e este foi o fator decisivo para a coleta observada ter sido realizada no dia anterior, ou seja, no dia 12. Assim, às 8h da manhã, o núcleo familiar de Seu Rubem, pescador por anos que passou esta tradição para os seus descendentes, se concentra na Praia de Suape com todos os apetrechos necessários, tais como equipamentos de proteção pessoal (botas tipo galocha, luvas e chapéus), galéias (como são chamadas as grades plásticas usadas para armazenar os ouriços) e os bicheiros (instrumentos em forma de gancho que deslocam o ouriço das estruturas recifais).

Figura 15: Coleta de ouriços do mar.
Foto: Juana Santos, 2011.

Seu Rubem e sua filha, Shirley, ficaram na Ilha de Cocaia iniciando os preparativos das tendas de apoio para a Festa do dia seguinte. Apenas um filho e um sobrinho de Seu Rubem participaram do momento de coleta, não obstante ter sido anunciada, durante a celebração do Terço dos Homens, a necessidade de reforço. A escassez de pescadores tornou o processo mais cansativo para os que se apresentaram, mas já foi envolta pelo lado profano, pois estes pescadores comiam frutas topicais e bebiam uma mistura de vodka com refrigerante sabor limão, compondo a bebida que chamavam de *sonrisal*.

A coleta envolve toda uma técnica, bem conhecida pelos pescadores, que consiste em encaixar nas depressões das formações recifais o bicheiro de forma horizontal e fazer um movimento lateral firme, a fim de deslocar o ouriço que se encontram ali fixado. Segundo os pescadores, deve-se evitar fazer o movimento para cima, sob o risco de quebrar o ouriço. Mesmo assim alguns ouriços apresentam ferimentos.

Esta dupla de pescadores trabalhou sem parar, com eficiência e de forma cadenciada. Sempre procurando os ouriços mais "gordos", mudavam eventualmente de local, puxando as suas respectivas galéias pelos bicheiros. Trabalham majoritariamente encurvados e encheram aproximadamente 6 (seis) galéias, o que, segundo os entrevistados, representa aproximadamente mil ouriços. Em toda a região, é muito usado o termo *ouriço gordo*, devido à característica do aumento de seu volume neste período de reprodução. Os pescadores indicaram que os ouriços mais "gordos" se encontram na parte do recife mais próxima do mar aberto. Um destes ouriços foi quebrado ao meio a fim de demonstrar a parte que é consumida. São cinco gônadas que ocupam a parte superior de machos e fêmeas, cuja consistência é gelatinosa e cor, varia entre amarelada e alaranjada.

Na significativa parte trabalhada na extensa plataforma recifal, observou-se uma grande quantidade de ouriços que, após coleta e análise laboratorial na UFPB[26], foi identificado como da espécie *Echinometra lucunter* (Linnaeus, 1758)[27]. Mesmo com a coleta de aproximadamente mil ouriços, o impacto sobre sua população durante um dia de Festa não parece muito significativo. Mas vale avaliar que a coleta, aparentemente é feita, quando os ouriços estão "gordos", provavelmente significa o seu período de reprodução; afinal, a parte ingerida são as gônadas.

Outro aspecto é que se a população de ouriço é elevada pode significar, por si só, exatamente um desequilíbrio ambiental. Isto porque uma grande população de uma determinada espécie em detrimento de uma maior diversidade biológica pode ser um indicador de baixa qualidade ambiental.

[26] Laboratório de Ictiologia – Departamento de Sistemática e Ecologia
[27] A classificação desta espécies se dá da seguinte forma: Classe Echinoidea; Ordem Camarodonta Jackson, 1912; Família Echinometridae Gray, 1825.

Em termos de descrições desta paisagem e das experiências sensoriais proveniente da observação participantes da prática de coleta de ouriços, tem-se que o *locus* da coleta de ouriços é composto pela extensa e linear formação recifal, cuja paisagem é complementada pelo forte sol e céu aberto e azul como o mar ao leste, num tom mais escuro. Apesar de o mar estar "pincelado" pelos navios atraídos pelo Porto, esta paisagem marítima impressiona pelas características naturais, da resistência do recife frente ao imenso mar que gradativamente avança, invadindo sua estrutura. Outras sensações que podem ser remetidas nele é a de alienação, distância e suspensão, como se estivéssemos em pleno "território do vazio". O recife se torna uma espécie de fortaleza. Neste cenário do embate das crescentes ondas que batiam fortemente contra o recife, os pescadores tomavam um aspecto de guerreiros ao persistir coletando ouriços tão naturalmente, enquanto as ondas pintavam o fundo deste quadro da relação "homem-mar" (figura 16).

Figura 16: Cenário descrito da relação homem-mar.
Foto: Juana Santos, 13 de dezembro de 2011.

Mas, com a maré enchendo demais, teve-se que retornar à Ilha de Cocaia para concluir as estruturas de madeira que abrigariam a *Ouriçada* do dia seguinte, uma vez

que Seu Rubem já está bem idoso para fazê-lo sozinho. Finalmente, retornou-se a Praia de Suape, onde ficou ancorado durante toda a noite o barco contendo os ouriços sob uma lona plástica preta.

No dia seguinte, 13 de dezembro, por volta das 7h da manhã uma certa movimentação já pode ser percebida. Dentro da casa de Dona Lala, as mulheres organizavam o grande volume de comidas que seriam levados para a festividade, tais como um caldeirão de feijoada, grandes potes com arroz, carne picadinha com cebola frita, frango, ovo de codorna, amendoim, dendê assado, camarão ao alho e óleo. Além de frutas como melancia, caju, manga, melão, laranja, pera, abacaxi, etc. que são servidos como petiscos. Já as verduras picadas, farinha, vinagre e azeite serão usados como ingredientes da ouriçada. Para acompanhá-la não faltarão bebidas diversas, tais como refrigerantes, cerveja, cachaça, vodka e bastante gelo. Tudo isto foi preparado pelas mulheres na noite anterior, depois da celebração da Mãe Rainha.

Quanto aos materiais que irão compor a estrutura das tendas têm-se lonas para forrar o chão, bancos de madeiras e cadeiras e mesas de plástico. Têm-se como ferramentas para o preparo do prato da ouriçada os copos, pratos e colheres descartáveis, colheres maiores de cozinha, pratos de plástico e alumínio, tábua e martelo de madeira e luvas plásticas.

Em frente à casa de Dona Lala, pescadores e/ou donos de barcos carregam os materiais mais pesados, como os equipamentos de som, e preparando as embarcações para a travessia da Praia de Suape até a Ilha de Cocaia, que dura um pouco menos de meia hora.

Pode-se observar que a *Festa da Ouriçada* exerce um significativo papel na dinâmica econômica local, sendo um dos destaques a travessia de barco supracitada. Assim, gradativamente a Praia de Suape foi se preenchendo com os barqueiros que faziam uma espécie de "autopropaganda", chamando o público para usar seus serviços. As embarcações são predominantemente jangadas de fibra de vidro e barcos coloridos de madeira de médio porte, tradicionais para pesca de alto-mar. Mas observou-se também o serviço de um barco à vela. Devido a forte tradição pesqueira suapense, os donos destas embarcações eram, sobretudo, pescadores, ex-pescadores e seus descendentes proprietários das embarcações. Ou seja, mesmo os que não fazem mais

disto seu principal ofício e hoje exercem outros tipos de trabalho, inclusive no Cips, conseguem se desvencilhar para fazer estas travessias. Assim, passam o dia inteiro trabalhando no transporte de materiais e pessoas, sejam festeiros ou comerciantes. Estes últimos, outra atividade econômica da Festa, são formados especialmente por moradores da região que aproveitam a oportunidade para se tornar pequenos comerciantes, sobretudo de comidas e bebidas, incluindo carrocinhas de espetinho e picolé, que informaram que a travessia foi cara, mas que ainda seria lucrativa.

Um aspecto interessante observado neste momento da travessia foi o exercício da fé católica. Algumas pessoas, inclusive a principal organizadora da Festa, declararam que não sabiam nadar e que tinham medo do mar, mas que a *Ouriçada* era um evento muito importante e que venciam o medo através da fé. Assim, o trajeto foi acompanhado por orações entoadas, sobretudo quando durante a passagem pelo canal, onde o barco balançou bastante.

Com o passar da manhã, este tráfego marinho vai se tornando cada vez mais intenso e a cada embarcação que chega à Ilha, antes deserta, vai transformando o cenário, preenchido por tendas feitas de materiais diversos, tais como as estruturas predominantes de madeira e lona plástica ou palhas de coqueiro. Mas um grupo de cadeira, mesas e guarda-sóis brancos, num formato mais padronizado, chamou a atenção por, de certa forma, estar privatizando a praia. Alguns dos festeiros não usavam destas estruturas, improvisando com "cangas", mochilas e isopores, enquanto outros buscavam abrigo do forte sol nos arbustos. Intermináveis filas de pessoas carregando seus pertences se formavam entre os barcos e a praia. Ainda sobre a constituição das estruturas de apoio à Festa, Seu Rubem se empenhou na construção improvisada de um banheiro, uma espécie de proteção para garantir alguma privacidade para as mulheres fazerem suas necessidades fisiológicas, mas muitas das mulheres declararam que acabavam ido para dentro do mar mesmo.

Quanto à segurança, pôde-se observar que muitos dos barcos vinham lotados de materiais e pessoas, provavelmente acima do limite seguro, e que ninguém usava os coletes salva-vidas. Porém, na praia desembarcou de um barco amarelo um grupo de quatro salva-vidas dos bombeiros, os quais foram constantemente cumprimentados pelo

público presente e observavam o movimento, inclusive coletando os resíduos deixados na praia.

Para o preparo da ouriçada, há uma primeira etapa que é a fogueira, trabalho tipicamente masculino. Palhas secas de coqueiro são coletadas e cortadas com foices tanto para formar o que chamam de "cama", onde os ouriços, ainda vivos, são colocados, quanto a sua coberta. A fogueira é acesa, como pode ser observado na figura 17. O fogo rapidamente fica forte e alto: "Agora é a hora da quentura!" exclama um dos festeiros. Logo em seguida, sobe uma grande nuvem de fumaça. Quando o fogo se apaga, pedaços de madeira, no formato de pequenas forquilhas, são usados para afastar a palha queimada e ir jogando os ouriços quentes, um a um, para fora da fogueira apagada. Os ouriços estão prontos quando perdem "os espinhos". Ao todo foram observadas três fogueiras.

Figura 17: Fogueira acesa para queima dos ouriços do mar.
Foto: Juana Santos, 2011.

João Luiz, primo de Dona Lala, deu um depoimento em que afirma que há uns 3 anos atrás, um rapaz fez uma fogueira de forma descuidada e pegou fogo no mato nas proximidades da praia. Este incidente deu origem ao boato de que a *Festa da Ouriçada*

estava *botando fogo* na mata da Ilha, tornando-se um risco à sua preservação ambiental. Ele também afirma que a Cocaia, sendo propriedade do Cips, cobrava um ofício dos organizadores da Festa visando autorizar sua realização, informação que foi confirmada posteriormente por Seu Rubem.

Na tenda, as mulheres do grupo se organizam sobre seus banquinhos de madeira ou de plástico. À medida que os homens vão entregando os ouriços cozidos e derramando-os das galeias na lona branca que forra a tenda, elas vão quebrando os ouriços, pouco a pouco. O processo de quebra é similar ao que se usa para a quebra de caranguejos, inclusive os instrumentais: tábuas e martelinhos de madeira. As mulheres pegam os ouriços, colocam-nos sobre a tábua e os batem com o martelinho de madeira. Depois, é só catar as gônadas, agora como uma pasta homogênea alaranjada. Alguns se abriram aos poucos ou de forma quebradiça, tornando o trabalho mais lento e sujando as gônadas com o carvão proveniente da parte de fora do ouriço. Mas outros eram abertos com mais *perfeição*, deixando as gônadas intactas. Estas mulheres disseram que além da habilidade no processo de quebra, há de se contar ainda com um bom processo de queima, ou seja, um ouriço para ser quebrado com tamanha eficiência requer estar bem queimado — ou seja, perda total de seus espinhos — e quebrado com habilidade. Apesar desta explicação, esta *perfeição* não é relevante para o ritual da *Ouriçada*.

Enquanto as mulheres seguiam quebrando os ouriços, João Luiz fazia o descarte dos restos dos ouriços no mato por atrás da tenda. Ele explicou que não se pode deixar este resíduo na praia porque os espinhos dos ouriços são perigosos e, uma vez penetrados na pele, causam grande incômodo e são de difícil remoção. João Luiz disse que os "espinhos correm até o osso e tem um veneno podendo até aleijar alguém". Ainda mais interessante do que este depoimento é a estória contava por toda a comunidade como uma *piada local* ou uma *pegadinha* com quem não é da comunidade. Contam que os ouriços ficam "gordos" nessa época porque saem dos recifes de arenito, sempre durante a noite, e se alimentava de cajús, os quais amanheciam mordidos. A comunidade reforça que a *Ouriçada* acontece na época desta fruta tropical.

Terminada a quebra dos ouriços, Dona Lala se posicionou no meio da tenda, vestiu com toda elegância as luvas amarelas e todos se levantaram e começaram a arrumar a tenda. Uma mesa plástica foi disposta em seu centro e sobre ela colocaram os potes com os ingredientes da ouriçada (verduras, vinagre, azeite e farinha) e uma bacia

verde musgo que ficara bem no centro da mesa e onde foram colocadas todas as gônadas dos ouriços manejados pelas mulheres, formando uma pasta laranja escura. Dona Lala pediu para suas filhas colocassem as verduras, enquanto ela própria mexia a composição com as mãos a fim de misturá-la bem e pedia os outros ingredientes como vinagre, azeite e farinha. Dona Lala era a única a manusear o preparo, apesar de ser uma senhora e o trabalho ser um tanto árduo. A ouriçada foi crescendo e engrossando e Dona Lala parecia fazer muito esforço para mexer, sem parar, a composição, visivelmente demonstrando cansaço. Mas não parou em momento algum, tampouco pediu ajuda.

Somente quando o prato da ouriçada se apresentou bem homogêneo, Dona Lala pediu para que se formasse uma fila para que ela pudesse servi-los, havendo um pequeno tumulto entre as pessoas que esperavam ser servidas. Dona Lala, auxiliada por suas filhas, servia porções da ouriçada em pequenos pratos fundos descartáveis, num movimento frenético e sistemático, quase sem olhar pra cima.

Apesar de toda a celebração ser realizada com muita simplicidade e com poucos recursos, a *Ouriçada* apresenta um forte traço de solidariedade, pois seu prato, de preparo tão trabalhoso, é distribuído gratuitamente para quem quiser prová-lo, sem restrição alguma (figura 18).

Figura 18: Prato da ouriçada preparado por Dona Lala.
Foto: Juana Santos, 2011.

Dona Lala é considerada pela comunidade local uma espécie de guardiã da *Festa da Ouriçada* e conta com o envolvimento de toda sua família. Ela foi citada como referência desta celebração nas entrevistas realizada. Por esta razão, fez-se a opção de acompanhar todas as etapas da realização desta manifestação cultural[28].

Apesar de toda a movimentação na tenda de Dona Lala — e de todo seu reconhecimento por parte da comunidade –, a grande maioria da população presente na Ilha, ficou indiferente aos rituais da *Ouriçada* que estavam acontecendo ali. Mas aproveitando outros aspectos da Festa Popular.

Sendo assim, enquanto o prato da ouriçada era preparado passo a passo, a festa popular ia tomando a praia. As crianças brincavam de futebol de areia, *toquinho* (brincadeira com toques do vôlei) dentro e fora d'água, mergulhavam com snorkel e brincavam com bóias infláveis. Enquanto os adultos comiam, bebiam, dançavam e se banhavam no mar, o ambiente de paquera ia prevalecendo entre os solteiros. Em meio deste borbulhar da Festa, algumas cenas curiosas para uma ilha deserta foram observadas, tais como barcos portando sistemas de som de alta potência e um barco com uma espécie de chuveirão, que viraram verdadeiras atrações à parte.

Outra curiosidade foi à captura despretensiosa de alguns elementos da fauna marinha, tais como uma arraia e uma estrela-do-mar, que viraram atração nas mãos de um pescador e de uma criança, respectivamente. Nos depoimentos, foram citados outros animais como tartarugas e peixes-boi que também já foram vistos na região.

Como última etapa da parte profana desta festividade, tem-se o show realizado pela prefeitura do Cabo de Santo Agostinho na pracinha da Praia de Suape, logo após a realização da procissão de Santa Luzia. O mesmo público já com sinais de embriaguez, somado ao público adolescente, dançava ao som de músicas de cultura de massa.

[28] Não obstante toda sua disponibilidade durante a *Festa da Ouriçada*, houver alguns entraves para os encontros posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pousar o olhar na atual paisagem da Baía de Suape, torna-se inevitável o questionamento quanto a sua sustentabilidade. Do promontório do Cabo de Santo Agostinho, o olhar veleja pelos elementos de sua paisagem — das brancas faixas de areia, dos verdes das matas persistentes, do colorido dos barcos pesqueiros artesanais e, finalmente de suas águas. Quando o olhar começa a explorar suas águas se perde no encontro dos azuis.

Stamos em pleno mar... Dois infinitos
Ali se estreitam, n'um abraço insano
Azues, dourados, plácidos, sublimes...
Qual dos dous é o céu? Qual o oceano?...
[...]
No entanto o capitão manda a manobra.
E após fitando o céu que se desdobra
Tão puro sobre o mar[29]

Do céu e mar, a capitão do olhar nos conduz a observar as estranhas naus que ora atracam naquelas paisagens. O sonho dantesco que fora descrito por Castro Alves, na Baía de Suape se reveste em gigantescas estruturas de concreto e metal, cortando o céu e descolorindo o mar. A perspectiva da sustentabilidade nesta baía se mostra bastante complexa, sobretudo quando se tem como protagonistas das relações investigadas o Complexo Industrial Portuário de Suape e a *Festa da Ouriçada*.

Enquanto o Cips representa a racionalidade econômica, estando míope para os valores ambientais, sociais e simbólicos pertencentes àquele território ao passo que só o enxerga como terreno fértil para a concretização de seu megaprojeto, bem como portador de riqueza dos recursos requeridos e depósito de seus dejetos. Esquece-se da finitude ambiental e empenha-se em promover as estruturas industriais e portuárias sobre estes territórios — terrestres ou marinhos — suprimindo e degradando seus ecossistemas, um após outro.

Por outro lado, a *Festa da Ouriçada* se identifica com a racionalidade ambiental, pois ela integra o meio ambiente no desenvolvimento humano de sua comunidade, conferindo aos elementos da natureza um caráter simbólico e religioso, ou mesmo

[29] Trecho de *O Navio Negreiros (Tragédia no Mar)* de Castro Alves.

afetivo, em detrimento da visão utilitarista dos recursos naturais. A *Festa da Ouriçada* em si pode ser considerada um fator conservacionista, se considerarmos que a mesma requer, minimamente, a manutenção de determinados elementos da natureza local, como, por exemplo, frutas tropicais, palhas de coqueiro e madeira, uma praia com baixa ou nenhuma urbanização e, finalmente, um montante de ouriços do mar. Ou seja, o meio ambiente conservado está na essência desta manifestação cultural, ao invés de ser considerado um entrave, como acontece na racionalidade anterior.

Nos encontros daquelas águas houve o encontro do homem e do mar, de sua cultura e do meio ambiente. A cultura pesqueira artesanal que há muito habita aquele território marinho se vê tão ameaçada de extinção quanto os diversos ecossistemas, cuja formação antecedem bastante a chegada humana.

Não haveria outra forma de concluir este trabalho, senão descortinado esta realidade. Esta grande nau chamada Cips vem tentando se pintar de verde diante da sociedade pernambucana, mas sua pinta, tóxica, escorre nas águas de Suape. Às presentes gerações, resta-lhes *i)* um ambiente degradado, baixo estoques pesqueiros e escassez de seus recursos de subsistência tradicional; ii) ocupar esperançosamente as filas em busca de subempregos na área industrial e/ou portuária e, caso o consiga, adaptar-se aos moldes do trabalho não-tradicional; iii) pedir autorização ao Cips para a realização de suas manifestações culturais centenárias e, caso consiga, acostumar-se com a mudança no cenário e na morfologia da Ilha de Cocaia, ano após ano. Isto, até que o Cips construa seus equipamentos sobre *a parte que lhe cabe deste latifúndio*.

Um elemento comum em todos os depoimentos foi a afirmação de que a *Ouriçada* não se realizará no próximo ano. Felizmente, a *Ouriçada* ainda persiste, mas já se encontra envolta de incertezas. Portanto, à *Festa da Ouriçada* e às futuras gerações de Suape, como o próprio significado de seu nome indica, restam o caminho sinuoso, incerto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Introdução à questão metodológica. In: IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais.** Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

ALMEIDA, Lucíola **Perez de. Análise da efetividade dos estudos ambientais: o caso do Complexo Industrial Portuário de Suape.** 120f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Pós-Graduação do Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2003.

ALVES, Castro. O navio negreiro. **_____. Poesia. Por Eugênio Gomes**, v. 7, 2005.

ANDERSON, Eugene Newton. **Ecologies of the Heart: Emotion, Belief, and the Environment**. New York: Oxford University Press, 255p. 1996.

ARAÚJO, Ulissese F de. **Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal.** São Paulo: Moderna, 2001.

ARRUDA, Rinaldo. **Populações tradicionais e a proteção de recursos naturais.** *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano II, nº 5, 2º Semestre, p. 79-252, 1999.

BEGOSSI, Alpina. **Ecologia Humana: Um Enfoque das Relações Homem-Ambiente**. *INTERCIENCIA* v. 18(1), p. 121-132, 1993. http://www.ppgcb.unimontes.br/file.php/1/DocsSelecao/Ana_Th%C3%A9-5.pdf

BRAGA, Maria do Carmo de Albuquerque; LIMA, Antônia Santamaria de Queiroz. **TES: diretrizes para uma ocupação sustentável**. Humanae, v.1, n.3, p. 54-65, Dez.2009.

CABO, Site oficial da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho. Disponível em: http://www.cabo.pe.gov.br/noticias.asp?codigo=515. Acessado em 19/07/2012.

CAMARGO, João Marcello Ribeiro de; ARAÚJO, Tereza Cristina Medeiros de; MAIDA, Mauro; & USHIZIMA, Thales Mitsuro. **Morfologia da Plataforma Continental Interna Adjacente ao Município de Tamandaré, Sul de Pernambuco – Brasil**. Brazilian Journal of Geophysics, Vol. 25(Supl. 1): 79-89, 2007.

CAVALCANTE, L. O. H. & FERRARO JÚNIOR, L. **A. Planejamento participativo: uma estratégia política e educacional para o desenvolvimento local sustentável (Relato de experiência do programa Comunidade Ativa).** Educação & Sociedade. Campinas, SP, v.23, n. 81, p.161-190. 2002.

CAVALLI-SFORZA, L. L. e FELDMAN, M. W. **Cultural transmision and evolution.** Princeton: Princeton U. Press. 1981.

CONDEPE/ FIDEM. **Boletim trimestral da conjuntura criminal em Pernambuco - 2º trimestre de 2012.** Disponível em: http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=160261&folderId=1543534&name=DLFE-34062.pdf. Acessado em 19/07/2012a.

CONDEPE/FIDEM. Caracterização do Território Estratégico de Suape. Disponível em: < http://200.238.107.83/web/condepe-fidem/caracterizacao-do-territorio>. Acesso em: Acesso em: 13/07/2012b.

CONDEPE/FIDEM. Perfil do município do Cabo de Santo Agostinho. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/CABO%20DE%20SANTO%20AGOSTINHO.pdf >. Acesso em: 13/07/2012c.

CONDEPE/FIDEM. Perfil do município de Ipojuca. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/IPOJUCA.pdf >. Acesso em: 13/07/2012d.

Blog Consciência. **O silêncio das mídias corporativa e independente sobre a destruição do estuário de Suape**. Disponível em http://consciencia.blog.br/2011/03/silencio-das-midias-corporativa-independente-sobre-destruicao-estuario-de-suape.html#.UgukOdI3seA. Acessado em: 26/07/2012.

CPRH/ MMA - PNMA II, **Diagnóstico Socioambiental - Litoral Sul de Pernambuco: Caracterização Sumária Do Litoral Sul De Pernambuco – Hidrografia**. 1ª Edição. Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/13_Hidrografia.pdf. Acessado em 05/09/2012.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil**. Relatório da Proposta do Geoparque Litoral Sul de Pernambuco.** Disponível em: http://www.cprm.gov.br/geoecoturismo/geoparques/litoral/arenitosuape.html. Acessado em 28/02/2013.

Decreto nº 8.447/83. Normas de Uso do Solo, Uso dos Serviços e Preservação Ecológica do Complexo Industrial Portuário de SUAPE.

Decreto-Lei nº 3365/41 de Desapropriação por Utilidade Pública.

DHN, **Diretoria de Hidrografia e Navegação.** 2013. Tábua das Marés para o Porto de Suape (Estado de Pernambuco). Disponível em: http://www.mar.mil.br/dhn/chm/tabuas/30685Fev2013.htm, Acesso em 30/01/2103).

Envolverde. **Suape, a locomotiva rápida do Nordeste** por Mario Osava, da IPS. Link: http://envolverde.com.br/noticias/suape-a-locomotiva-rapida-do-nordeste/ (Acessado em 10/07/2012).

Estaleiro Atlântico Sul (Site Oficial). http://www.estaleiroatlanticosul.com.br/ Acessado em 29/08/2012.

FERNANDES, V. & SAMPAIO, C. A. C. **Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 87-94, jul./dez. Editora UFPR. 2008.

FERREIRA, Beatrice Padovani & MAIDA, Mauro. **Monitoramento dos Recifes de coral do Brasil**. Brasília, MMA, 2006.

FOLADORI, Guillermo. **Por una sustentabilidad alternativa**. Uruguai: Colección Cabichui, p. 20-29, 2005.

FolhaPE. **Zumbi dos Palmares é lançado ao mar.** Em 23/11/2012. Disponível em: http://www.folhape.com.br/cms/opencms/folhape/pt/economia/noticias/arqs/2012/11/0163.html. Acessado em 26/11/2012.

GALVÃO, Renata Bezerra. **A ilha de Tatuoca: uma investigação de arquitetura popular sobre a poiesis do criar, fazer e viver**. 141f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

GARDNER, G. Ritual and Taboo as Ecological Guardians. In: **State of the World 2010 Transforming Culture: from consumerism to sustainability.** The WorldWacht Institute, 2010.

GOUVEIA, Enildo Luiz. **Aspectos Ambientais e Gestão dos Recursos Hídricos no litoral sul da Região Metropolitana do Recife – RMR: o caso da Microrregião de Suape.** 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

HYMAN, L. H. **The invertebrates: Echinodermata.** The coelomate Bilateria. Vol. 4. New York: McGraw-Hill Book Co., 763. 1955.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2010: Aglomerados subnormais (Primeiros resultados).** Rio de Janeiro, p.1-259, 2010. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf. Acessado em: 17/07/2012.

IHU (Instituto Humanitas Unisinos). **Suape: um desafio para Pernambuco.** Entrevista especial com Valdeci Monteiro dos Santos em 24 de abril de 2012. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/508579-suape-um-desafio-para-pernambuco-entrevista-especial-com-valdeci-monteiro-dos-santos (Acessado em 04/09/2012).

InterBlogs. **Secretário de Meio Ambiente sobrevoa Suape e avalia expansão das áreas de proteção ecológica,** em 22.01.2012. Disponível em: http://www.interjornal.com.br/noticia.kmf?cod=12983406. Acessado em: 30/08/2012.

IPOJUCA. Site oficial da Prefeitura de Ipojuca. Disponível em: www.ipojuca.pe.gov.br. Acessado em 30/08/2012.

Jornal do Commercio, **Caderno Economia – Especial Desafio Metropolitano.** Texto de Giovanni Sandes, Recife, terça-feira. 18 de setembro de 2012a.

Jornal do Commercio, **Caderno Economia – Estaleiro Atlântico Sul amplia as demissões.** Publicado em 11/11/2011. Disponível em: http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2011/11/11/estaleiro-atlantico-sul-amplia-as-demissoes-21887.php (Acessado em 29/08/2012a).

Jornal do Commercio. **Obras do terceiro estaleiro em Pernambuco começam em dezembro.** Publicado em 03/10/2011, às 22h22 Disponível em: http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2011/10/03/obras-do-terceiro-estaleiro-em-pernambuco-comecam-em-dezembro-17872.php. Acessado em 29/08/2012c.

KREBS C. J. **Ecology. The Experimental Analysis of Distribution and Abundance.** New York-London: Harper-Collins College Publishers, 695 pp. 2001.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, p. 13, 1996.

LAWRENCE, John M. **Edible Sea Urchins: use and life-history strategies**. Pp 1-9 In: Lawrence, J. M. (ed), Edible sea urchins: biology and ecology, 2nd edition. Amsterdam: Elsevier. 2007

LAWRENCE, John M. **Ecology of *Echinometra*. Edible sea urchins: Biology and ecology.** Development in Aqueculture and Fishiries Science, Volume 37. Second Edition. (p. 297-319). Elsevier. Florida, USA, 2007.

LEÃO, Z. N.; KIKUCHI, R.; AMARAL, F. D.; OLIVEIRA, M. D. &COSTA, C. F. **Recifes de Corais: tesouros agonizantes.** Edição especial Scientific American Brasil – Oceanos, Origens, Transformações e o Futuro: Histórias, ciência, tesouro e cultura do mar, 3: 74-82,. (Qualis Capes: B). 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 4ª Edição. Petropolis, RJ: Vozes, 2001.

Lei nº 4.771 do Código Florestal Brasileiro, de 15 de setembro de 1965.

Lei Ordinária n°14.046/2010.

LIMA, Eduardo J.B., GOMES Paula B. & SOUZA, José R.B. **Reproductive biology of Echinometra lucunter (Echinodermata: Echinoidea) in a northeast Brazilian sandstone reef**. Anais da Academia Brasileira de Ciências. 81(1): 51-59. (2009)

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, nº 322. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

LITTLE, Paul. E. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MACHADO, António. **Campos de Castilla**. estrofe XXIX de Proverbios y cantares. Madrid: Renacimiento. 1912.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares: Espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: Anna Blume. 1993.

MANSO, Valdir Do Amaral Vaz. **Definição dos pontos de contorno da linha de preamar máxima atual do litoral do município de ipojuca – PE** (Relatório Final). Termo de Referência MMA/PNMA II - SECTMA nº 249. Recife, 2003.

McCLANAHAN T. R. & MUTHIGA, N. A. Ecology of Echinometra. Pp. 297-317 In: LAWRENCE, J. M. (ed), **Edible sea urchins: biology and ecology**. 2nd edition. Amsterdam: Elsevier. 2007.

MILIANO, Marcos. **Ilha de Tatuoca: aspectos da influência de Suape sobre a vida e paisagem.** (Monografia apresentada no Curso de Ciências Sociais). Recife, PE, UFRPE, 2010.

MMA/SBF. Zona Costeira e Marinha. Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas Brasileiros (p. 215-267). 2002.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOSTAERT, Marcella S. e STEINER, Andrea Q. **A quem servem os dispositivos de "interesse social"? Legislação ambiental vs. leis de utilidade pública no e Estado de Pernambuco - Brasil**. VI Congresso Latino-Americano de Ciência Política, organizado pela Associação Americana de Ciência Política (ALACIP) Quito, Equador, 2012.

O Eco, **Estaleiros a toque de caixa** por Celso Calheiros, 15 de Outubro de 2010. Disponível em: http://www.oeco.com.br/reportagens/24457-ministerio-publico-questiona-estaleiros (Acessado em 06/08/12).

PERNAMBUCO. **Base de dados do Estado (BDE).** Disponível em: www.bde.pe.gov.br/. Acessado em: 30/07/2012a.

PERNAMBUCO. **Base de dados do Estado (BDE). História municipal** (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca). Disponível em http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=745&CodInformacao=915&Cod=1. Acesso em 11/07/2012b.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife, 2005.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas-Regioes-Metropolitanas.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasRegioesMetropolitanas. Acessado em 23/08/2012a.

PNUD. Desenvolvimento Humano no Recife | **Atlas Municipal – Vulnerabilidade Social**. Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/Vulnerabilidade%20Social.pdf. Acessado em 21/08/2012b.

Polo Naval. Documento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de Pernambuco (Agosto, 2012). Disponível em http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1348853310.pdf. Acessado em 07/09/2012.

Portal Marítimo. **No apagar das luzes, EAS tenta recuperar contratos com a Transpetro.** Publicado em 02/10/2012 por Rodrigo Cintra. Disponível em: http://portalmaritimo.com/2012/10/02/no-apagar-das-luzes-eas-tenta-recuperar-contratos-com-a-transpetro/#more-24229. Acessado em 09/10/2012.

Portogente. **STX Promar vai contratar 500 pessoas em setembro**. Texto publicado em 16/07/2012 - 12:34. Disponível em: http://www.portogente.com.br/texto.php?cod=67754. Acessado em 13/08/2012.

POST, Frans Jansz, ca. 1612-1680. **Capvt S. Avgustini** [Visual gráfico. - [S.l. : s.n., 1645]. - 1 gravura : água-forte, p&b. - Autor e data atribuídos por confronto com obras assinadas e datadas da mesma série. - Dim. da matriz: 38,9x50 cm. Disponível em: http://purl.pt/11924/1/ Acessado em 07/01/2013.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Embarcadiços do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE.** 2007. 301f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2007.

RAPPAPORT, Roy. **Ritual and Religion in the Making of Humanity.** Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1999.

Relatório Brundtland. **Relatório Nosso Futuro Comum**. CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.2ª. Edição. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988.

SILVA, Rubens Elias da. **Guiados por mares e peixes: Memória social, inovação tecnológica e o processo de fragmentação na pequena pesca comercial simples em duas comunidades pesqueiras no Rio Grande do Norte.** 2012. 278f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 2012.

SILVA, Zenildo Mendes da. **Desenvolvimento sustentável e terceirização: a utilização da mão-de-obra local pelo Complexo Industrial Portuário de Suape, municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, Pernambuco, Brasil.** 2009. 166f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, Universidade de Pernambuco - UPE, 2009.

SILVEIRA, Karla Augusta. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de SUAPE, Pernambuco.** 2010. 112f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) – Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **O povo do Zabelê e o Parque Nacional da Serra da Capivara no Estado do Piauí: Tensões, desafios e riscos da gestão principiológica da complexidade constitucional.** 2009. 266f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito. UnB, Brasília, 2009.

SUAPE. **Histórico.** Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/institutional/historic.php>. Acesso em: 09/07/2012.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

VAINSENCHER, Semira Adler. **Suape - Porto e Complexo Industrial.** Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. (Acesso em 04/09/2012)

Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_de_Santo_Agostinho. Acessado em: 26/07/2012a.

Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Greenwashing Acessado em 09/03/2013b.

Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto. Acessado em: 26/07/2012c.

ANEXOS

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:
Título do Projeto: Sustentabilidade na Ilha de Tatuoca: Entre o Estaleiro Atlântico Sul e a *Festa da Ouriçada* no Cabo de Santo Agostinho – PE.
Pesquisador Responsável: Juana de Oliveira Santos
Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): 9292-4646/ 32224379

O objetivo é analisar a relação entre meio ambiente e cultura vivenciada na *Festa da Ouriçada* sob o recorte intergeracional da comunidade local e considerando os reflexos da ampliação do Complexo Portuário de Suape, no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. Serão utilizado o método de pesquisa qualitativa com as pessoas envolvidas na *Festa da Ouriçada* e nativos da Ilha de Tatuoca através de entrevista semi-estruturadas, com garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

Juana de Oliveira Santos

_____

- **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, _____, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____ , como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer prejuízo.

Local e data _____/_____/_____/_____/

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

ANEXO 2 - CADASTRO DE PERFIL DO PÚBLICO:

Nome:			
Idade: Data de Nascimento: _____/_____/_____			
Sexo: Masculino ( )			Feminino ( )
Endereço:	Bairro:	Cidade:	Estado:
	CEP:	Fone:	Email:
Bairro onde mora:		Naturalidade:	
Moradia (própria/alugada):		Número de filhos:	
Número de pessoas/ casa:			
Renda: quanto e fonte?		Renda familiar:	
Estado Civil: Solteiro ( )	Casado ( )	Viúvo ( )	Divorciado ( );Outro _____
Auto Identificação: Negro ( )	Índio ( )	Branco ( )	Outro ( ) _____
Escolaridade:			

OBSERVAÇÃO:

ANEXO 3 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA – GRAVAÇÃO

A Festa/ a cultura

- Descreva a *Festa da Ouriçada*.
- Por quê surgiu? Como surgiu?

Tempo (memória/ gerações/ história ambiental)

- Quando a Festa Surgiu?
- Como era no começo?
- Como eram as tradições?
- O que vem mudando na Festa? Por quê você acha que mudou? Como avalia estas mudanças?
- Você acha que a *Festa da Ouriçada* muda o ambiente em volta? Como? Para pior ou melhor (degradação ou conservação)?
- Faz alguma relação das mudanças com a chegada do Porto de Suape (mudança das relações de produção e reprodução da vida social)?
- Identifica alguém como "guardiã/o da memória de um povo" (de Suape/ Tatuoca), de sua cultura, da Festa, etc.?

Pessoas (identificação de atores)

- Quem são os festeiros da *Festa da Ouriçada* (profano)? Quantos são? De onde vem?
- Quem participa da organização da Festa de Santa Luzia (religiosa)? São só fiés ativos? Quantos? Quais seus papeis?
- Você vê diferença entre a parte religiosa e a profana? Como?
- São os mesmos (Profano e Sagrado)? Há conflitos entre eles? Quais são os desafios destas relações?
- Quais são os requisito para a realização da Festa (o que é necessário – necessidades materiais)?
- Qual são as habilidades vocacionais apresentadas e como as mesmas são otimizadas (pescadores, artistas, fiéis, etc. – papeis dos agentes)?
- Como é a relação de Gênero na Festa de Santa Luzia? E como é na *Festa da Ouriçada*?
- Como se dá as relações entre as gerações na Festa?
- Existem coletivos, associações, ONGs de dentro ou fora da comunidade influenciando na Festa?
- Quem apoia a Festa? Quem não apoia (aliados e adversários)? (Provocar reflexão sobre o papel do Porto)
- Como se dão os apoios? Como se dão os entraves? Como isto impacta na Festa?

Lugar/ o meio ambiente (percepção ambiental/ paisagem)

- Pedir descrição da paisagem (percepção ambiental).
- Qual a imagem que você faz do lugar? Quais sãos as suas informações e representações culturais, subjetivas e objetivas?
- Quais são os sentimentos, as ideias e símbolos que te vêm na memória?
- Está havendo mudanças na região? Quais? Desde quando? Como as vêem?
- A Ilha de Cocaia tem dono? Quem é? Pedem autorização para a realização da Festa? Por quê?
- E a Ilha de Tatuoca, tem dono? Quem? Está havendo deslocamento da comunidade? Como isso vem se dando?
- Qual a sua noção de propriedade hoje? Onde você se sente em casa?
- Como vem se dando a substituição do roçado ou como vai ser? Para quem tem.
- Como estas mudanças impactam na transmissão de conhecimento tradicional?
- Como estas mudanças impactam nas relações entre geração? Estas mudaram? Como?
- Quais os elementos tradicionais foram perdidos? Quais foram introduzidos? Desenvolva.
- Como se deu o deslocamento da Festa? Por quê?
- O que o lugar oferece para a Festa? Por que você acha que acontece naquele lugar?
- Consegue imaginá-la em outro lugar? Onde? Ela seria diferente, se isso acontecesse?
- A travessia de barco é relativamente recente, o que isso implica para a comunidade (sobretudo para os que têm medo)?

Relações entre agentes sociais e naturais (interrelações, agências, mudanças ambientais, movimentos sociais).

- Sentem alguns impactos ambiental? Se sim, eles influenciaram em alguma mudança na comunidade? E na Festa?
- Como usam os elementos naturais no dia-a-dia?
- Você acha que a Festa muda, de alguma forma, o ambiente? Como avalia isto?
- Os ouriços são da região (endógenos)? Sempre existiram?
- São muitos ou poucos?
- Tem época de ouriço? Qual? Como sabe qual?
- O que é "ouriço gordo"? Qual sua relação com o caju? (histórias locais relacionadas os ouriços – desenvolva).
- São perigosos? Instigar sobre acidentes e veneno.
- Qual a importância deles na comunidade?
- Por quê ouriços na Festa de Santa Luzia? O que representam para você? Qual é a relação dele com a Santa Luzia?
- Eles são usados independentemente da Festa? (instigar fala sobre comercialização para os Japoneses).
- Quantos ouriços você acha que são coletados na Festa?
- O que aconteceria com a comunidade se eles sumissem? E com a Festa?
- Existe alguma preocupação de conservação? Como?

Relações de trabalho e modos de adaptação/ produção social

- Descreva o seu trabalho - sua história de produção social.
- Gosta do que faz? O que gostaria de fazer?
- Como é o trabalho em Suape/ Tatuoca? Como é o trabalho no Resort/ Porto? Como se dá a relações entre estes modos de "adaptação" e reprodução social?
- Seu trabalho tem caráter temporário (no Porto)? Por quê?
- Qual é a relação do seu trabalho com os elementos naturais? Qual é a relevância destes elementos (sobretudo, mar, ilhas, rios) para o seu trabalho?
- Como seria/ será seu trabalho sem estes elementos?
- Seu trabalho muda o ambiente? Como?
- A chegada do Porto mudou a forma de conservação do ambiente? Como?
- Qual é a relação que o pescador faz do mar/ ouriço com a religiosidade/ Santa Luzia ou elementos similares?

Os direitos/ Relações entre o Porto e a Comunidade (identificação de conflitos velados ou manifesto, histórico do conflito, estruturas de poder, sistemas produtivos/ modos de adaptação, legitimação, estratégias e tentativas de resolução do conflito)

- Você acha que a Festa muda, de alguma forma, as relações da comunidade? E entre esta e agente externo? Como avalia isto?
- Como se dá a relação da comunidade com o Porto (aceitação, rejeição ou cooptação)?
- Há algum conflito entre os agentes sociais (provocar sobre o Porto e Resort)? Quais conflitos? Qual o histórico deste conflito? Como se deram estes embates (conquistas e derrotas)? Como se encontram atualmente? Quais as formas de resolução do conflito?
- Algum direito está sendo violado? Quais? Já se tentou lutar por eles? Como? Quando? Qual a relação das comunidades com agentes do direito (Estado? Ministério Público?).

Opiniões/ Sonhos/ Futuro

- Porque se envolve com a Festa?
- Qual a relevância da Festa para a comunidade (para a sociabilidade ou vida social)? E para você?
- Quais foram os aprendizados (capacidades) que a realização da Festa deu para tua vida? E para a comunidade? Destacar se há o "habitus".
- Como vê o futuro da Comunidade?
- Como imagina esta paisagem no futuro?
- Qual seu sonho para o futuro da Festa?

Identificar representações sociais nos discursos.

Identificar quem são os "agentes da própria história", como aqueles capazes de agir sobre seu destino, quando modula sua trajetória de vida em função das situações na qual se encontra.